

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
NÍVEL DOUTORADO**

**PATRÍCIA DA SILVA VALÉRIO**

**LINGUAGEM E TEMPO:  
a memória na perspectiva da enunciação**

**São Leopoldo  
2015**

Patrícia da Silva Valério

LINGUAGEM e TEMPO:  
a memória na perspectiva da enunciação

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça Krieger

Coorientadora: Profa. Dra. Luiza Milano

São Leopoldo

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

V164L Valério, Patrícia da Silva

Linguagem e tempo: a memória na perspectiva da enunciação / Patrícia da Silva Valério. – 2015.

193 f.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2015.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça Krieger”

Catálogo na Fonte:

Mariana Dornelles Vargas – CRB 10/2145

Patrícia da Silva Valério

LINGUAGEM E TEMPO:  
a memória na perspectiva da enunciação

Tese apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Doutor, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
– UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti – PUC RS

---

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores – UFRGS

---

Profa. Dra. Mariléia Sell – UNISINOS

---

Profa. Dra. Luiza Milano – UFRGS

---

Profa. Dra. Maria da Graça Krieger – UNISINOS

Para Amanda, Fernando, Luiz Paulo e Guiomar,  
com todo meu amor.

## AGRADECIMENTOS

Foram quatro anos de vivência muito especial, portanto é chegada a hora de agradecer.

A minha família, pelo amor, incentivo e companheirismo.

A Marlene Teixeira (*in memoriam*), minha orientadora de janeiro de 2012 a abril de 2015, que me acolheu na UNISINOS e com quem tanto aprendi sobre o homem e a linguagem. A lembrança de sua sabedoria, simplicidade e amabilidade são hoje relicário na minha memória e na de todos os que tiveram o privilégio de conviver com ela.

A Luiza Milano, minha coorientadora, que me deu a mão no momento mais difícil desse percurso e com quem estabeleci uma parceria de confiança e de amizade. Muito obrigada pelo encorajamento, pela disponibilidade, pela generosidade, pelo carinho e pela amizade.

A professora Maria da Graça Krieger, minha orientadora neste percurso final, pelo aceite e, acima de tudo, por confiar no meu trabalho, respeitando a caminhada que construí até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS por ter possibilitado a realização desta pesquisa. Agradeço às professoras Maria Eduarda Giering e Ana Cristina Ostermann, de quem tive oportunidade de ser aluna, pelos ensinamentos; agradeço também à coordenadora Rove Crishman, pela competência, mas sobretudo pela sensibilidade e delicadeza de sua gestão.

Aos professores da UFRGS, Valdir do Nascimento Flores, Carmem Luci e Luiza Milano, com quem tive oportunidade de aprender através do convênio entre os Programas das duas instituições.

Às colegas e amigas da UNISINOS, Silvana Kissman, Jorama Stein, Sabrina Vier, Sandra Klafke, pela parceria nos estudos e também pela amizade e solidariedade em momentos difíceis.

Às amigas e colegas Daiane Neumann e Silvana Silva, pelos produtivos diálogos durante a construção desta tese.

À Cláudia Toldo, que me apresentou à Marlene e que muitas vezes me encorajou a estudar, pela parceria da vida toda.

À Marlete Diedrich, que foi meu *tu* tantas vezes durante a construção desta pesquisa, pelas entusiasmadas discussões e pelo aprendizado.

À Ana Luiza Funghetti e à Terezinha Scorsatto, colegas da UPF que me acompanharam na minha breve incursão nos estudos psicanalíticos.

À Universidade de Passo Fundo, pela concessão da licença parcial, determinante para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores que leem e avaliam esta tese, muito obrigada pela disponibilidade em aceitar esse convite.

Às professoras Mariléia Sell, Maria da Glória Di Fanti e Luiza Milano, pelas contribuições na qualificação.

À amiga Marlei Diedrich, pela amizade e pela preciosa contribuição a esta pesquisa.

Aos sujeitos cujo discurso foi analisado, pela disponibilidade, pelo aceite e pelos ricos ensinamentos que me proporcionaram.

A alguém que tenha esquecido, na impossibilidade de lembrar de todos.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. (SARAMAGO,1984).

## RESUMO

Esta pesquisa, de natureza interdisciplinar, convoca os estudos linguístico-enunciativos (BENVENISTE, 1989; 1995), filosóficos (RICOUER, 2007) e psicanalíticos (FREUD, 1975; GARCIA-ROZA, 1991; ROSSI, 2010), para produzir saberes sobre a especificidade do tempo e da memória na enunciação de adultos com mais de 60 anos. Para tanto, busca analisar de que modo a pessoa que fala se torna sujeito no discurso; entender como a instauração do outro (*tu* imediato) / Outro (cultura) contribui para o processo de subjetivação; examinar como a experiência do tempo se materializa na discursivização da ação do homem na linguagem e descrever a forma como a memória e a repetição tomam lugar no discurso (e na vida) de alguém que envelhece. A fundamentação teórica aprofunda três categorias que tomam lugar no discurso: sujeito, tempo e memória. O primeiro capítulo teórico (2) visa reconstruir, a partir de percurso de leitura sugerido por Flores (2013b), o conceito de sujeito da enunciação, derivado de parte de textos reunidos nos dois tomos dos Problemas de Linguística Geral, de Émile Benveniste (1989; 1995). O estudo aponta para a complexidade da construção dessa noção, atrelada a conceitos como os de homem, pessoa, locutor, subjetividade, intersubjetividade. O segundo capítulo teórico (3) apresenta a categoria tempo como elemento da construção de uma experiência na linguagem. Retoma algumas definições de tempo – físico, psicológico, cronológico, histórico, ficcional e linguístico, com base em Agostinho (1948), Alves (2008), Fiorin (2010), Mucida (2012), Bakhtin (2010) e Benveniste (1989; 1995), e aprofunda o conceito de tempo linguístico, ligado ao presente, o tempo do discurso. O terceiro capítulo teórico (4) explora a memória não sob a perspectiva biológica ou neurofisiológica, mas sob o viés filosófico e psicanalítico, com base em estudos de Ricouer (2007), Freud (1975), Garcia-Roza (1991) e Rossi (2010), a fim de pensar a respeito da memória sob o aspecto da singularidade da enunciação evocada. A metodologia (capítulo 5) propõe uma análise de fatos enunciativos que marcam a experiência na linguagem de um casal com mais de 60 anos. As análises dessa experiência revelam que a emergência do passado no discurso pode significar o atendimento a uma condição subjetiva que confere, para quem fala, o próprio sentido de existência, já que só existe sujeito na linguagem. Assim, a memória dá ao sujeito uma possibilidade de viver o tempo em uma dupla dimensão: no aqui-agora e na recorrência ao passado. Desse modo, não

pode ser associada a um efeito natural do envelhecimento, pois constitui o sujeito, independentemente da idade. Espera-se contribuir para que os resultados alcançados possam abrir espaço para a expansão da linguística, especialmente dos estudos enunciativos, e para a ampliação da compreensão da dimensão subjetiva constitutiva da atividade linguística implicada nas interações sociais que envolvem o sujeito.

**Palavras-chave:** Enunciação. Sujeito. Tempo. Memória. Repetição.

## RÉSUMÉ

Cette recherche, de nature interdisciplinaire, évoque les études linguistico-énonciatives (BENVENISTE, 1989; 1995), philosophiques (RICŒUR, 2007) et psychanalytiques (FREUD, 1975; GARCIA-ROZA, 1991; ROSSI, 2010), dans le but de produire des savoirs sur la spécificité du temps et de la mémoire dans l'énonciation des adultes âgés de plus de 60 ans. Pour ce faire, on cherche à analyser de quelle façon la personne qui parle devient le sujet du discours; à comprendre comment l'instauration de l'autre (tu immédiat) / l'Autre (la culture) contribue au processus de la subjectivation; à examiner par quel moyen l'expérience du temps se matérialise dans la discursivisation de l'action de l'homme sur le langage et à décrire la façon dont la mémoire et la répétition prennent place dans le discours (et dans la vie) de quelqu'un qui vieillit. Le fondement théorique de cette recherche approfondit trois catégories qui prennent place dans le discours: le sujet, le temps et la mémoire. Le premier chapitre théorique de ce travail (2) vise à reconstruire, tout en partant du parcours suggéré par Flores (2013b), le concept de sujet de l'énonciation, issu d'une partie des textes réunis dans les deux tomes des Problèmes de linguistique générale d'Émile Benveniste (1989; 1995). La présente étude expose la complexité de la construction de cette notion, attachée à des concepts tels que homme, personne, locuteur, subjectivité, intersubjectivité. Le deuxième chapitre théorique (3) présente la catégorie du temps comme élément de la construction d'une expérience dans le cadre du langage. Il reprend quelques définitions de temps – physique, psychologique, chronologique, historique, fictionnel et linguistique – basées sur Agostinho (1948), Alves (2008), Fiorin (2010), Mucida (2012), Bakhtin (2010) et Benveniste (1989; 1995), et approfondit le concept de temps linguistique, lié au présent, le temps du discours. Le troisième chapitre théorique (4) se penche sur la mémoire non seulement dans la perspective biologique ou neurophysiologique, mais aussi dans la perspective philosophique et psychanalytique, basée sur les études de Ricœur (2007), Freud (1975), Garcia-Roza (1991) et Rossi (2010), afin de réfléchir sur la mémoire du point de vue de la singularité de l'énonciation évoquée. La méthodologie (chapitre 5) propose d'analyser des faits énonciatifs marquant l'expérience dans le langage d'un couple

âgé de plus de 60 ans. Les analyses de cette expérience révèlent que l'émergence du passé dans le discours peut signifier la satisfaction d'une condition subjective qui confère, pour celui qui parle, le sens propre de l'existence, étant donné que le sujet existe seulement dans le langage. Ainsi, la mémoire offre au sujet une possibilité de vivre le temps dans une double dimension: dans le ici-maintenant et dans la récurrence du passé. De cette manière, elle ne peut pas être associée à un effet naturel du vieillissement, car elle constitue le sujet, indépendamment de son âge. On aspire à contribuer pour que les résultats atteints puissent favoriser l'expansion de la linguistique, spécialement celle des études énonciatives, et l'élargissement de la compréhension de la dimension subjective constitutive de l'activité linguistique impliquée dans les interactions sociales entourant le sujet.

**Mots-clés:** Énonciation. Sujet. Temps. Mémoire. Répétition.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação do universo da pesquisa.....	127
Quadro 2 – Critérios de transcrição.....	129
Quadro 3 – Identificação dos participantes .....	130
Quadro 4 – Identificação do emprego do dêitico “lá” .....	165

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLG	Curso de Linguística Geral
CREATI	Centro Regional de Estudos e Atividades para Terceira Idade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Linguística Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PLG	Problemas de Linguística Geral
UPF	Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 SUJEITO</b> .....	<b>29</b>
2.1 DELINEANDO UM CONCEITO DE SUJEITO COM BENVENISTE .....	32
<b>2.1.1. Linguagem, língua, línguas</b> .....	<b>36</b>
<b>2.1.2 Categoria de Pessoa, Intersubjetividade, Subjetividade</b> .....	<b>37</b>
<b>2.1.3 Homem, locutor, sujeito</b> .....	<b>46</b>
<b>3 O TEMPO</b> .....	<b>55</b>
3.1 O MITO, O TEMPO, A LINGUAGEM .....	57
3.2 MAS O QUE É, AFINAL, O TEMPO?.....	61
<b>3.2.1 Roupagens do tempo</b> .....	<b>61</b>
<b>3.2.2 O tempo em Benveniste</b> .....	<b>67</b>
3.2.2.1 O tempo linguístico – esse tempo da enunciação e sua condição inapreensível.....	74
<b>4 A MEMÓRIA</b> .....	<b>81</b>
4.1 UM OLHAR FILOSÓFICO SOBRE A MEMÓRIA – A LEITURA DE RICOUER ..	84
<b>4.1.1 A Memória Individual</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1.2 A Memória Coletiva</b> .....	<b>90</b>
<b>4.1.3 O testemunho</b> .....	<b>93</b>
4.2 A MEMÓRIA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE .....	98
<b>4.2.1 A memória em Bergson</b> .....	<b>102</b>
<b>4.2.2 A memória em Freud</b> .....	<b>103</b>
<b>5 ANÁLISE DOS FATOS ENUNCIATIVOS – A CONFIGURAÇÃO DO SUJEITO, DO TEMPO E DA MEMÓRIA NO DISCURSO DE ADULTOS COM MAIS DE 60 ANOS</b> .....	<b>109</b>
5.1 POSIÇÃO DO IDOSO NO MUNDO – CONDIÇÃO BIOLÓGICA E SOCIAL.....	110
5.2 ESPECIFICIDADES NA CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS EM ENUNCIÇÃO .....	115
5.3 O PROCESSO DE ENTRADA EM CAMPO.....	119
<b>5.3.1 Do lugar de testemunha</b> .....	<b>119</b>
<b>5.3.2 A entrada, de fato, em campo</b> .....	<b>122</b>
5.3.2.1 A configuração definitiva do grupo de participantes da pesquisa.....	125

5.4 O TEMPO E A MEMÓRIA (RE)SIGNIFICANDO A EXPERIÊNCIA LINGUÍSTICA DO SUJEITO.....	131
<b>5.4.1 Encontro 8 – orgulho do trabalho infantil .....</b>	<b>131</b>
5.4.1.1 A instanciação do sujeito.....	133
5.4.1.2 A ação do tempo no discurso .....	136
5.4.1.3 A memória.....	138
5.4.1.4 Instanciação do sujeito.....	141
5.4.1.5 A indissociabilidade entre tempo, memória e repetição .....	142
<b>5.4.2 Encontro 9 – recém-casados.....</b>	<b>145</b>
5.4.2.1 A instanciação do sujeito.....	146
5.4.2.2 Tempo/temporalidade.....	149
5.4.2.3 Memória .....	151
5.4.2.4 Repetição .....	153
5.4.2.5 Instanciação do sujeito.....	156
5.4.2.6 Tempo e memória .....	158
<b>5.4.3 Encontro 6 – Pregando peça no caixeiro viajante.....</b>	<b>159</b>
5.4.3.1 Tempo .....	160
5.4.3.2 A instauração do tu – o outro imediato .....	162
5.4.3.3 A memória.....	163
5.4.3.4 Repetição .....	165
5.4.3.4.1 <i>Repetição de um elemento textual – “lá”</i> .....	165
5.4.3.4.2 <i>Repetição de uma informação</i> .....	167
5.4.3.5 O outro/a cultura.....	169
<b>5.4.4 Encontros 6, 7, 8 e 9 – memória e repetição .....</b>	<b>171</b>
5.4.4.1 Repetição de dado informacional .....	172
5.4.4.2 Repetição de narrativa .....	174
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta investigação, vinculada à linha de pesquisa Interação e Práticas Discursivas do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS, insere-se em uma visão de linguística aplicada em uma perspectiva interdisciplinar<sup>1</sup> à medida que se propõe a produzir conhecimento sobre uma temática de relevância social, não circunscrita ao contexto escolar.

O tema desta investigação é o papel do tempo e da memória no discurso de adultos com mais de 60 anos.

O interesse desta pesquisa surgiu de nosso lugar do outro (tu) em diálogos com pessoas idosas. Observávamos, na fala de diferentes sujeitos com mais de 60 anos com quem conversávamos, a presença de relatos de fatos situados no passado; por vezes até mesmo repetindo, recontando histórias já narradas em outro tempo-lugar. Associando essa experiência discursiva à outra – a da leitura da teoria de Émile Benveniste – fomos percebendo que se delineava ali uma possibilidade investigativa. Elegemos, então, nossa pergunta de pesquisa: de que forma o passado se apresenta na fala do presente?

Nosso reencontro<sup>2</sup> com Benveniste foi decisivo para a delimitação do tema desta pesquisa. Neste primeiro momento, ainda não nos havíamos dado conta do quanto a afirmação do mestre de que o discurso faz renascer o acontecimento e a experiência do acontecimento estaria implicada no modo como olharíamos para o objeto de estudo. Aos poucos, na medida em que íamos revisitando seus textos e, ao mesmo tempo, tomando contato com textos de outros autores, cujas abordagens

---

1 Celani (1992) argumenta em favor da inserção da Linguística Aplicada (L.A.) em Área Interdisciplinar. No texto “Afiml, o que é linguística aplicada”, a autora problematiza o conceito de L. A., resgatando diferentes interpretações associadas ao termo ao longo da história. A pesquisadora parte de uma perspectiva mais antiga, quando a L.A. era compreendida como disciplina destinada tão somente ao ensino e à aprendizagem de línguas, passando pelo período em que era vista como disciplina que exerceria um papel de mediação entre descrições teóricas e as atividades práticas diversas até chegar a uma noção mais contemporânea, sob um prisma interdisciplinar. De acordo com esta última noção, a L.A. seria potencialmente capaz de abrigar uma disciplina maior, algo como “estudos de comportamento aplicado”, estabelecendo interlocução com outras disciplinas, como a Linguística, a Sociologia, a Psicologia dentre outras matérias que teriam igual peso na formação do pesquisador.

2 Emprego o termo reencontro porque me deparo com a teoria de Benveniste há mais de dez anos, desde que iniciei o Curso de Mestrado em Letras, concluído em 2005 e cuja dissertação tem aporte teórico em Benveniste. No entanto, foi após a qualificação deste trabalho, realizada em janeiro de 2015, que a pesquisa assumiu a perspectiva ora anunciada, passando a incluir a memória (e a repetição)

teóricas permitem aproximações com a teoria de Benveniste, fomos nos surpreendendo com as possibilidades que pouco a pouco iam se descortinando.

Teixeira (2012), pesquisadora de Benveniste, ensina que “não há um saber sobre a linguagem que não seja ao mesmo tempo um saber sobre o sujeito da linguagem, isto é, que não represente um saber sobre o indivíduo, a sociedade e suas relações” (p. 62). Encontrávamos, naquele momento, uma teoria capaz de mover nosso interesse de pesquisa. Estudar a linguagem é, portanto, estudar o sujeito e tudo o que lhe diz respeito. Assim, passamos a defender que olhar para o discurso de alguém que envelhece permite vislumbrar seu lugar na sociedade e na cultura.

Em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963)<sup>3</sup>, um dos textos de Benveniste que inspirou a construção do ponto de vista a partir do qual olhamos nosso objeto, o discurso de adultos com mais de 60 anos, encontramos alguns trechos que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e que reproduzimos aqui:

A realidade é produzida novamente pela linguagem (1963, p. 26);  
 [...] aquele que fala **faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e sua experiência do acontecimento**. Aquele que ouve apreende primeiro e o discurso **e através desse discurso o acontecimento reproduzido** (p. 26, grifo nosso);  
 [...] a linguagem instaura realidades, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. (p. 27).

Se a linguagem traz de volta o que desapareceu e quem fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e sua experiência do acontecimento, então como poderíamos associar a fala do passado e a memória como simples repetição de algo vivido?

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958)<sup>4</sup>, percebemos a importância da intersubjetividade na linguagem, quando lemos que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a [...]. É um homem

---

<sup>3</sup> Texto de É. Benveniste publicado originalmente em 1963, que integra a primeira parte da obra *Problemas de Linguística Geral I* (1966) e é referido neste trabalho em sua versão traduzida para o português, na 4ª. edição (1995).

<sup>4</sup> Texto de Benveniste publicado originalmente em um periódico de psicologia (1958) e integrante da obra *Problemas de Linguística Geral I* (1995).

falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 1958, p. 285).

Assim, esta pesquisa propõe-se a olhar para o lugar que o tempo e a memória tomam no discurso de alguém que envelhece, considerando o sujeito em sua constituição dialógica, uma vez que é fundado no seio da sociedade, na cultura. Esse ponto de vista está articulado com uma perspectiva linguístico-antropológica, sintonizada com as atuais reflexões da teoria.

O tema da intersubjetividade, o qual veremos na revisitação teórica que integra o primeiro capítulo de desenvolvimento desta investigação, é recorrente no conjunto do pensamento de Benveniste: “Desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro.” (BENVENISTE, 1989 [1970], p. 84). Nesse texto que, segundo Flores (2013b), representa um momento síntese da obra de Benveniste porque condensa os mais de quarenta anos de estudo sobre a enunciação, o linguista sírio reafirma o que havia escrito há cerca de doze anos sobre o caráter interdiscursivo presente no processo de implantação do sujeito<sup>5</sup>. No entanto, a reflexão do texto de 1970 e explicitada no segmento em destaque, vai ainda além, quando argumenta sobre a relação naturalmente dialógica implicada no ato mesmo de apropriação da língua. Se o fato de um *tu* (outro) assumir o lugar do *eu* contribui para ou prejudica a instanciação do sujeito no discurso é um aspecto que queremos analisar.

Estamos interessados na singularidade advinda da enunciação de alguém que envelhece. Assim sendo, não pretendemos categorizar um discurso tipológico<sup>6</sup>, pois não acreditamos que seja possível classificar o discurso de alguém como pertencente a uma ou outra categoria. Estamos em busca da reflexão sobre o lugar que a memória ocupa (ou pode ocupar) no discurso desses adultos com mais de 60 anos, que se tornam sujeitos *na* e *pela* linguagem e que resgatam o tempo e a memória pelo discurso e não *na* e *pela* idade.

---

<sup>5</sup> “Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocução um *tu*”. (1995 [1958], p. 286).

<sup>6</sup> Por exemplo, um discurso de velho em oposição a um discurso de qualquer outra categoria etária, psicológica ou social.

Esta investigação convoca os estudos linguístico-enunciativos para produzir saberes sobre a especificidade do tempo e da memória na enunciação de adultos com mais de 60 anos.

Para alcançar nosso objetivo geral, precisamos, primeiramente, analisar de que modo a pessoa que fala se torna sujeito no discurso, isto é, como se dá a passagem de locutor a sujeito. Observando a singularidade da constituição desse movimento, queremos entender como a instauração do outro (tu imediato) / Outro (cultura) contribui para esse processo de subjetivação. A seguir, pretendemos examinar como a noção de tempo se redimensiona no discurso de alguém que envelhece, ou seja, como a experiência do tempo se materializa na discursivização da ação do homem na linguagem. Por fim, interrogamos os fatos linguísticos recortados a fim de descrever a forma como a memória e a repetição tomam lugar no discurso (e, por causa dele, na vida) de alguém que envelhece.

Mas por que esta pesquisa está interessada no discurso de adultos com mais de 60 anos?

Primeiramente, queremos destacar o crescimento da população idosa no mundo. Se na década de 50, a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 45 anos e 5 meses<sup>7</sup>, em 2013 a expectativa de vida subiu para 74 anos e 6 meses, conforme apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>8</sup>.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>9</sup>, a população no mundo todo está envelhecendo. O Japão conta com cerca de 35% da população com mais de 60 anos; a Itália com 28%; a Alemanha e a Finlândia com 28%; a Bulgária e a Grécia com 29%; e assim segue uma lista em torno de 34 países que possuem 20% ou mais da população nessa faixa etária.

No Brasil, a situação não é diferente. Apesar de ainda ser considerado um país jovem quando comparado, por exemplo, aos países europeus, conforme relatório da ONU de 2015<sup>10</sup>, a população idosa brasileira está em torno de 12%.

---

7 Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP210>>. Acesso em: 20 out. 2015.

8 Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=88&data=01/12/2014>>.

Acesso em: 20 out. 2015.

9 Disponível em:

<<http://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/Data/WorldPopulationAgeingReport2013.pdf>>.

Acesso em: 23 out. /2015.

10 Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/popdev/Profilesofageing2015/index.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

Entre os países da América Latina, apenas três superam a porcentagem do Brasil: a Argentina com 14,7%; o Chile com 15,8%; e o Uruguai com 19%.

Entretanto, se considerarmos o total da população brasileira, estimada, em 2015<sup>11</sup>, em torno de 204 milhões, veremos que a quantidade de idosos no Brasil ultrapassa os 22 milhões de pessoas, número significativamente superior ao de seus países vizinhos, menos populosos. A título de comparação com a Argentina, por exemplo, que possui a maior densidade demográfica entre esses países com uma população estimada de 43 milhões de pessoas, sendo, destas, quase 15% de idosos, chegamos a um número em torno de 6 milhões e 450 mil idosos em 2015, o que corresponde à estimativa de uma população idosa quase quatro vezes menor do que a do Brasil.

Aproximando esses dados da nossa realidade, chegamos ao estado do Rio Grande do Sul, que conta, de acordo com dados do IBGE<sup>12</sup>, com cerca de 11 milhões de pessoas, sendo, destas, 16,1% com mais de 60 anos (porcentagem maior do que a média do país, que é de 12%).

Se esse crescimento da população idosa no RS, no Brasil e no mundo já revela números expressivos, impressionamo-nos ainda mais quando nos deparamos com dados estimados pela ONU de que em 2050 o número de pessoas com 60 anos ou mais no mundo deve ultrapassar os dois bilhões, chegando a somar 21% da população mundial<sup>13</sup>. Vale mencionar que se o Brasil tinha, em 2013, uma população idosa de 11%, terá esse número multiplicado em cerca de 35 anos, passando a contar, em 2050, com uma população de 22,5% de idosos<sup>14</sup>. Esse cenário, por si só, revela a urgência da produção de mais conhecimento sobre a população que envelhece.

É possível constatar, através dos dados elencados, que a população passou a viver mais. O aumento demográfico da população de idosos deve-se a vários fatores, tais como a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida, a diminuição da taxa de fecundidade e mesmo a diminuição da mortalidade geral, devido a melhores condições de vida e ao progresso da Medicina.

---

11 Conforme dados do IBGE em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

12 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>>. Acesso em: 21 out. 2015.

13 Em 2014, conforme dados da ONU, a população mundial de idosos era de 841 milhões. Disponível em: <[http://nacoesunidas.org/?post\\_type=post&s=idosos](http://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=idosos)>. Acesso em: 30 nov. 2014.

14 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>>. Acesso em: 21 set. 2014.

Mas se um número maior de pessoas vive mais tempo, algumas consequências são advindas: o aumento de gastos com a saúde; o aumento de prevalência de doenças crônicas entre a população idosa; o aumento de encargos do Estado com a previdência social; a alteração da estrutura familiar e das relações familiares. Todos esses fatores geram mudanças, adaptações e preocupações. Portanto, se o objetivo cientificamente buscado de viver durante mais tempo foi atingido, isso não significa que estejamos todos felizes, pois o fato de o envelhecimento ser visto, por boa parte da sociedade, como um problema exige, como afirma Fausto Amaro (2014)<sup>15</sup>, a instauração de um novo paradigma.

Conforme a Declaração de Viena (1982), qualidade de vida não é menos importante do que a longevidade, portanto, as pessoas devem ter o direito de desfrutar, no seio de suas famílias e na comunidade, de uma vida plena, saudável, segura e satisfatória, assim como serem consideradas parte integrante da sociedade.

Esse novo paradigma deve permitir que as pessoas sejam valorizadas em sua individualidade, sem que critérios como idade, independência social ou econômico-financeira prevaleçam sobre as demais condições.

Para envelhecer com qualidade de vida, são necessárias condições objetivas, como saúde, alimentação, convívio social, etc., mas também condições subjetivas: sentimento de bem-estar; sentimento de felicidade; satisfação com os objetivos atingidos; desenvolvimento pessoal; relações positivas com os outros, familiares e amigos; sentimento de autorrealização; desempenho de papéis sociais e independência, entre outras. Onde essas condições deixam vestígios senão na linguagem?

Se a cada ano um número maior de pessoas viverá mais tempo, é necessário ampliar os estudos, sob diferentes perspectivas teóricas, que reflitam sobre essa população que está envelhecendo. Nisso, a linguística tem muito a contribuir, uma vez que ela é a tentativa de compreender a linguagem, e a linguagem é condição do

---

<sup>15</sup> Na conferência *Envelhecer no Mundo Contemporâneo: Oportunidades e incertezas*, proferida na abertura do III Congresso Internacional de Estudos do Envelhecimento Humano (CIEEH). O evento, promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Estudos do Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo, foi realizado em Passo Fundo, RS, em agosto de 2014 e contou com a participação do pesquisador português.

homem<sup>16</sup>, pois é ela que “ensina a própria definição do homem”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 285).

Assim, os estudos linguístico-enunciativos encontram terreno fértil para problematizar esse tema que, ao focalizar o tempo e a memória atualizados discursivamente, põe em relevo a singularidade da enunciação de alguém com mais de 60 anos.

Esperamos contribuir para que os resultados alcançados possam abrir espaço para a expansão da linguística, especialmente dos estudos enunciativos, e para a ampliação da compreensão da dimensão subjetiva constitutiva da atividade linguística implicada nas interações sociais que envolvem o sujeito.

Estudos que tomem como tema o envelhecimento são frequentes nas pesquisas realizadas no país. Uma rápida consulta na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revela significativo aumento da produção científica sobre o assunto, especialmente nos últimos anos, o que demonstra certo interesse em investigações relacionadas à população que envelhece. No entanto, grande parte dos estudos que tomam por objeto o envelhecimento está relacionada à saúde, à qualidade de vida, ao comportamento (e ao tratamento) social, ao aumento da expectativa de vida, entre outros temas que parecem não ter relação direta com o sujeito e sua individualidade (ao menos não explicitamente). Estudos relacionados ao sujeito/à subjetividade encontram-se vinculados (e/ou limitados) à área da Psicologia, de modo que vislumbramos um espaço a ser ocupado. Benveniste afirma que o homem está na língua e não o atingimos nunca separado dela. Afirma, ainda, que a linguagem exige e pressupõe o outro. Assim, se queremos estudar o sujeito a partir dessa perspectiva, estaremos em busca desse homem falando no mundo, de um “homem falando com outro homem”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 284).

Estudos de caráter linguístico que envolvem a linguagem do idoso não representam uma proposta absolutamente nova. Há pelo menos uma pesquisa no Brasil a respeito do tema, que deve ser referida, por tratar-se do primeiro estudo

---

<sup>16</sup> Argumento desenvolvido por Flores (2013b), no capítulo 3 da obra *Introdução à teoria de Benveniste*, quando apresenta sugestões de temas para debate a partir do que considera o primeiro momento da reflexão do mestre sírio sobre a enunciação, quando se volta à discussão sobre a subjetividade e à categoria de pessoa.

sistemático e abrangente sobre a fala dos idosos<sup>17</sup>. O estudo sobre a interação verbal entre idosos apresenta consistente análise de dados, sob construção de categorias sociais, linguísticas e conversacionais, para analisar o comportamento verbal dos indivíduos na interação linguística. Embora o trabalho de Preti (1991) insira-se teórica e metodologicamente em linha distinta da que estudamos<sup>18</sup>, encontramos, nesse estudo, alguns elementos que nos interessam.

A pesquisa do início da década de 90 revela que o idoso sente prazer ao falar para ouvintes atentos e interessados, sente satisfação por lembrar. Mostra, também, que o fator tempo ganha uma projeção especial na fala dos idosos, conforme constata o autor: “O idoso vive do passado e o projeta a todo momento em seu presente.” (PRETI, 1991, p. 56).

A análise empreendida por Preti (1991) apresenta vários exemplos que evidenciam a predominância de reproduções nas falas dos idosos em detrimento de notícias e afirmações. A categoria tempo manifesta-se nas constantes retomadas do passado (através de narrações) que atuam como artifícios para demonstrar o quanto a vida desses falantes permanece centrada no passado. O que queremos destacar desse estudo é o fato de a categoria tempo ser importante elemento na fala dos idosos. A pesquisa de Preti (1991), ao confirmar a manifestação dos valores do passado na linguagem dos idosos, torna-se inspiradora para nossa pesquisa, pois evoca elementos que também queremos examinar, como a relação entre o sujeito e o tempo. O recorte que fazemos, entretanto, é distinto, assim como o ponto de vista.

Enquanto Preti (1991) constrói categorizações em nível lexical, sintático e discursivo para mapear regularidades na fala dos idosos, nós estamos em busca da singularidade da fala individual, manifesta no tempo, através do qual pode emergir a memória e a repetição.

Sendo assim, cabe-nos, como linguistas da enunciação, dar à memória seu merecido lugar. Sabemos que nem sempre é dado o devido valor social à fala sobre o passado. O discurso de adultos, especialmente daqueles que viveram bastante tempo (incluímos aqui todos aqueles que a sociedade considera idosos), costuma ser associado, de acordo com o senso comum, à fala “de velho” – uma fala que

---

17 Conforme Marcuschi na apresentação da obra *A linguagem dos idosos*, de Dino Preti (1991).

18 A pesquisa *A linguagem dos idosos* situa-se entre os estudos da sociolinguística interacional e da análise da conversação, o que faz com que as análises se voltem tanto para questões linguísticas quanto para os problemas advindos das relações interpessoais, como preservação da face e organização da autoimagem social.

parece ter sentido apenas para o falante/locutor e que se torna desinteressante para o ouvinte/ interlocutor.

Queremos questionar o conceito de velho (ou de idoso), razão pela qual nos referimos, em geral, ao longo desta pesquisa, a pessoas com mais de 60 anos<sup>19</sup>. Embora a idade não possa ser fator desconsiderado, sabemos que a definição de idoso não deve ser reduzida à mera soma de um tempo de vida. É fácil encontrar pessoas que apresentam sinais físicos e psíquicos reveladores de uma idade cronológica maior do que a que possuem e, ao mesmo tempo, outras que, mesmo somando muitos anos de vida, parecem não ter sofrido a ação do tempo na aparência e enfrentam com leveza e alegria a passagem dos anos – o que mostra que a idade cronológica nem sempre acompanha a idade física e espiritual. Estamos de acordo com Mucida (2012), para quem o conceito de velho não corresponde a uma categoria estável, natural e homogênea, pois (co)existem inúmeras “velhices” em constante processo de resignificação. Afinal, quem é o velho? Seria aquele que necessita de cuidados? Certamente esse argumento torna-se nulo quando percebemos que há tantos idosos sendo cuidados quanto cuidadores idosos. Assim, se a velhice é percebida/sentida de modo diferente pelos sujeitos, pode essa etapa da vida corresponder a um período preestabelecido igual para todos que completam um determinado número de anos de vida? Faremos essa discussão em seção específica no capítulo final desta tese.

A fim de iniciar o estudo em busca da compreensão do papel do tempo (da memória e da repetição) no discurso de adultos com mais de 60 anos, procuramos, no próximo capítulo (2), reconstruir o conceito de sujeito da enunciação na obra benvenistiana. Perseguimos um percurso de leitura, a partir de orientação teórica de Flores (2013b), que aponta para a existência de uma rede conceitual de termos em Benveniste, razão pela qual não recomenda a leitura dos textos de maneira linear: “Em Benveniste há uma rede de primitivos teóricos, ou seja, uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros.” (FLORES, 2013b, p. 23-24). Assim, o escopo teórico deste capítulo encontra-se em parte de textos reunidos nos dois tomos dos Problemas de Linguística Geral: *Estrutura de relações da pessoa no verbo* (1946); *A natureza dos pronomes* (1956); *Da subjetividade na linguagem* (1958); *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963); *A linguagem e a*

---

<sup>19</sup> A oscilação na forma de nomear os participantes desta pesquisa (velho, idoso e pessoas com mais de 60 anos) não representa qualquer intenção de categorização etária ou moral.

*experiência humana* (1965); *A forma e o sentido na linguagem* (1966); *Estruturalismo e linguística* (1968); *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968); e *O aparelho formal da enunciação* (1970). O estudo desses textos aponta para a complexidade da construção da noção de sujeito na teoria benvenistiana, ao revelar que essa noção está atrelada a conceitos como os de homem, pessoa, locutor, subjetividade, intersubjetividade. A explicitação dessa noção revela-se fundamentalmente importante na busca da compreensão de como a pessoa que fala institui seu lugar na enunciação, isto é, assume uma posição de sujeito *na e pela* linguagem.

Os participantes desta pesquisa encontram-se em uma fase da vida em que, na eminência de um futuro curto, encontram possibilidade de viver, através da linguagem, momentos, lembranças, experiências do passado. Cada dia a mais vivido representa para eles mais presença de passado em suas vidas, portanto, mais memória. Essas pessoas atravessaram mudanças sociais e culturais importantes, o que faz com que vivam a experiência da linguagem no tempo de modo diferente de alguém que nasceu, por exemplo, nas duas últimas décadas. Assim, voltamo-nos, no capítulo 3 do desenvolvimento, ao estudo da categoria tempo. Em Benveniste, aprendemos que as categorias de sujeito e de tempo são indissociáveis da experiência humana, porque o sujeito, quando fala, inaugura um novo ato, insere-se em um novo momento no tempo e no espaço. Analisamos a especificidade dessa categoria como um elemento da construção de uma experiência na linguagem. Para tanto fizemos uma breve retomada de algumas definições de tempo – físico, psicológico, cronológico, histórico, ficcional e linguístico, com base em Agostinho (1948), Alves (2008), Fiorin (2010), Mucida (2012), Bakhtin (2010) e Benveniste (1989/1995). A esse último dedicamos espaço maior, já que o conceito de tempo linguístico como fundamentalmente atrelado à enunciação é basilar para a reflexão sobre a singularidade do discurso que analisamos. Esse capítulo visa contribuir para a compreensão da inter-relação entre sujeito e tempo, noção que estará imbricada com a concepção de memória que constituímos no capítulo seguinte.

Como a memória é uma das possibilidades de acesso ao tempo, exploramos, no capítulo 4 do desenvolvimento, algumas definições que consideramos imprescindíveis para a construção de um conceito de memória na perspectiva enunciativa. Não estamos interessados na memória sob o aspecto biológico, físico

ou neurológico, e sim sob o aspecto da singularidade da enunciação evocada. Recorremos, portanto, a conceitos filosóficos e psicanalíticos, construídos por Freud (1975) e Ricouer (2007), além de contribuições de Garcia-Roza (1991) e Rossi (2010).

Somam-se, ainda, para o estudo sobre a memória, as noções de memória individual, coletiva, testemunho, além do conceito de memória em Bergson e, principalmente, em Freud. Através desse percurso, procuramos mostrar que a construção de uma concepção de memória como algo marcado pela singularidade contribui para chegarmos mais próximos de uma formulação do que seria a memória sob o ponto de vista enunciativo.

Sob efeito dos estudos sobre o sujeito, o tempo e a memória, chegamos a nosso capítulo metodológico (5), que inclui quatro seções. Na primeira (5.1) apresentamos uma breve contextualização das características da etapa de vida em que se encontram os participantes desta pesquisa<sup>20</sup>. É importante dizer que tal descrição cumpre o papel de esclarecer que esta etapa, embora seja determinada por fatores biológicos, não é percebida da mesma forma por todos os sujeitos que completam 60 anos. Trata-se de uma posição construída socialmente, o que implica pensá-la a partir da singularidade da constituição de cada sujeito. Estamos convencidos de que a singularidade é construída no ato enunciativo – aqui e agora – e na relação com o outro (*tu* imediato) e o *Outro* (cultura). Beauvoir (2011/1970) e Mucida (2012) dão suporte teórico para a descrição das características e condições implicadas na constituição de uma posição de idoso, a qual, veremos, é experienciada de forma individual.

Na segunda seção (5.2), apresentamos algumas especificidades na constituição de um corpus em enunciação, como a diferenciação entre ato, dado e fato linguístico, o que fizemos com base em Benveniste (1989/1968), Flores (2010) e Ávila (2012). Esse esclarecimento se faz necessário porque o linguista não consegue analisar o ato linguístico, que é inapreensível na sua totalidade, dada a efemeridade da enunciação. Em enunciação, o corpus é constituído de um conjunto

---

20 Servimo-nos, para fins de seleção dos participantes da pesquisa, de critério definido pelo Estatuto do Idoso, isto é, pessoas acima de 60 anos. De acordo com dados da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a integralização de 60 anos marca o ingresso na categoria de idoso. Essa também é a definição da primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em 1982, que produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/devagenda/ageing.shtml>>.

de dados (que não representam a totalidade do ato), aos quais o linguista imprime um recorte que os transforma em fatos linguísticos. Desse modo, analisar fatos linguísticos implica sempre uma reconstrução (de um aqui-agora) a partir da experiência do linguista. Temos acesso, portanto, através dos dados convertidos em fatos linguísticos, a um modo de representação do sujeito na língua, visão sintonizada com a perspectiva antropológica da enunciação, conforme Flores (2013b).

Na terceira seção (5.3) explicitamos nosso processo de entrada em campo, apresentando a noção de testemunho<sup>21</sup>, que tomamos de Surreaux (2006, 2010) e que orientou nossa entrada em campo. Descrevemos em detalhes a constituição do grupo de participantes da pesquisa, desde a primeira configuração<sup>22</sup> até a última. Para dar conta dos objetivos propostos, a primeira incursão em campo ocorreu em março de 2013 em um dos grupos<sup>23</sup> do Centro Regional de Estudos e Atividades para Terceira Idade (CREATI) vinculados à Universidade de Passo Fundo (UPF). Após a participação nos encontros semanais do grupo ao longo de quatro meses, período em que ocorreram a observação, o registro e a avaliação da viabilidade da continuidade do projeto, houve a necessidade<sup>24</sup> de optar por trabalhar com um grupo menor de voluntários (3 mulheres) para participar da pesquisa. Ao longo de seis meses, houve participação em quatro encontros com cerca de 60 minutos cada um, totalizando 240 minutos de gravação, que constituem a primeira parte<sup>25</sup> da coleta de

---

<sup>21</sup> Reconhecemos a importância dos estudos atuais sobre a noção de testemunho, especialmente o de Giorgio Agamben (2005). Entretanto, a noção de testemunho que trazemos nesse trabalho está mais próxima da consideração do sujeito pesquisador na pesquisa, a partir do viés proposto por Surreaux (2006, 2010). Tomamos essa decisão conscientes de que uma profunda alteração teórico-metodológica estaria implicada caso adotássemos a perspectiva de Agamben, o que, para nós, poderá significar uma outra possibilidade de olhar para os dados (fatos linguísticos que selecionamos), em outro tempo-espaço.

<sup>22</sup> A primeira configuração do grupo de participantes previa quinze integrantes (2013/1). Após avaliação, decidimos trabalhar com um grupo de três voluntários (novembro de 2013 a maio de 2014). Após novo momento de avaliação, decidimos imprimir novo recorte, reduzindo para um participante (junho de 2014 a fevereiro de 2015). Neste terceiro momento, que se efetivou como o definitivo, surpreendemo-nos com a revelação dos dados, conforme explicaremos melhor no capítulo 5, de modo que passamos a contar, inadvertidamente, com dois participantes, uma vez que a participante selecionada era casada e grande parte das gravações se deu na presença do casal que participava concomitantemente dos diálogos.

<sup>23</sup> Oficina Literária, da qual participavam, na época, cerca de quinze adultos com mais de 60 anos, em sua maioria mulheres.

<sup>24</sup> Explicitamos, no capítulo 5, as razões de tal necessidade.

<sup>25</sup> A primeira parte dos dados analisados não integra a presente pesquisa, conforme explicaremos no capítulo 5.

dados, até que, em maio de 2014, optamos (professora Marlene Teixeira<sup>26</sup> e eu) por novo recorte, dessa vez com apenas um participante – passo que se revelou fundamental para os resultados desta pesquisa<sup>27</sup> e que implicou na configuração de dois participantes, devido ao fato de a participante escolhida ser casada e grande parte dos diálogos se dar na presença do marido (da mesma idade dela). Sob a configuração definitiva dos dois participantes, ao longo de 9 meses, ocorreu a gravação em áudio e a transcrição<sup>28</sup> de aproximadamente 8 horas de conversa, cerca de 480 minutos. Cada hora de conversa representa um dos encontros realizados, os quais são apresentados no Quadro 1 do capítulo 5. Além disso, houve os registros em diário de campo, que estão sob minha guarda, os quais possibilitaram a contextualização de cada situação enunciativa analisada.

Na seção 5.4, apresentamos as análises que fazemos dos fatos linguísticos que selecionamos, os quais revelam a experiência do sujeito na linguagem. A análise, pautada pelos princípios derivados das leituras empreendidas nos três capítulos teóricos visa responder às questões de nossa tese que busca compreender o papel do tempo e da memória no discurso de adultos com mais de 60 anos.

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos. Temos consciência de que o estudo construído até aqui não encerra a reflexão acerca do tema, que se abre a inúmeras possibilidades de análise ao colocar no centro da discussão o homem e a linguagem. Realizamos uma primeira experiência de olhar em direção às atividades significantes dos homens em interação social (conforme TEIXEIRA, 2012), entretanto, reconhecemos as limitações de nosso trabalho que enfrenta a barreira do tempo – objeto de pesquisa. O que aqui apresentamos, enfim, é “uma” perspectiva de leitura para as representações do sujeito na linguagem. Pretendemos, assim, contribuir com algo novo para a compreensão do modo como o tempo, a memória e a repetição tomam lugar no discurso de alguém que envelhece.

---

<sup>26</sup> Professora Marlene Teixeira (in memoriam) orientou esta pesquisa no período de janeiro de 2012 a março de 2015, quando nos deixou. A partir de abril de 2015, a orientação ficou sob responsabilidade da professora Maria da Graça Krieger (UNISINOS) e da professora Luiza Milano (UFRGS).

<sup>27</sup> Durante o processo das gravações, percebemos que, como a maior parte dos encontros se davam em situações em que nossa participante – casada – estava em casa, na companhia do marido, de mesma faixa etária, esse acabou participando de praticamente todas as gravações, o que se mostrou bastante importante para a análise das relações de intersubjetividade que constituem esta pesquisa.

<sup>28</sup> Como se trata de um estudo alicerçado no campo da Linguística da Enunciação, a metodologia de transcrição foi sendo delineada de acordo com a singularidade do próprio objeto de análise e com a particularidade desta pesquisa. Nesse sentido, construímos um registro próprio, que apresentamos no quadro 2 do capítulo 5.

## 2 SUJEITO

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'. (BENVENISTE, 1958).

Conforme anunciamos na introdução deste estudo, estamos interessados na singularidade do discurso de pessoas com mais de 60 anos. Dirigimos, para tanto, nosso olhar para alguém que realiza, através da fala, uma experiência humana, a qual, de acordo com o ponto de vista aqui defendido, está situada sob uma estrutura que congrega sujeito, tempo e memória.

Observamos que o tempo, além de ter sua expressão “compatível com todos os tipos de estruturas linguísticas” (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 70), organiza o discurso, como veremos com maior profundidade no próximo capítulo. Mas se o tempo tem lugar no discurso, é a memória que torna possível (re) viver a experiência temporal. É ela que dá a possibilidade de algo vivido no passado retornar ao presente através da linguagem, conforme examinaremos ao longo desta tese.

Neste capítulo, dedicamo-nos a estudar o sujeito, recorrendo, para tanto, aos estudos linguístico-enunciativos de Émile Benveniste. Como a pessoa que fala se torna sujeito no discurso? Queremos, através dessa incursão teórica, primeiramente entender como é construída a noção de sujeito em Benveniste. Em segundo lugar, queremos entender quem é esse sujeito que fala *no* tempo e *do* tempo e que recorre à memória para instituir-se em um espaço-tempo. Pretendemos, desse modo, (re) construir o conceito de sujeito da enunciação em Benveniste a fim de derivar um conceito de sujeito do tempo e da memória.

Examinando texto dedicado ao estudo das noções de pessoa e tempo<sup>29</sup>, vimos que Benveniste coloca em evidência o comportamento daquele que fala ao empregar o pronome *eu* em oposição a *tu* e *ele*, comportamento que, embora pareça instintivo para nós, reflete “uma estrutura de oposições linguísticas inerentes ao discurso”. (1989 [1965], p. 68). É nesse mesmo texto que o linguista assevera que quando alguém fala “uma experiência humana se instaura *de novo*<sup>30</sup> e revela o instrumento linguístico que a funda”. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 69).

---

<sup>29</sup> A linguagem e a experiência humana (1965).

<sup>30</sup> à *neuf*

Essa possibilidade de realização de uma *experiência humana na linguagem* revela a potência que a presença do *homem na língua* constrói na configuração da teoria enunciativa de Benveniste. Essa presença do homem na língua, conforme Flores (2013b, p. 190), “é uma função essencial desse homem, do homem que fala, o que a torna objeto de uma antropologia: uma antropologia da linguagem que implica uma antropologia da enunciação”.

Associamo-nos à leitura que Flores (2013b, p. 190) imprime a Benveniste, segundo a qual os estudos do mestre sírio estão erigidos sob “uma espécie de tríade epistemológica que funda uma antropologia: homem, linguagem, cultura”. Observamos que o elemento “cultura” aparece tanto de modo implícito nos estudos sobre a subjetividade e a linguagem, como de modo explícito, como se pode constatar nas palavras do próprio Benveniste. Destacamos, a fim de corroborar essa última afirmação, duas ocorrências. A primeira, em entrevista a Pierre Daix, na edição 1242 da revista *Les Lettres françaises*, quando o autor diferencia os níveis semiótico e semântico e atribui à cultura o sistema de valores que se imprimem à língua: “A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem.” (BENVENISTE, 1989 [1968], p. 22). A segunda, em entrevista a Guy Dumur para uma edição especial da Revista *Le Nouvel Observateur*, quando explicita o modo como concebe a linguística, que, na sua perspectiva, se utiliza do desenvolvimento de todas as várias ciências, não mais apenas a filologia, à qual se associava até então. Diz Benveniste (1989 [1968], p. 38):

Agora vemos todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de ‘ciência geral do homem’). E se percebe que as ciências gerais do homem são, no fundo, muito mais difíceis que as ciências da natureza e não é por acaso que elas são as últimas a terem nascido. É necessário grande capacidade de abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede (grifo do autor).

Encontramos, em Benveniste, uma noção de sujeito linguístico que queremos ampliar; portanto, queremos, a partir da (re)construção desse conceito, investigar que concepção filosófica está por trás da concepção linguística de sujeito/subjetividade em Benveniste.

Definir a noção de sujeito em Benveniste é tarefa complexa, pois ela não se encontra explícita na obra do linguista. De acordo com Teixeira & Flores (2010), as palavras *sujeito*, *subjetivo* e *subjetividade* são recobertas por significados diferentes em seus textos. Por isso, além da necessidade de instaurar um ponto de vista de leitura, é preciso atentar para a especificidade da construção do pensamento teórico do autor, que, muitas vezes, é incompatível com uma leitura linear.

Para evitar cair na armadilha provocada por uma leitura simplista, retomaremos alguns dos principais textos de Benveniste sobre o tema em questão, a fim de buscar (re) construir as concepções do termo *sujeito* na teoria que escolhemos para guiar nosso estudo. Qual é a concepção de sujeito que encontramos em Benveniste? A que outras noções essa concepção está ligada? Que implicações a ampliação do conceito de sujeito pode produzir sobre o modo como estamos olhando para o discurso de alguém que envelhece? São esses alguns dos questionamentos que nos guiarão neste capítulo.

O estudo que apresentamos na sequência foi guiado pela leitura dos seguintes textos de Benveniste, reunidos nos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral: Estrutura das relações da pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1966), *Estruturalismo e linguística* (1968), *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), *O aparelho formal da enunciação* (1970).

Como afirmamos há pouco, a noção de sujeito não é transparente na teoria linguística benvenistiana. O termo *sujeito* aparece imbricado com outros termos, como *locutor*, *subjetividade*, *intersubjetividade* – para citar apenas alguns – os quais se apresentam em uma rede conceitual que exige do leitor não apenas atenção, mas o respeito à existência dessa trama, já que há, em Benveniste, “conceitos, termos e noções cuja compreensão decorre das relações que mantêm com outros conceitos, termos e noções”. (FLORES, 2013a, p. 99). Isso significa que é difícil – é até mesmo improdutivo – estudar o significado de um termo isoladamente.

## 2.1 DELINEANDO UM CONCEITO DE SUJEITO COM BENVENISTE

Iniciamos nossa incursão teórica, presentificando a constatação de Normand (2009) de que a expressão *sujeito da enunciação* nunca foi usada pelo próprio Benveniste. Ela dirá que o uso dessa expressão é muito mais uma derivação da leitura do conjunto dos textos do autor do que uma realidade teórica.

Em estudo recente, Flores (2013a), que corrobora a leitura de Normand, desenvolve a noção de sujeito da enunciação, relacionando-a, metodologicamente, à noção de enunciação, a fim de propor uma possibilidade de análise de fatos da língua. Trata-se, como ele mesmo adverte, de uma perspectiva própria de análise que fala da condição única do homem na língua, isto é, “de uma singularidade que advém de uma sintaxe da enunciação”. (FLORES, 2013a, p. 96).

O ponto de partida da reflexão apresentada por Flores é de que a expressão “o homem na língua” indica *a indissociabilidade do singular (homem) e do repetível (língua)*, já que “o homem não apenas está na língua, como sua existência se singulariza na repetibilidade da língua”. (FLORES, 2013a, p. 96). É comum, afirma o pesquisador, a referência a Benveniste quando se quer fazer distinção entre os sintagmas *sujeito da enunciação* e *sujeito do enunciado*. No entanto, salienta, essa distinção não é tão clara em Benveniste como podem crer muitos leitores desavisados. A título de exemplo, faz referência ao caso da menção à dupla *enunciação x enunciado* no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), onde há somente duas ocorrências em contexto em que *enunciado* alterna com *enunciação*. Outro exemplo é o caso das expressões *sujeito do enunciado/sujeito da enunciação*, que não são cunhadas por Benveniste, como atesta Normand (2009), para quem *as noções de sujeito e de significação podem ser encontradas em todos os textos e é através dessa ligação que se resume e se funda, semanticamente, a configuração formal que se torna objeto de descrição*.

Dessons (2006) alerta sobre a particularidade do emprego das expressões *sujeito enunciator* e *sujeito da enunciação*, cujos sentidos dependem do contexto teórico em que são utilizadas. Para o autor, o sujeito (da enunciação) é uma noção elaborada a partir da distinção proposta por Benveniste entre *enunciado versus enunciação*:

O sujeito da enunciação só pode ser uma noção problemática, aberta sobre o trabalho teórico de Benveniste, e não fechada a uma definição dicionarizada. Noção crítica, ela vale tanto pelos avanços teóricos que lhe recobrem, quanto pelas reações que ela suscita, e participa, em consequência, no desenvolvimento das questões ideológicas implicados nas ciências do homem<sup>31</sup>. (DESSONS, 2006, p. 133, tradução livre).

O *sujeito enunciador*, esclarece o autor, deriva do campo da psicologia e designa o sujeito que fala (o locutor). Em Benveniste, a noção de enunciador no contexto teórico da enunciação indica o locutor e não o sujeito (da enunciação). Em contrapartida, o sujeito da enunciação indica o sujeito que se constitui *na e pela* enunciação de seu discurso. Dessons (2006) chama atenção para a particularidade do uso da construção “na e pela linguagem”<sup>32</sup> em Benveniste, defendendo a posição de que muito mais do que um recurso de estilo, o uso dessa expressão revela uma figura do pensamento do linguista: “Em Benveniste, *na e pela* significa que a linguagem é indissociavelmente um lugar e um processo de subjetivação.” (DESSONS, 2006, p. 137, tradução livre).

De acordo com Flores (2013a), o fato de as expressões *sujeito do enunciado* e *sujeito da enunciação* não terem sido utilizadas explicitamente por Benveniste não impede que sejam depreendidas da leitura de seus textos. Aponta, portanto, a necessidade da instauração de um ponto de vista de leitura, através do qual seja possível erigir princípios que permitam a formulação de uma *noção de sujeito da enunciação* – noção cara à investigação que propomos. É que em uma perspectiva enunciativa como a deste trabalho, a problemática do sujeito é inevitável. Por isso, recorreremos aos estudos de Benveniste e aos de reconhecidos pesquisadores de sua obra a fim de trazer à discussão os aspectos mais relevantes em torno dessa temática, de modo que possamos iluminar nosso estudo em torno da emergência da posição de sujeito no discurso de adultos a partir de 60 anos.

Flores (2013a) mostra a possibilidade de ler, nas entrelinhas de um conjunto de textos de Benveniste, “indicações programáticas que permitem vislumbrar uma

---

<sup>31</sup> “le sujet d’énonciation ne puisse qu’être um notion problématique, ouverte sur le travail théorique de Benveniste, et non fermée à la manière d’une définition de dictionnaire. Notion critique, elle vaut autant par les avancées théoriques qu’elle recouvre, que par les réactions qu’elle suscite, et participe, em conséquence, au dévoilement des enjeux idéologiques impliqués dans les sciences de l’homme” (no original).

<sup>32</sup> Dessons (2006) dedica espaço para mostrar que o emprego da sequência “na e pela” não foi um ineditismo em Benveniste, mas herdada da filosofia, já que fora usada por Alexandre Kojève, colega de Benveniste na *Escola de Altos Estudos*, em sua *Introdução à leitura de Hegel*.

reflexão que inclui algo que até poderia ser nomeado de sujeito da enunciação” (p. 98). O pesquisador chama atenção para o fato de haver apenas indicações e não instruções acabadas: “A teoria de Benveniste deixa entrever um lugar para o sujeito da enunciação, que pode ser inferido da compreensão da rede conceitual que sustentaria essa noção.” (FLORES, 2013a, p. 98). Para depreender a noção de sujeito da enunciação a partir dessa *rede conceitual* em Benveniste, Flores (2013a) busca identificar princípios que autorizariam falar em *sujeito da enunciação*. A expressão *rede conceitual* é bastante apropriada, já que muitos termos e noções, nessa teoria, encontram-se articulados sob diferentes relações: hierárquicas, paralelas, transversais, etc.: “Os termos e as noções que fazem parte de um dado conceito contêm outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros.” (FLORES, 2013a, p. 99).

Para entender melhor de que modo os sentidos desses termos se (inter)relacionam na teoria de Benveniste, apresentamos, nas subseções a seguir, a análise de Flores (2013a), proposta por alguns termos: 2.1.1) *linguagem, língua, línguas*; 2.1.2) *subjetividade, intersubjetividade, categoria de pessoa*; 2.1.3) *homem, locutor e sujeito*. Julgamos procedente o estudo desses termos em Benveniste, uma vez que tais elementos colaboram para a construção da noção de *sujeito da enunciação*, sob a qual está assentado o escopo de nossa investigação.

Em Flores (2013a) veremos que esses termos são de difícil conceituação quando se tomam isoladamente, pois, já dissemos anteriormente, o sentido de um se apoia na definição de outro(s), como demonstraremos, mais detalhadamente, na sequência.

A disseminação do termo *sujeito da enunciação* – conquanto não exista nos textos de Benveniste – é decorrente das leituras de comentaristas filósofos e psicanalistas, que “fabricaram e disseminaram muito cedo esse termo (em particular J. Kristeva e J. Lacan)”. (NORMAND, 2009, p. 15). Essa constatação é emblemática, de acordo com Normand (2009), pois a palavra *sujeito* acaba veiculando diversos sentidos nos textos de Benveniste, como sujeito gramatical, psicológico, de ego filosófico ou fenomenológico, revisto sob a figura de pessoa, mas que não se confunde com o sujeito clivado da psicanálise. Assim, insiste a autora (2009), no interior das descrições linguísticas do mestre, as noções de sujeito “com toda a imprecisão mencionada” (p. 16) estão imbricadas com a noção de significação e esse é o fundamento do princípio teórico formulado em Benveniste. Princípio este

que coloca em oposição, metaforicamente, “um interior, domínio do sujeito, e um exterior, o mundo objetivo<sup>33</sup>”. (NORMAND, 2009, p. 16). Sendo assim, um conjunto de formulações linguísticas expressa “a diversidade das relações entre o homem e o mundo”. (p. 16).

Como já dito insistentemente, estudar os termos e as noções em Benveniste é tarefa difícil, porém imprescindível, que requer rigor científico. Como atesta Flores (2013a), não se podem tomar os mesmos itens lexicais como sinônimos nem mesmo em um único texto do autor; além disso, é necessário observar que alguns termos remetem a outras noções:

Tome-se apenas um exemplo. Diz Benveniste: “La ‘subjectivité dont nous traitons ici est la capacité du locuteur à se poser comme ‘sujet’ (PLG I: 259). O entendimento do que vem a ser “subjetividade” – considerando-se essa formulação de Benveniste – exigiria do leitor que tivesse presente também o que o autor entende por “locutor” e “sujeito” os quais, por sua vez, remetem a outras noções (“língua” e “linguagem”, por exemplo). (FLORES, 2013a, p. 99, grifos do autor)

Em razão dessa complexidade, Flores (2013a) decide considerar a teoria enunciativa benvenistiana como estruturada por uma *rede de primitivos teóricos* (p. 99) e identifica, em sua análise do texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), o que considera o primeiro princípio da teoria: “O homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem.” (FLORES, 2013a, p. 100).

A partir do termo *intersubjetividade*, Flores elege um percurso lexical a ser percorrido, o qual é importante para compreender o escopo da intersubjetividade em Benveniste. Como a intersubjetividade é elemento importante na pesquisa que construímos, retomamos o percurso lexical traçado por Flores (2013a), conforme já anunciamos, e que inicia pela definição dos termos *linguagem*, *língua* e *línguas*. Ao final do capítulo, retomamos a discussão acerca da subjetividade/intersubjetividade, já que tais conceitos assumem, nesta tese, caráter fundamental, conforme demonstraremos no capítulo final desta investigação.

---

<sup>33</sup> Pensamos que o estudo sobre *a forma e o sentido na linguagem* e a discussão em torno dos modos de significação *semiótico* e *semântico* encontrariam abrigo nessa afirmação.

### 2.1.1. Linguagem, língua, línguas

O texto *A linguagem e a experiência humana* (1965) é revelador, conforme Flores (2013a), pois há um estudo sobre a *linguagem*, como a referência constante no próprio título, mas também sobre a *língua*, uma vez que há uma análise sobre o aspecto da temporalidade linguística e, ainda, sobre *línguas*, pois essa análise contempla, além do francês, outras línguas, como *chinook*, por exemplo. Assim, o pesquisador argumenta em favor da ideia de que Benveniste defende a presença *do homem na língua, mas também na linguagem, como mostra na análise que constrói das línguas*. Portanto, os três termos – linguagem, língua e línguas – têm lugar garantido no sistema conceitual do autor, sem que seus sentidos sejam recobertos teoricamente.

Para comprovar sua tese, Flores (2013a) apresenta uma relação de ocorrências das palavras *linguagem*, *língua* e *línguas* em textos de diferentes momentos da construção teórica do autor. Esse estudo revela que a palavra *linguagem*, por exemplo, tem significação associada à *faculdade, condição humana ligada a aspectos de expressão simbólica, ao uso ordinário e poético, à língua, a línguas, à língua/línguas ao mesmo tempo* e, em uma das passagens mais complexas, *linguagem alternando com linguagem*, como no segmento em destaque:

Esse signo (eu) está, pois, ligado ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a esta diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso [...]. (BENVENISTE, 1995 [1956], p. 281).

Em relação ao item lexical *língua*, Flores (2013a) analisa três diferentes ocorrências<sup>34</sup>: a primeira em que o termo *língua* alterna com o próprio termo *língua*; a segunda como idioma alternando com *sistema de formas*; e, por último, relacionado a discurso.

---

<sup>34</sup> A totalidade dos exemplos analisados por Flores (2013) encontram-se, no texto original, entre as páginas 102-104.

Já o termo *línguas* foi analisado em dois tipos de ocorrências: no sentido de diferentes sistemas linguísticos e como sistemas linguísticos específicos.

Essa breve amostra do levantamento de ocorrências desses três termos em Benveniste revela, como indica Flores (2013a), a preocupação do linguista em resguardar três instâncias (linguagem, língua, línguas), ainda que esses três termos tenham seu sentido, por vezes, recoberto.

### 2.1.2 Categoria de Pessoa, Intersubjetividade, Subjetividade

Uma década antes de publicar o texto sobre a subjetividade na linguagem, Benveniste já elaborava discussão em torno da pessoa.

Conforme Flores (2013a), a distinção entre o estatuto de pessoa e de não-pessoa presente no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) é possível de ser depreendida a partir de duas correlações: a *de pessoalidade* – presente em *eu/tu*, ausente em *ele* – e a *de subjetividade*, marca exclusiva do *eu*.

As pessoas *eu* e *tu*, em Benveniste (1995 [1946], p. 253, grifos do autor), compartilham duas características: a da *unicidade* “o *eu* que enuncia, o *tu* ao qual *eu* se dirige são cada vez únicos” e a da *inversibilidade* “o que *eu* define como *tu* se pensa e pode inverter-se em *eu* e *eu* se torna um *tu*”, enquanto *ele* “pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”.

Em *A natureza dos pronomes*, Benveniste apresenta a distinção de *eu/tu* como pessoa e *ele* como não-pessoa a partir do que nomeia de *realidade* (ou *instância*) *do discurso*: “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’.” (BENVENISTE, 1995 [1956], p. 280-281). Com essa descrição, o linguista destaca a característica sistemática da linguagem que institui um signo móvel, “*eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância de seu próprio discurso”. (p. 281).

Benveniste insiste na condição específica dos pronomes *eu* e *tu*<sup>35</sup>, que são *signos vazios*, sem existência virtual, mas que se tornam *plenos* na medida em que são assumidos por um locutor em uma instância discursiva e explica a diferença da

---

<sup>35</sup> Benveniste integra aos pronomes *eu* e *tu* os elementos da dêixis.

situação do pronome *ele* (não-pessoa), cujo uso se distingue totalmente de *eu* e *tu* “pela sua função e pela sua natureza”. (BENVENISTE, 1995 [1956], p. 282). Esse pronome remete não a ele mesmo, mas a situações objetivas, fora da instância da enunciação. Exerce, na língua, funções que podem ser substituídas por substantivos ou reveza-se com eles, cumprindo, muitas vezes, uma “necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável”. (BENVENISTE, 1995 [1956], p. 283).

Na investigação que desenvolvemos, a distinção pessoa/não-pessoa assume especial relevância. Veremos, no capítulo cinco, em que nos dedicamos à análise dos dados, algumas situações em que a pessoa enfrenta dificuldade para instituir um lugar (espaço-tempo) de fala.<sup>36</sup>

A despeito da categoria de pessoa, Flores (2013a) chama atenção para dois aspectos presentes na reflexão do linguista sírio: o fato de não haver entre *eu* e *tu* simetria, mas oposição e complementaridade (p. 108); e a condição de reciprocidade atrelada à noção de pessoa, pois “o dizer que implica subjetividade também implica a intersubjetividade” (p. 108), de modo que há, na noção de pessoa, dualidade e indissociabilidade, pois na língua coexistem subjetividade e intersubjetividade.

O princípio básico da teoria de Benveniste, de acordo com Flores (2013<sup>a</sup>, p. 100), é este: “O homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem.” Tal princípio encontra-se formulado no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), conforme podemos constatar através da seguinte declaração:

---

<sup>36</sup> Destacamos a dissertação de mestrado de Rocha (2014), *Um olhar enunciativo para interlocuções entre médico e paciente em consultas ambulatoriais pelo sistema único de saúde*, em que a pesquisadora analisa a posição ocupada pelos envolvidos em situações de interlocução produzidas em consultas ambulatoriais. O estudo desenvolvido revela que o paciente idoso, quase sempre acompanhado de um familiar em consultas médicas, torna-se, muitas vezes, a não-pessoa. Sem direito à voz, seu papel de sujeito acaba sendo anulado, substituído pelo protagonismo do familiar que o acompanha. O paciente (dada sua situação, seus sintomas e queixas) acaba se tornando “o assunto”, um elemento exterior às situações discursivas, o que compromete, sobremaneira, a instituição desse lugar social. Diz a pesquisadora: “a colocação do paciente, presente na cena enunciativa, no lugar de não-pessoa, talvez possa ser vista como um modo de instanciação bastante comum no discurso quando se trata de idosos e crianças. Os filhos, no caso de idosos, as mães e/ou pais, no caso de crianças, tendem a colocar-se como seus porta-vozes em situação de consulta médica, deixando-os como espectadores” (p. 54). A pesquisadora conclui que a ocupação de um lugar está diretamente ligada à intersubjetividade. Assim, quando “*tu* não se reconhece com o direito de ocupar o centro da cena, o movimento de troca não encontra eco e se rarefaz” (p. 81).

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 285).

Embora o tema da *intersubjetividade* seja recorrente em Benveniste, o emprego explícito do termo não o é. Conforme atesta Flores (2013a, p. 105, *grifo* do autor), “o uso da palavra *intersubjetividade* é menos comum se comparado a subjetividade e a pessoa”. O pesquisador destaca dois excertos de textos (publicados em um intervalo de quase dez anos) em que Benveniste explicita a palavra intersubjetividade – o primeiro veiculado no texto *Da subjetividade na linguagem*; o segundo, em *A linguagem e a experiência humana*:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se a restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição da intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 293).

[...]

O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo ou crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter se torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 78).

Flores (2013a) depreende, a partir dessas duas ocorrências, a concepção de intersubjetividade como “condição de”, ideia, para ele, diretamente imbricada com a noção de *indissociabilidade* entre homem e linguagem – o *a priori radical* presente no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958). “A linguagem é a condição do homem’ – já que ela *ensina a definição mesma de homem* que nela está sob ‘condição da intersubjetividade.” (FLORES, 2013a, p. 105, *grifos* do autor).

Essa ideia de linguagem como *uma experiência humana na linguagem* é confirmada em outra passagem do texto *A linguagem e a experiência humana* (1965), em que se pode inferir o acréscimo ao sintagma “experiência humana” do adjetivo “intersubjetiva”:

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 80).

Nesse ponto, de acordo com Flores (2013a), insere-se um tema *delicado* na teoria de Benveniste. Há certamente uma novidade na leitura atual dos textos do linguista sírio ao vincular, explicitamente, a ideia da linguagem como condição de existência do homem e de natureza intersubjetiva. Para Flores (2013a, p. 106), “A linguagem é constitutiva do homem na justa medida em que a intersubjetividade lhe é inerente, sem o que não se poderia encontrar ‘no mundo, um homem falando com outro homem’<sup>37</sup>.”

O aspecto da intersubjetividade assume, nesta pesquisa, lugar importante, como pretendemos desvelar no capítulo em que realizamos a análise do corpus. Na medida em que o *eu* assume a língua toda e enuncia o faz instaurando-se como *eu* e instaurando o outro diante de si, com quem alternará o papel de protagonista na enunciação. Mas e quando essa alternância não ocorre, ou seja, esse *eu* não se torna o *tu* do outro, deixa de ser *eu*, tornando-se *ele*, a não-pessoa de Benveniste?

O que nos parece imprescindível é o reconhecimento da intersubjetividade como condição da subjetividade, o que significa “um passo importante na tentativa de livrar Benveniste da visão idealista de sujeito que lhe vem sendo atribuída”. (TEIXEIRA & FLORES, 2010, p. 52).

Nesse sentido, vale a pena destacar o que diz Capt (2013) – a partir da leitura que faz de Benveniste – a respeito do que distingue o sujeito pelo qual ele se interessa do sujeito metafísico, psicologizante:

O sujeito que nós nos propomos a apreender se distingue de toda ontologia [...] o sujeito que nós retemos na linguagem é tomado em uma descontinuidade permanente, uma historicidade radical, uma plasticidade constitutiva. Um sujeito em constante esboço, um sujeito aos pés de um tu. (CAPT, 2013, p. 79, tradução livre)<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> No original: “dans le monde, un homme parlant à un autre homme”.

<sup>38</sup> “le sujet qui nous retient dans le langage est pris dans une discontinuité permanente, une historicité radicale, une plasticité constitutive. Um sujeito em constante ébauche, um sujet aux pieds d’un ‘tu’” (no original).

A leitura, particularmente interessante, que Capt faz de Benveniste acentua o caráter da intersubjetividade na constituição do sujeito.

Benveniste ensina que o diálogo é a condição da linguagem humana. Com base nessa definição, Capt (2013) identifica o quadro figurativo da enunciação como revelador de uma relação entre (pelo menos) dois sujeitos, o que faz transparecer uma antropologia da relação.

Para Capt (2013, p. 83), a enunciação é fundamentalmente dialética, ela funciona “a dois”, pois envolve “o que chamamos aqui, figurativamente, de um sopro, próximo do sentido do *pneuma* grego, ou seja, uma função vital de uma manifestação espiritual. Sua impulsão envolve necessariamente um eco”<sup>39</sup>.

É que se a enunciação ensina sobre o homem, como assevera Benveniste, é porque os seres humanos não são somente os objetos de conhecimento uns para os outros, mas também de sujeitos que “se confirmam uns aos outros”<sup>40</sup> (WATZLAWICK apud CAPT, p. 91). Por isso, Capt (2013, p. 91) defende que “na enunciação, um sujeito entra sempre em relação com um outro sujeito” e, ainda, “cada sujeito reconhece o outro como tal, e inversamente”<sup>41</sup>.

Interessa-nos, de modo especial, essa relação de intersubjetividade presente na enunciação. Observaremos, nos diálogos que integram o corpus de nossa pesquisa, de que modo essa intersubjetividade se constitui.

Conforme atestam Teixeira & Flores (2010), na leitura de Ono (2007), a enunciação é sempre dialógica e, para ela, “a noção de intersubjetividade abre as possibilidades da teoria benvenistiana da enunciação à relação com o social”. (p. 51).

Veremos, no capítulo cinco, de que modo essa relação de intersubjetividade se constitui duplamente – na relação com outro (tu imediato) e na relação com o outro (os outros discursos que circulam socialmente).

Para precisar o termo *subjetividade*, recorreremos à observação de Flores (2013a), que chama atenção para o emprego de algumas marcas tipográficas, como o itálico e as aspas no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958). Conforme o

---

39 “Elle est porteuse de ce que nous appelons ici, de façon imagée, un souffle, proche du sens du *pneuma* grec, à savoir autant une fonction vitale qu'une manifestation spirituelle. Son impulsión engage nécessairement un écho” (no original).

40 “se confirment les uns les autres” (no original).

41 “dans l'énonciation, un sujet entre toujours em relation avec um autre sujet”; “caque sujet reconnaît l'autre comme tel, et inversement” (no original).

pesquisador, o uso desses recursos gráficos não é apenas um detalhe na construção do texto, mas é algo fundamental, que garante a coesão e até mesmo sustenta a interpretação construída.

No segmento: “É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286), o uso de itálico em *sua* (realidade) remete diretamente a *sujeito* (também em itálico) no texto original. Para Flores (2013a, p. 106), essa marca é reveladora “da passagem de uma visão de homem para uma visão de sujeito, e isso ocorre ‘na e pela linguagem’”. A subjetividade, portanto, passa a ser incluída a partir desse raciocínio.

Neste outro excerto: “A ‘subjetividade’ que nós tratamos aqui é a capacidade do locutor de se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286), a coesão é dada pelo uso das aspas no par correlato *subjetividade/ sujeito*. “Trata-se, nesse caso, de uma ‘subjetividade’ que marca a passagem do ‘locutor’ a ‘sujeito’.” (FLORES, 2013a, p. 107).

Ono (2007) afirma, em *A noção de enunciação em Benveniste*, que a primeira referência ao termo subjetividade nos textos do mestre é feita no texto *Estrutura das relações da pessoa no verbo* (1946), isto é, mais de dez anos antes da publicação do texto *Da subjetividade na linguagem* (1958). O texto de 1946, assim como outros produzidos<sup>42</sup> nesse período, se lidos atentamente, “revelam que Benveniste, a partir de análises de categorias como a de pessoa, tempos verbais, agente, etc., encontra para o homem um lugar na langue, mais exatamente no sistema morfossintático”. (ONO, 2007, p. 141). A forma de ver a subjetividade nos textos desse período é diferente da indicada no texto de 1958, que a define como “capacidade do locutor se colocar como sujeito” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286), relacionada, portanto, com o locutor ou com o sujeito falante. É uma subjetividade própria da língua, presente no sistema linguístico de cada idioma. Como atestam Teixeira & Flores (2010), essa subjetividade na língua “determina a posição do sujeito na langue, compreendida a noção de sujeito ora como sujeito *gramatical*, ora como *agente* ou *pessoa*, e não como sujeito falante ou pensante” (p. 55, *grifo dos autores*). Há, entretanto, no mesmo texto de 1946, de acordo com constatação de Ono (2007), elementos que permitem aproximar as questões de subjetividade às questões

---

<sup>42</sup> *Nomes de agente e nomes de ação em indoeuropeu* (1948), *O sistema sublógico das preposições em latim* (1949), *Ativo e médio no verbo* (1950) e “*Ser*” e “*ter*” nas suas funções linguísticas (1960).

formuladas no texto de 1958. Essa aproximação se estabelece a partir da reflexão sobre a pessoa no verbo, quando Benveniste passa a tratar da subjetividade na linguagem, a partir da *correlação de subjetividade* existente entre o *eu* e o *tu*, cuja oposição não se dá por uma relação *subjetiva/objetiva*, mas por uma relação *subjetiva/não-subjetiva*. Para Teixeira & Flores (2010, p. 55), esse olhar para o modo de constituir a subjetividade “privilegia a perspectiva do locutor que se constitui como sujeito falante (*eu*), falando com o *tu*, o que retira a subjetividade do âmbito restrito à imanência da língua”.

Essa passagem de locutor a sujeito é fenômeno importante a ser analisado no discurso que compõe o *corpus* desta investigação. Operamos com o discurso, portanto, com aquilo que se produz no exercício da linguagem e, por isso, com a significação.

Como ensina Benveniste, a natureza da linguagem é significar, pois “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (1989 [1966], p. 222). No texto *A forma e o sentido na linguagem* (1989 [1966]), Benveniste discute duas noções que, conforme definição do próprio autor, são *gêmeas de sentido e forma*. Essas duas noções estão relacionadas a duas maneiras de ser língua e combinam dois modos de significação: o semiótico e o semântico.

O modo semiótico tem como unidade o *signo*, composto de significante e significado. Nesse modo, cujo operador de significação é o paradigma, o sentido se configura pela diferença ou pela oposição, portanto *estar na língua* é a condição.

O modo semântico tem por unidade mínima a palavra e indica o modo de significação próprio do discurso. Nesse modo de significação, o sentido realiza-se pela forma específica, a da sintagmatização, portanto o sentido constitui-se a partir do *agenciamento das palavras* organizado pelo locutor.

Nas palavras do próprio Benveniste (1989 [1966], p. 233-234),

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. (p. 229-230).

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação [...]. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra.

Se a unidade mínima da sintagmatização é a palavra, a frase é “a expressão semântica por natureza” (BENVENISTE, 1989 [1966], p. 229), a produção do discurso que faz com que o locutor atualize linguisticamente seu pensamento. Quando se refere ao modo semântico, o linguista ensina que o sentido de uma palavra é sempre seu emprego, mas o sentido de uma frase é diferente do sentido das palavras que a compõem; o sentido de uma frase é a ideia que ela exprime, o que faz com que ela esteja sempre vinculada a um certo presente da enunciação, a um “aqui e agora”. Por isso a máxima de que “a frase é então um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 1989 [1969], p. 231) é fundamental para a concepção da enunciação do autor e também para a concepção de memória de que nos ocupamos no capítulo quatro.

De acordo com Normand (2012, p. 181), a relação semiótico-semântico representa um *alargamento da descrição linguística, seguidamente considerada como a saída do imanentismo, e permitiu empreender uma linguística do discurso*. A distinção desses sistemas (semiótico/ semântico) combina esses dois componentes e constitui-se numa das bases do estudo teórico que permite formular o que se entende por *teoria da enunciação*. Assim, se o sistema semiótico torna possível a descrição dos fenômenos da língua, de suas unidades e relações, isto é, da língua enquanto sistema, o semântico é o que lhes dá sentido, isto é, “atualiza em discurso os valores linguísticos e seu ‘sentido inerente’”. (NORMAND, 2012, p. 181).

É bastante oportuna a explicação de Flores, na apresentação da tradução brasileira das Últimas aulas de Benveniste, sobre a integração dos modos semiótico e semântico. Afirma o pesquisador:

A análise intralinguística da qual fala Benveniste é distinta da que está ligada ao signo (semiótica); ela é, na verdade, a nova dimensão da significância (o discurso, o semântico). Portanto não cabe dizer que Benveniste ‘ressalta [a] importância intralinguística’ da linguagem como sistema. O intralinguístico do qual fala Benveniste inclui o semântico. Há um componente intralinguístico no semântico, o que ele evocará na designação de aparelho formal da enunciação em texto publicado em 1970. (FLORES, (2014, p. 14).

Nosso estudo sobre as condições enunciativas que favorecem a instanciação do sujeito, *na* e *pela* linguagem, trabalhará na perspectiva da *metassemântica* anunciada por Benveniste, essa *semiologia de segunda geração*<sup>43</sup>, uma semântica própria que, conforme Normand (2009, p. 181), “atualiza em discurso os valores linguísticos e seu sentido inerente”.

Ainda sobre a subjetividade na linguagem, vimos com Dessons (2006) que se trata de uma questão transversal às noções que fundam a teoria da enunciação e está presente em muitos momentos da reflexão teórica de Benveniste. O autor defende a ideia de que a questão do sujeito em Benveniste é de ordem antropológica – pois inter-relaciona linguagem e significação, linguagem e pensamento – e diz respeito à subjetivação, ou à constituição da subjetividade. Em sua ótica, o significado de *sujeito de enunciação* é um tanto problemático, já que tem muito mais a ver com uma *noção* de sujeito do que com uma definição fixa, dicionarizada: “Noção crítica, ela tem valor tanto pelo avanço teórico que abrange, quanto pelas reações que ela provoca, e participa, em consequência, do desenvolvimento das questões ideológicas implicadas nas ciências do homem.”<sup>44</sup> (DESSONS, 2006, p. 133, tradução livre).

Essa visada antropológica coloca em evidência a condição especial do homem na linguagem, conforme aponta Teixeira (2012, p. 77): “Se os animais não entram na língua por estarem sempre nela, o homem não é desde sempre falante. Para falar, ele precisa constituir-se como sujeito da linguagem, deve dizer *eu*.”

Analisando os termos trazidos à tona até aqui e, de modo especial, esses últimos – *subjetividade*, *intersubjetividade* e *categoria de pessoa*, em Benveniste – já é possível atestar o quanto a definição dos termos relacionados à enunciação, em Benveniste, é complexa, pois nenhum deles, como vimos, pode ser definido sem que esteja ligado ao outro. Essa é uma pequena evidência da riqueza conceitual esboçada na teoria do linguista sírio e reconhecida por importantes leitores, como Barthes (2004), *para quem tudo estava claro no livro de Benveniste, ao mesmo tempo em que tudo nele pode imediatamente ser reconhecido como verdade; e, no entanto, tudo também nele não faz mais do que começar*.

---

<sup>43</sup> Sobre esse tema, pode-se consultar FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. ReVEL, edição especial n. 7, 2013. [www.revel.inf.br].

<sup>44</sup> “Notion critique, elle vaut autant par les réactions qu'elle suscite, et participe, em conséquence, au dévoilement des enjeux idéologiques impliqués dans les sciences de l'homme” (*no original*).

A seguir, damos continuidade ao resgate das concepções de termos que nos ajudarão a compreender quem é o sujeito da enunciação em Benveniste, a partir da reflexão em torno dos termos *homem, locutor e sujeito*.

Para Teixeira & Flores (2010), a distinção desses três elementos (*homem, locutor e sujeito*) presente no texto *Da subjetividade da linguagem* deve-se a uma preocupação antropológica de Benveniste com a constituição do sujeito. Conforme os autores, é nesse texto que Benveniste apresenta duas afirmações fundamentais nessa visada antropológica que subjaz a sua teoria: a de que *a subjetividade é a capacidade do locutor se propor como sujeito*; e a de que *a linguagem está na natureza do homem que não a inventou*.

### 2.1.3 Homem, locutor, sujeito

Para tratar da relação entre esses três termos, Flores (2013a) faz referência à segunda parte do texto *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), que discute a *função da linguagem* e que se dedica à análise da *forma linguística*. Quando aborda a *função da linguagem*, Benveniste faz uso da palavra *homem* em um sentido bastante próximo do sentido de *homem* no texto *Da subjetividade da linguagem*, quando declara que “a linguagem está na natureza do homem que não a fabricou”. (1995 [1958], p. 285). Em *Vista d'olhos* afirma:

Não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem. Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano. (BENVENISTE, 1995 [1963], p. 31).

Flores (2013a) apresenta vários excertos de pensamentos extraídos dos textos de Benveniste nos quais não só a vinculação da linguagem como algo próprio do homem é bastante evidente, como explicitam que homem e linguagem são indissociáveis:

- 1) A possibilidade do pensamento está ligada à faculdade da linguagem. (1995 [1958], p. 80).
- 2) É sempre o ato de fala no processo da troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (1989 [1965], p. 80).
- 3) Aplicada ao mundo animal, a noção de linguagem só tem crédito por um abuso de termos. (1995 [1952], p. 60).

Importa esclarecer que, em Benveniste, os termos *locutor*, *homem* e *sujeito*, ainda que tenham sentidos nem sempre facilmente depreendidos, são importantes para compreender a teoria sob a qual se assenta a enunciação. O termo *locutor*, por exemplo, não se confunde com *homem* e nem com *sujeito*, conforme defende Flores (2013a), amparado a Aya Ono (2007) em *A noção de enunciação em Benveniste*:

A frase se realiza no tempo e no espaço por uma combinação sintagmática das palavras, e ela se atualiza por um locutor que realiza esta dupla operação – a sintagmatização e a atualização – no discurso. O conceito de locutor é, portanto, indispensável para articular semiótico e semântico. (ONO apud FLORES, 2013a, p. 109, tradução livre).

Ono (2007) parte do texto de Normand (2009) a fim de destacar a inexistência da expressão *sujeito da enunciação* em Benveniste e levanta a hipótese, corroborada por Flores (2013a), de que o locutor não se confunde com o sujeito. Voltamos, portanto, ao questionamento inicial do capítulo: afinal, qual é a noção de sujeito em Benveniste?

Para falar do sujeito, Flores (2013a) trilha um caminho próprio que, conforme ele mesmo define, “abre a teoria de Benveniste à exterioridade teórica da linguística e, por essa abertura, permite falar algo sobre *sujeito da enunciação*”. (p. 111, grifos do autor). O pesquisador reconhece a existência do termo sujeito nos diversos textos de Benveniste, com diferentes sentidos e propõe-se a verificar se, a partir dos usos do termo em Benveniste, seria possível depreender uma abertura capaz de vislumbrar o que seria *sujeito da enunciação*. Analisando parte das ocorrências do termo no conjunto da obra benvenistiana, Flores (2013a) identifica pelo menos três sentidos diferentes até chegar à definição que se aproxima do que entende ser *sujeito da enunciação*. Há usos do termo sujeito em sentido mais restrito – o que qualifica como sentidos não-teóricos; é o caso das definições que aproximam *sujeito*

do indivíduo que fala, ocorrências observáveis em textos de diferentes momentos da produção teórica do linguista, como em *Estrutura de relações de pessoa no verbo* (1946) e em *O aparelho formal da enunciação* (1970). Um segundo uso é decorrente de alternância (ou coocorrência) com outros termos, como *pessoa*, *sujeito falante*, *locutor* e *sujeito*. Flores (2013a, p. 112) chama atenção para a particularidade dessa coocorrência de termos para a leitura que faz de Benveniste, pois, dessa leitura, “é possível depreender uma ideia de ‘passagem’ de uma instância a outra”. Um terceiro uso é depreendido de modo mais claro a partir do texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), no qual parece ser construída a ideia de que o sujeito não é nem o locutor, nem o homem, pois “é *na* e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286, grifo nosso).

Se o *sujeito* não é nem o homem, nem o locutor, Flores (2013a) irá apostar em uma noção de *efeito de apropriação* que transformará o homem/o locutor em *sujeito*. A ideia da apropriação, isto é, da conversão individual da língua em discurso é defendida por Flores (2013a) como um “tornar próprio de si” (p. 112). Seria um sujeito que advém da enunciação.

Acreditamos que essa noção de sujeito que se constitui através da enunciação é inevitável para compreender as condições enunciativas associadas ao processo de instanciação do sujeito no discurso dos adultos a partir de 60 anos que integram esta pesquisa. Se o sujeito não existe antes da enunciação, mas se institui através dela, vamos olhar para as possibilidades dessa instanciação singular do sujeito que enuncia.

Entender que o sujeito se constitui *na* e *pela* enunciação de seu discurso é fundamental para esclarecer a ideia de que não existe um sujeito antes da enunciação, ou exteriormente a ela, pois de uma enunciação à outra o sujeito constitui-se *de novo* (*à neuf*). Para Dessons (2006, p. 138, livre tradução), “é este mesmo o princípio da noção de reinvenção já mencionado. A historicidade da linguagem faz com que a repetição não possa ser reproduzida de forma idêntica<sup>45</sup>”.

Se aceitamos esse princípio, é porque nos contrapomos à ideia da existência de um sujeito (seja ele jovem, adulto, velho/ idoso) preexistente à enunciação. Estamos em busca da definição de um lugar que a memória ocupa no discurso desses adultos com mais de 60 anos, que se tornam sujeitos *na* e *pela* linguagem e

---

<sup>45</sup> “C’est le principe même de la notion de réinvention déjà évoqué. L’historicité du langage fait que la répétition ne peut y produire de l’identique” (no original).

que resgatam o tempo e a memória pelo discurso e não *na* e *pela* idade. Assim, para nós, toda vez que alguém enuncia uma experiência nova se realiza na linguagem, o que coloca em cheque o pressuposto de que as pessoas repetem, como é possível antecipar através de um excerto do diálogo estabelecido entre mãe e filha no Encontro 7<sup>46</sup>:

ANT: tá, mas ele repete essa história e as pessoas riem?

ALI: riem... (meio contrariada)

ANT: (ri) (a filha ri, a mãe

ALI: (ri também) ... às vezes eu cutuco ele... digo mas tu já contou isso aí! ele não gosta que eu fale...

ANT: não?

ALI: ainda mais se ele tomou uma cervejinha...

ANT: o que ele diz?

ALI: nem me dá bola! conta igual! eu nem escuto... afff (dá um longo suspiro) fico com vergonha!

O segmento acima revela a existência de alguém que conta uma mesma história diante de pelo menos um mesmo interlocutor. Revela, também, o testemunho desse interlocutor a respeito da sua reação e da reação de outros interlocutores ao ouvir a história repetida. Há, portanto, constatação da existência de repetição na língua. Ocorre que estamos falando de discurso, não simplesmente da língua como estrutura. Benveniste compreende o discurso como uma instância que congrega duas categorias necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo. O linguista explica que o discurso faz emergir o indicador de pessoa:

Este ato do discurso que enuncia eu aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 68).

---

<sup>46</sup> Referir-nos-emos aos momentos distintos em que foram realizadas as gravações que compõem os dados desta pesquisa a “encontros”, conforme explicitaremos no capítulo dedicado às análises.

Assim, se a enunciação é da esfera do discurso, é porque constitui um momento inédito, o que problematiza a própria concepção de repetição na enunciação<sup>47</sup>.

O conceito de ineditismo da enunciação aparece em mais de um momento da produção do pensamento do autor, como podemos observar, por exemplo, em *O aparelho formal da enunciação* (1970), quando Benveniste descreve os índices de pessoa e afirma que “eles são engendrados de novo (*à nouveau*) a cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo (*à neuf*)”<sup>48</sup> e na entrevista dada a Pierre Daix no capítulo 1 do PLG II, *Estruturalismo e linguística* (1968):

Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de maneira distinta, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. (BENVENISTE, 1989 [1968], p. 18).

Esse *ineditismo* da enunciação é, para nós, conceito substancial, conforme acabamos de demonstrar através de um excerto do *Encontro 7*. Estamos operando com um discurso de alguém que está no presente, e que é capaz de atualizar o passado através da linguagem, com o discurso de alguém que registra e mantém sua história de vida *na* e *pela* linguagem. Se levarmos a sério o caráter inédito da enunciação, como poderemos considerar a presença do passado no discurso do presente? Será esse um discurso do presente ou do passado? No capítulo subsequente abordaremos essa problemática. Por enquanto, queremos precisar bem o conceito de sujeito na enunciação, uma vez que esse conceito será decisivo para dar conta do estudo do papel do tempo e da memória no discurso de pessoas adultas com mais de 60 anos.

Na leitura que Dessons (2006) faz de Benveniste, a distinção *sujeito enunciador/sujeito da enunciação* não é simplesmente um problema terminológico, pois ela implica, em verdade, uma teoria do sujeito, pois a noção de sujeito da enunciação está ligada uma noção de intenção (*intenté*), que não se confunde com

<sup>47</sup> No capítulo cinco, aprofundaremos essa reflexão.

<sup>48</sup> Em francês: “Ils sont engendrés **à nouveau** chaque fois q’une énonciation est proférée et chaque fois ils désignent **à neuf**. (PLGII, p.83) *grifo nosso*.”

intenção de “querer dizer alguma coisa”, mas com o *ato* mesmo de enunciar. O *sujeito da enunciação* não é um sujeito preexistente à enunciação, um sujeito volitivo da Psicologia, esclarece Dessoins, mas constituído *na* e *pela* enunciação. Para melhor explicitar a noção de *intenté* recorreremos à definição de frase que, em Benveniste, está atrelada à sua função no discurso, como podemos observar na seguinte passagem do texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966):

A expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, mesmo sem distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística do seu pensamento. (BENVENISTE, 1989 [1966], p. 229).

Dessoins (2006) adverte sobre os riscos de tomar-se, isoladamente, a expressão “o que o locutor quer dizer” sem observar o contexto em que ela é utilizada. Assim, consideramos necessário perceber a explicitação de Benveniste acerca do que seria o *intencionado*, o que ele faz sob forma de aposto: *a atualização linguística do seu pensamento*. Para Dessoins (2006), a noção de *intenção* em Benveniste somente pode ser compreendida se relacionada à concepção de sujeito produzido em uma instância linguística, portanto *na* e *pela* linguagem. A noção de *intenté* fica ainda mais evidente nas *Últimas aulas no Collège de France*, como explicam Coquet e Fenoglio, na Introdução da obra (2014, p. 77):

Trata-se exatamente de ‘estabelecer uma relação humana entre locutor e ouvinte. Isso equivale a dizer que todo enunciado, sendo intentado, contém o *vivido*. E, por essa razão, ele é *único* a cada vez, referindo-se a um *vivido* único e a uma situação única’. A frase, que não tem emprego, por definição, ‘carrega’ (essa metáfora é comum em Benveniste). ‘Com a frase, *se enuncia* algo, se afirma ou questiona uma realidade, etc. O locutor *quer dizer* algo. Um pensamento se enuncia em palavras e é o pensamento (do locutor) que o ouvinte se esforça para captar, para compreender.

O *intenté*<sup>49</sup>, portanto, é estabelecido, na linguagem, através de uma relação intersubjetiva, a qual se constrói sempre e somente na realidade do discurso.

A respeito do conceito de intersubjetividade em Benveniste, consideramos necessário retomar o ponto de vista de Capt (2013). O pesquisador corrobora a tese de Ono (2007) de que *a intersubjetividade funda a subjetividade na linguagem* e acrescenta: “a intersubjetividade é o cerne da apreensão do sujeito da enunciação”. (CAPT, 2013, p. 93, *livre tradução*). Mas é preciso ir além dessa primeira constatação. É necessário compreender como cada sujeito influencia o outro. Essa relação entre sujeitos não é, conforme Capt, desenvolvida de modo explícito na teoria da enunciação. Benveniste afirma que *duas pessoas na posição de parceiros são alternadamente protagonistas da enunciação*, ou que a enunciação, em geral, caracteriza-se pela *acentuação discursiva entre parceiros, sejam eles reais ou imaginados, individuais ou coletivos*. Capt propõe uma problematização do sentido de “parceiros” da enunciação, pois, para ele, esse termo permitiria pensar em reciprocidade – sentido que não é construído em Benveniste, de acordo com a leitura do pesquisador.

No texto *Da subjetividade da linguagem*, lemos que “[...] esta polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286). Capt (2013) problematiza (e critica) a posição de transcendência de *ego* em relação ao *tu*.

Segundo o pesquisador, a concepção de intersubjetividade de Benveniste tem a desvantagem de não propor uma conceptualização específica para o “tu”. O “tu” é subjugado ao estatuto de “postulado”. Nessa posição, “o ‘tu’ é simplesmente reduzido a uma função enunciativa independente da produção (da atualização) particular desta ou daquela enunciação e do papel que essa função pode ser levada

---

<sup>49</sup> Mello (2012) faz uma importante observação sobre a tradução da expressão *intenté* para a versão brasileira do texto em que a expressão é traduzida por *significação intencionada*: “Ao consultarmos o dicionário Larousse (online), deparamos com a seguinte definição do verbo “intenter”: “Intenter une action en justice (contre quelqu'un), former une demande en justice” (“intentar uma ação na justiça (contra alguém), formar uma demanda na justiça”). Parece-nos, pois, que essa expressão seria mais bem traduzida por “significação do intentado”, que tem um valor fortemente pragmático, no sentido de que, atualizando seu pensamento por meio da frase, o locutor age sobre o alocutário, buscando instaurar uma nova realidade. Para “intencionado”, a palavra em francês é “intentionné.” (MELLO, 2012, p. 13, *grifos no original*). A opção da autora foi pela tradução do termo por “intentado” em lugar de “intencionado”.

a desempenhar relativamente ao ‘eu.’”<sup>50</sup> (CAPT, 2013, p. 94, *tradução livre*). O que o autor quer ressaltar é que o “tu” ocupa uma posição que não deve ser ignorada, pois a validação do “eu” vem do “tu”: “É então o outro que decide o que do eu, na linguagem, é validado.”<sup>51</sup> (CAPT, 2013, p. 95, *tradução livre*).

Capt chama atenção para o papel do “tu” como aquele que valida o “eu”. É do outro/ Outro que vem a possibilidade de ser eu, de ocupar um lugar na enunciação. Na linguagem, todo “eu” está à espera de um “tu” para ser, porque o “tu” é constitutivo do “eu”.

Capt (2013, p. 96) define o jogo intersubjetivo como um jogo que mobiliza um “tu” como alocutário (e não como mero interlocutor), isto é, como uma função “relativamente autônoma do sujeito da enunciação”. O pesquisador, inclusive, manifesta sua preferência pelo termo *alocutário* em detrimento do termo *interlocutor*: “A palavra ‘alocutário’, por conter o elemento grego *allos* (‘outro’), tem a vantagem de configurar de início uma instância de alteridade que goza de certa autonomia.”<sup>52</sup> (CAPT, 2013, p. 95, *tradução livre*, grifos do autor).

Essa validação do eu pelo tu também nos é cara. Veremos, no capítulo cinco, em que medida essa validação ocorre, de fato. E quando não há validação, observaremos que tipo de movimento se manifesta discursivamente – isto é, o que acontece com as pessoas do discurso eu/tu.

Com aporte em Benveniste, e em leitores prestigiados de sua obra, vimos que o sujeito da enunciação não é nem *o homem*, nem *o locutor*, mas alguém que só existe *na e pela* enunciação, que *advém da enunciação*. Assim, olhamos de modo singular para o discurso das pessoas com mais de 60 anos que integram o corpus dessa pesquisa a fim de analisar *como* essas pessoas se tornam sujeitos (assumem uma posição de sujeito) via enunciação.

Como vimos, a base em que se estrutura a teoria do sujeito em Benveniste é a *intersubjetividade*. Encontramos nesse conceito uma abertura possível que queremos aprofundar nas análises que fazemos no capítulo cinco. Se o sujeito se constitui pela intersubjetividade, isto é, pelo outro, como esse lugar do outro/Outro possibilita a constituição do *eu*?

<sup>50</sup> “Le ‘tu’ est simplement réduit au statut de ‘postulat’; il est réduit à n’être qu’une fonction énonciative indépendante de la production (de l’actualisation) particulière de telle énonciation et du rôle que cette fonction peut être amenée à jouer relativement au ‘je’” (no original).

<sup>51</sup> “C’est donc l’autre qui décide ce qui de ‘je’, dans le langage, est valide” (no original).

<sup>52</sup> “Le mot ‘alocutaire’, contenant l’élément grec *allos* (‘autre’), a pour sa part l’avantage de configurer d’abord une instance d’alterité qui bénéficie d’une certaine autonomie” (no original).

Esperamos dar conta dessas e de outras questões na análise desenvolvida ao final desta tese. No próximo capítulo, aprofundaremos a noção da categoria de tempo, uma vez que esta, juntamente com a categoria de pessoa em Benveniste, é estruturante da enunciação.

### 3 O TEMPO

Foi ontem, e é o mesmo que dizermos foi há mil anos, o tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de mover e aproximar. (SARAMAGO, 1991).

Que lugar discurso e memória habitam senão no tempo?

Sujeito, tempo e memória, eis a tríade sob a qual está assentada esta investigação, que tem como propósito analisar como a noção de tempo se redimensiona no discurso de pessoas com mais de 60 anos.

Sabemos que *tempo* e *sujeito* são duas categorias indissociáveis na constituição do discurso. O próprio Benveniste explicita essa relação em *A linguagem e a experiência humana* (1965), quando descreve o objetivo do texto: “Esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás, necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo.” (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 68). Ao apresentar tais categorias, o linguista (1989 [1965], p. 68) as define como “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e situam na e pela linguagem”. Na leitura que Dessons (2006) faz da obra de Benveniste, chama sua atenção o emprego da palavra *elementares* na definição dessas categorias. Dizer que tempo e pessoa são categorias elementares significa, para o autor (2006, p. 100), reconhecer que elas “são inseparáveis da ideia de linguagem que lhe constitui a própria natureza”.

De acordo com Dessons (2006), a relação entre o discurso e o tempo é uma questão pouco abordada, mas muito importante na teoria da enunciação. “Esta relação, estabelecida pela instanciamento do sujeito no presente de sua fala, faz da linguagem a condição mesma da história<sup>1</sup>” (p. 109, *tradução livre*). Para o autor (2006), trata-se menos de um problema de temporalidade e mais de um problema de individuação. De qualquer modo, duas questões (tempo e sujeito) estão colocadas e merecem, portanto, apropriação.

No primeiro capítulo deste estudo, dedicamo-nos à categoria de pessoa e vimos como, através da enunciação, o locutor transforma-se em sujeito. Neste

---

<sup>1</sup> No original: “Cette relation, établie par l’instanciation du sujet dans le présent de sa parole, fait du langage la condition même de l’histoire”.

capítulo, vamos tratar do tempo. Queremos analisar a especificidade dessa categoria como elemento da construção de uma experiência na linguagem.

Mas de que tempo falamos? Sabemos que toda vez que alguém se apropria do ato linguístico de fala e enuncia, o faz aqui e agora. Esse tempo, para Benveniste, é o tempo linguístico, tempo do acontecimento que não volta jamais. Mas esse alguém que fala (aqui e agora) pode falar sobre o tempo, sobre um tempo que passou, que passa ou que passará. Benveniste resolve, em parte, essa questão no texto *As relações de tempo no verbo francês* (1995, [1959]), ao propor dois tempos (ou planos): o da história e do discurso, como veremos a seguir, na seção 3.2.2.

Mas como funcionam esses planos no discurso dos participantes de nossa pesquisa? Isto é, se a enunciação é acontecimento, então tudo o que é enunciado pelos participantes seria discurso? Mas se é analisado por nós, em outro tempo e lugar, então já não seria apenas história?

Tema difuso, o *tempo* desperta interesse há muitos anos. Há cerca de 1.600 anos, Santo Agostinho já dissertava sobre a complexidade dessa categoria, como é possível constatar na obra *Confissões*:

Que é, pois, o tempo? Quem o poderá explicar facilmente e com brevidade? Quem poderá apreendê-lo, mesmo com o pensamento, para proferir uma palavra acerca dele? Que realidade mais familiar e conhecida do que o tempo evocamos na nossa conversação? E quando falamos dele, sem dúvida compreendemos, e também compreendemos, quando ouvimos alguém falar dele. O que é, pois, o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto, digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente. (SANTO AGOSTINHO, XI, p. 17).

Também nos questionamos sobre o tempo. As pessoas que participam desta pesquisa falam *no tempo* e falam *do tempo*. Falam de um tempo que já passou, resgatam memórias. Assim, queremos estudar o tempo sob o ponto de vista linguístico-filosófico a fim de analisar como a noção de tempo se redimensiona no discurso dos participantes de nossa pesquisa – adultos com mais de 60 anos.

Para atingir nosso propósito, traçamos o seguinte percurso: primeiramente vamos circular por algumas definições sobre o tempo que possam contribuir para a

compreensão da relação entre o homem e o tempo. Assim, veremos que existe o tempo físico, o tempo psicológico, o tempo cronológico, o tempo histórico, o tempo linguístico e o tempo ficcional. A seguir, conduziremos nosso olhar para o tempo em uma perspectiva particular: a de sua relação com o sujeito que enuncia, razão por que dedicaremos espaço maior para o tempo na perspectiva de Benveniste.

### 3.1 O MITO, O TEMPO, A LINGUAGEM

Encontramos, em Fiorin (2010), uma reflexão sobre a importância dos mitos que julgamos produtiva para iniciar nossa incursão no estudo da possibilidade de relação entre o homem e o tempo.

O linguista afirma que, no princípio da civilização, havia apenas o mito, depois surgiu a ficção e, mais tarde, a ciência, a qual marcou profundamente o final do século XIX. Nesse período, a ciência, ao ganhar especificidade, separou-se do mito e da ficção, estabelecendo um combate com a realidade e com o imaginário. Na época, havia forte convicção de que a ciência erradicaria os mitos do mundo, afastaria os erros e as superstições a ele associadas. Hoje, a realidade é um tanto diferente: “Os mitos, depois de terem sido declarados mortos, estão bastante vivos. Nos subterrâneos, nutrem a ficção, a utopia e a ciência.” (FIORIN, 2010, p. 9).

O linguista justifica sua recorrência aos mitos para explicar as origens da humanidade, pois é a literatura o lugar privilegiado da expressão dos mitos na modernidade e, por isso, argumenta, a literatura pode ser uma fonte tão importante de conhecimento quanto a ciência. A reflexão em torno da importância dos mitos não tem o propósito de lançar dúvidas *sobre* ou de desmoralizar a ciência, pois

o mito, extraído do meio em que ele é, constitui uma explicação do homem para aquilo que é inexplicável, o que significa que é uma súplica do conhecimento de cada cultura a respeito das grandes questões com que o ser humano sempre se debateu. (FIORIN, 2010, p. 9-10).

Nessa linha de raciocínio, o mito pode ser compreendido de duas formas: uma temática, realizada pela ciência; outra figurativa, feita pela arte. O mito

desempenha a função de alimentar todas as formas de apreender a realidade, irrigando o pensamento científico e nutrindo a realização artística. Para Fiorin, o homem precisa das utopias, pois elas têm o poder de organizar e de orientar o futuro. Além disso,

o mito é uma explicação das origens do homem, do mundo, da linguagem; explica o sentido da vida, a morte, a dor, a condição humana. Vive porque responde à angústia do desconhecido, do inexplicável; dá sentido àquilo que não tem sentido. Enquanto a ciência não puder explicar a origem das coisas e seu sentido, haverá lugar para o pensamento mítico. (FIORIN, 2010, p. 10).

Para melhor entender a relação entre mito e sua função na sociedade, Fiorin propõe olhar para o mito com o qual nossa civilização explica a origem da linguagem e tentar compreender quais são as questões que esse mito coloca para a Linguística. A explicação da origem da linguagem através do mito estabelece explícita relação entre *linguagem* e *tempo* e entre *homem* e *tempo*.

Todas as sociedades têm uma narrativa mítica que explica a origem da linguagem e a diversidade da língua. Para as civilizações judaico-cristãs, esse mito se encontra na Bíblia, obra que contém quatro importantes episódios envolvendo explicitamente a linguagem; três desses encontram-se no Antigo Testamento (os relatos da criação do Universo, o episódio do Dilúvio e o da Torre de Babel); um no Novo Testamento (o milagre de Pentecostes).

Nesse sentido, Fiorin (2010, p. 10) afirma:

As línguas e a linguagem inscrevem-se em um espaço real, num tempo histórico e são faladas por seres situados nesse espaço e nesse tempo. No entanto suas origens dão-se num tempo mítico, num mundo desaparecido e os protagonistas de seu aparecimento são os heróis fundadores.

No episódio do Gênesis, por exemplo, Fiorin explica que a linguagem é um atributo da divindade, que dela se serve para realizar sua obra – a criação. Há, nesse texto, dois relatos sobre a criação. No primeiro relato, Deus cria o mundo através da fala: “Deus disse: Faça-se a luz. E a luz foi feita”. Antes da criação, não havia nada; depois, havia o caos. Note-se aqui a implicação de uma relação

temporal, *antes* e *depois*. A passagem do caos à ordem é intermediada pela linguagem, que dá sentido ao mundo. “Ao mesmo tempo em que faz as coisas, Deus denomina-as. No universo mítico, dar nome é criar. Até o quinto dia, o Senhor vai criando linguisticamente o mundo.” (FIORIN, 2010, p. 11). No segundo relato da criação, Deus cria o homem a partir do barro. Nota-se aqui uma diferença radical em relação ao primeiro ato de criação, pois não é a linguagem que cria o homem, mas o trabalho manual. Para o linguista, o mito mostra que a linguagem (primeiro relato) e o trabalho (segundo relato) são as duas categorias usadas para dar sentido e explicar o cosmo.

A linguagem é dada (pela divindade) ao homem (Adão) para que ele possa dar nome às coisas e apreender o Universo. “À proporção que Adão descobre o mundo, denomina os seres, pois uma coisa só existe na medida em que tem um nome, ou seja, em que entra no universo da linguagem.” (FIORIN, 2010, p. 12).

A partir desse momento, o homem é colocado no paraíso, onde entra em contato harmonioso com a natureza, em estado natural, até o momento em que prova do fruto proibido e, com isso, transita para a cultura. “Comer da árvore do conhecimento é distinguir o bem do mal, é entrar na cultura.” (FIORIN, 2010, p. 12). A marca do ingresso humano na cultura é a *vergonha*, um estado próprio do ser humano. O ato de comer do fruto proibido provoca a expulsão do homem do paraíso e o coloca na história. Nesse momento, ocorre um movimento fundamental, pois, *no âmbito da linguagem, é o discurso que pertence à ordem da história*. Ademais, “colocar o homem na história é enunciá-lo”. (FIORIN, 2010, p. 14). *Tempo e linguagem*, portanto, são indissociáveis<sup>2</sup>.

Para Fiorin (2010), os mitos fundadores anunciam duas teses centrais para qualquer Teoria do Discurso: a) o discurso é da ordem do acontecimento<sup>3</sup>, isto é, da história; b) não há acontecimento sem definição dos quadros de tempo, espaço e pessoa.

Essas duas teses centrais produzem, por sua vez, duas consequências. A primeira clama pelo reconhecimento de que o discurso é o lugar da instabilidade<sup>4</sup>; a

---

<sup>2</sup> O tema despertou interesse de vários autores, entre os quais destacamos Ricouer (2007), que corrobora a ideia de que “a experiência temporal e a experiência narrativa se enfrentam diretamente” (p. 17).

<sup>3</sup> Em Benveniste, no capítulo anterior a este, vimos que o discurso é da ordem do acontecimento e que a enunciação é o lugar do *ego-hic-nunc* (eu-aqui-agora).

<sup>4</sup> Fiorin descreve alguns campos da linguística, tais como as teorias da variação linguística, a análise da conversação, e, principalmente, as teorias do discurso, que deram a maior contribuição para o

segunda anuncia que a compreensão dos mecanismos que envolvem o tempo, o espaço e a pessoa são fundamentais para entender o processo do discurso. Além disso, o linguista destaca outro aspecto fundamental relacionado a essas consequências:

O homem, depois da queda, é um ser cindido, a ordem da linguagem passa a ser diferente da ordem do mundo. Essa cisão leva ao fato de que todo discurso se constrói numa relação polêmica, é constitutivamente heterogêneo, trabalha não sobre a realidade mesma, mas sobre outros discursos, como mostram os que se dedicam à Análise do Discurso de linha francesa. Só a palavra divina e a do homem antes da queda não se constroem na alteridade. (FIORIN, 2010, p. 15).

A sucinta, embora densa reflexão apresentada por Fiorin (2010) na Introdução da obra *As astúcias da enunciação*, traz a *criação* como uma metáfora da enunciação, pois o mundo começa através de uma experiência de linguagem. Em um dado espaço de tempo (cerca de sete dias), Deus cria os objetos do mundo ao mesmo tempo em que dá nome a eles: “No universo mítico, dar nome é criar. [...] o Senhor vai criando linguisticamente o mundo.” (FIORIN, 2010, p. 11). Assim, enunciar é criar, explica o autor.

Na obra *As astúcias da enunciação* quatro capítulos tratam do tema enunciação e visam, por um lado, descrever as categorias de tempo, pessoa e espaço e, por outro, explicitar como essas categorias são manifestadas no discurso e que efeitos de sentido elas engendram<sup>5</sup>.

Fiorin (2010), no capítulo dedicado ao estudo da categoria tempo, afirma que o homem sempre se preocupou com o tempo<sup>6</sup>, pois pensar sobre o tempo significa pensar sobre a própria efemeridade da vida, atrelada, inexoravelmente, à morte.

---

entendimento da *instabilidade*: “a enunciação desestabiliza a língua e os usos, desfaz diferenças e cria outras, reiventa o universo de sentido, rompe certas coerções sintagmáticas, reconstrói paradigmas, faz e desfaz.” (FIORIN, 2010, p. 19). Não nos demoraremos na justificativa dessa afirmação que, reconhecemos, é bastante conhecida dos que estudam a Linguística, especialmente as teorias da enunciação.

<sup>5</sup> O capítulo dedicado ao estudo do tempo na obra de Fiorin (2010) inclui sete subcategorias: o *tempo dominado*, o *tempo demarcado*, o *tempo sistematizado*, o *tempo transformado*, o *tempo harmonizado*, o *tempo subvertido*, o *tempo desdobrado*, as quais não julgamos necessário explicitar neste trabalho, uma vez que não atendem especificamente aos objetivos desta investigação.

<sup>6</sup> Rossi (2010) também é partidário dessa posição.

## 3.2 MAS O QUE É, AFINAL, O TEMPO?

A obra *Confissões*, de Santo Agostinho, é referência recorrente na literatura que visa refletir sobre os paradoxos inscritos na noção de tempo. O questionamento sobre o tempo construído na aurora da Idade Média: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu o sei; se eu quiser explicá-lo a quem me fizer essa pergunta, já não saberei dizê-lo.” (SANTO AGOSTINHO, XI, 1948, p. 17). A obra *Confissões*, de Santo Agostinho, continua produzindo eco na atualidade.

O tema desafiou muitos filósofos e pensadores – Aristóteles, Kant, Heidegger – para citar apenas alguns entre os que se envolveram na busca da compreensão desse fenômeno tão fugidio quanto instigante. Para Aristóteles, o tempo era visto de maneira objetiva, a partir da Física. É pela noção de movimento e mudança que conseguimos perceber o tempo. O passado, o presente e o futuro são apenas partes do tempo, que é único. Para Kant, conforme Alves (2008), o tempo é imutável e fixo. A única coisa que *passa é a vida das coisas transitórias*, as quais transcorrem no decurso do tempo. Para Heidegger, o ser humano somente pode ser apreendido *na perspectiva e com referência* ao tempo, que “é o ponto de partida do qual a presença sempre compreende e interpreta implicitamente o ser”. (1995, p. 45). Essa brevíssima visada sobre o tempo ilustra bem a complexidade na definição dessa categoria, cuja compreensão está longe de ser solucionada.

### 3.2.1 Roupagens do tempo

Encontramos em Alves (2008) um estudo produtivo sobre o *tempo*<sup>7</sup>, que julgamos importante para estabelecer uma analogia<sup>8</sup> com a leitura que fazemos dos fatos linguísticos que coletamos e recortamos para integrar nosso estudo.

Conforme Alves (2008), o tempo é plural, portanto pode ser *físico, psicológico, cronológico, histórico, linguístico, ficcional*. Dado seu caráter multiforme, ele admite a coexistência de muitos aspectos, por isso “pode pertencer a um momento, a um

---

<sup>7</sup> O estudo de Alves (2008) toma por base o filme brasileiro *Narradores de Javé* (2003), dirigido por Elaine Caffé.

<sup>8</sup> Estabelecemos uma análise comparativa ao final deste capítulo.

sujeito, a um elemento da natureza ou a uma obra de arte, seja literária ou cinematográfica”. (p. 34. Veremos, a seguir, as características de cada uma dessas possibilidades de qualificação.

O tempo físico possui uma ordem objetiva, medidas precisas e constantes e é baseado em uma sequência regular de determinados eventos da natureza. Segue quase sempre em uma direção única e irreversível. Benveniste (1989 [1965]) compreende o tempo físico como “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”. (p. 71).

O tempo psicológico não tem a mesma objetividade do tempo físico. As medidas do tempo, nele, são percebidas de modo diferente de indivíduo para indivíduo, o que explica o fato de um período, por exemplo, de 60 minutos, dar a impressão de passar muito rápido para alguém e, ao mesmo tempo, para outra pessoa, parecer durar uma eternidade. Sua marca principal é a imprecisão e, tal como o tempo físico, é irreversível e irrecuperável.

Conforme Mucida (2012), a partir da leitura de Freud, é possível depreender a ideia da existência de, pelo menos, três tempos relacionados à subjetividade humana. O primeiro tempo<sup>9</sup> está inscrito sob forma de traços<sup>10</sup> que se fixam na memória, mas que não são acessíveis através da consciência; funcionam como “polo de atração para outros ‘traços’ ou todos os outros conteúdos a serem recalçados. Alguns traços sofrerão novas traduções e transcrições, mas sempre sob a barra do recalque”. (MUCIDA, 2012, p. 47). No segundo tempo está o inconsciente (*Unbewusstsein*) e o terceiro tempo é aquele marcado pela pré-consciência ou pelo ego, momento em que se manifestam as representações verbais.

Em Bianchi (1993), vemos que é possível extrair de Freud que a noção do tempo está intrinsecamente relacionada a duas modalidades da energia, a livre e a ligada, que são dois modos de o sujeito *ser no tempo*. A energia ligada tem um estatuto secundário, permite o controle e o prazo, leva a realidade em conta: “O psiquismo, em colaboração com o sistema perceptivo, explora, folheia como um livro a sucessividade temporal.” (BIANCHI, 1993, p. 11). A energia livre goza de status

---

<sup>9</sup> Utilizado sob nome de *Wahrnehmungszeichen* pela primeira vez no texto “A interpretação dos sonhos” 1976, [1900], p. 574.

<sup>10</sup> Aprofundaremos a noção de traço no próximo capítulo, seção 4.2 quando abordaremos a memória sob o olhar da psicanálise.

primário e é governada pelo princípio do prazer, traduz um modo de articulação com o tempo que permite ignorá-lo:

É um mundo meramente interior, mental, totalmente estendido, oferecido no desdobramento total de suas experiências primitivas de satisfação ou em suas experiências traumáticas [...] a a-temporalidade que o caracteriza consiste na perenidade conferida a traços, sinais, representações, por um re-investimento sempre possível, na simultaneidade de inscrições que subsistem na constante possibilidade de reativações que lhes é própria. (BIANCHI, 1993, p. 11).

No ponto de vista psicanalítico, se respeitado o ponto de vista do inconsciente, o tempo para a realidade psíquica pode ser radicalmente distinto do tempo da realidade factual. A respeito da percepção subjetiva do tempo, encontramos em Mucida (2012, p. 49) a seguinte afirmação:

Primeiro, ela (a memória) não é uma reprodução da vivência, e, assim sendo, os traços aí inscritos são determinados pela fantasia e não pela realidade factual. Segundo, a memória não se perde e, terceiro, sofre retificações em conformidade com o tempo e com as experiências.

Tais formulações são muito importantes para pensar sobre a singularidade do processo de envelhecimento e, conforme Mucida (2012), indicam por que alguns idosos acabam por alienar-se no passado, em detrimento do presente.

Com base em Lacan, a psicanalista define a existência de três tempos para defender sua tese sobre a singularidade do envelhecimento. Há um tempo marcado pelo *atemporal*, real ou impossível. Esse é o tempo do inconsciente, o tempo do sujeito que não envelhece. Há um segundo tempo que passa e não cessa de passar, que ela define como o tempo “necessário”. E há, ainda, um tempo *a posteriori*, o qual está aberto a novidades, àquilo que é imprevisível. E a conjunção desses três tempos faz com que o *a posteriori* se funda com o que envelhece e com o que não é passível de envelhecimento no decurso do tempo.

Outra visão psicanalítica sobre o tempo pode ser derivada da leitura de Goldfarb (1998, p. 30):

O sujeito se configura nas três dimensões do tempo: ante os obstáculos do presente, evoca o passado em busca do sentido necessário e joga para o futuro as possibilidades de reparação; porém, se o futuro não mais existe, o sujeito se afunda em um futuro de não-ser que o arranca violentamente do campo do desejo.

Consideramos importante resgatar a visão de tempo para a psicanálise, pois dedicaremos, no capítulo a seguir, espaço para aprofundar um estudo sobre a memória, à qual se liga a noção de tempo. Estamos olhando para o discurso de pessoas com mais de 60 anos. De que modo o tempo e a memória se instanciam no discurso dessas pessoas?

De acordo com Martins (1998), o sentido da vida é dado pelo tempo. Desse modo, para compreender o homem, é necessário ultrapassar a visão cronológica do tempo associada às fases do ser humano (criança, adolescente, adulto, velho) e entender o homem em sua totalidade, pois “o homem não está no tempo é o tempo que está no homem”. (p. 9).

Se a perspectiva do tempo psicológico é de um tempo individualizado, a do tempo cronológico é um tempo público, socializado. A construção desse tempo é decorrente da *conexão entre o tempo vivido e o tempo físico, com ajuda de instrumentos como o calendário*. De acordo com Ricouer (2007), há três traços comuns a todo calendário que colaboram para a identificação da estrutura do tempo crônico: a) a existência de um momento zero (fundador) que determina o momento axial a partir do qual se definem e datam os acontecimentos; b) a possibilidade de percorrer esse tempo sob dois movimentos (passado > presente *ou* do presente > passado); c) a fixação de unidades de medidas, com auxílio da astrologia (dias, meses, ano, etc.).

O tempo histórico tem sua marcação determinada pelos eventos da história (guerras, epidemias, revoluções, migrações, etc.). Esse tempo possui certa cronologia, no entanto ela está relacionada a aspectos qualitativos, cujo ritmo não é nem fixo, nem uniforme. Encontramos em Bakhtin (2010) uma visão de tempo histórico a partir da análise que o autor faz da obra de Goethe. O tempo histórico pode ser observado através das ações do homem na natureza, produto de seu trabalho e de sua inteligência e visível nas obras culturais, artísticas e na natureza. Um exemplo dessa perspectiva histórica presente no olhar de Goethe pode ser sua passagem pelo vilarejo de Einbeck ao dirigir-se para o Pirmont, quando percebe a

ação de um prefeito que provavelmente dirigiu a cidade há cerca de trinta anos. Bakhtin questiona-se sobre o quê, de tão especial, terá ali visto Goethe e conjectura:

[...] viu muito verde, muitas árvores, percebeu seu caráter não casual, notou nelas um certo vestígio de uma vontade humana única que agia de modo planejado, e pela idade das árvores, que ele definiu aproximadamente de vista, percebeu o tempo em que essa vontade ativa foi realizada de forma planejada. (BAKHTIN, 2010, p. 233).

Na visão de Goethe sobre o tempo histórico, um traço muito importante é que o passado deve ser criador, ou seja, deve ser eficaz no presente. Nas palavras de Bakhtin (2010, p. 235), “esse passado criativamente eficaz, que determina o presente, fornece com este uma determinada direção também para o futuro, que em certo sentido antecipa o futuro”. É um passado que continua vivo no presente, pois as árvores plantadas continuam crescendo, determinam o presente naquele vilarejo, pois dão ao lugar uma certa fisionomia.

O tempo ficcional, conforme Alves (2008), está entrelaçado com o tempo histórico, do qual se apropria, mas o qual subverte.

De acordo com Ricoeur, é o cruzamento desses dois tempos que faz nascer o que ele denomina tempo humano: a história se vale da ficção para reconfigurar o tempo, tomando-lhe emprestada a ilusão de presença; a ficção, por sua vez, toma da história seu poder de referência, tornando possível contar algo como se realmente tivesse acontecido. A irrealidade da ficção é, para o filósofo, uma forma de redescrição do real, e, conseqüentemente, redescreve modalidades do tempo humano. (ALVES, 2008, p. 37).

O tempo linguístico está ligado ao exercício da fala e não estabelecerá correlação com os tempos verbais. Trata-se de um tempo do discurso, como veremos em Benveniste. Por ser um tempo essencial na análise que empreenderemos, dedicamos, na sequência, uma seção específica a fim de aprofundar suficientemente esse tema.

Para Agostinho, não há três tempos: passado, presente e futuro. Há um único tempo e este é o presente, o único que pode ser medido. Agostinho afirma que o tempo é medido enquanto passa. Assim, não é possível medir passado nem futuro, já que esses “não são”. O que passa é o presente, explica, então defende a

existência de três *modalidades* de presente: o do passado, manifesto na memória, o do presente, evidente no olhar, na visão, e o do futuro, indicado na espera. Agostinho refuta a associação da noção de tempo associada ao cosmos, já que os astros poderiam parar e mesmo assim o tempo continuaria passando, para insistir na ideia de que é a linguagem que permite aferir o tempo:

[...] e falamos do tempo, dos tempos e ainda dos tempos: “Quanto tempo ele falou?”, “Quanto tempo ele levou para fazer isso?”, “Há quanto tempo que não vejo isso?” e “Essa sílaba tem o dobro do tempo de uma sílaba breve”. Dizemos essas coisas, ouvimo-las, os outros compreendem quando as dizemos, entendemo-las. São claríssimas, utilizadíssimas e, no entanto, nada é tão obscuro, nada tem uma interpretação tão fora do domínio corrente. (AGOSTINHO, XXII, p. 28, apud FIORIN, 2010, p. 133).

Para fundamentar sua tese de que o tempo é uma categoria da linguagem, Santo Agostinho emprega alguns exemplos relacionados ao som, que fundamentam seu interesse na reflexão sobre o tempo como uma categoria fundada na linguagem. Agostinho explica que, primeiro, o som é passado, pois antes de soar era futuro, portanto não passível de aferição. Em segundo lugar, o som somente pode ser medido enquanto soa, no entanto, esse “enquanto” é algo intangível. E, finalmente, o terceiro exemplo permite compreender melhor o que os dois primeiros têm dificuldade em caracterizar. Esse terceiro exemplo de Agostinho, conforme aponta Fiorin (2010, p. 136), reintroduz algo que os dois primeiros exemplos tinham ignorado, isto é, a memória e a espera: “o que se mede é algo que está na memória, medem-se vestígios do passado e signos da espera”.

A partir do substrato agostiniano, Fiorin (2010, p. 139) argumenta que a experiência temporal só é possível ser vivida a partir da linguagem, pois é ela que dá a possibilidade ao homem de apreender e de medir o tempo: “Sem agora, não existe então.” E essa experiência temporal é vivida, na linguagem, através da discursivização das ações, ou seja, pela “narração, o simulacro da ação do homem no mundo”. (FIORIN, 2010, p. 140).

Com Fiorin (2010) vimos que tudo é presentificado na linguagem, que o tempo é feito quando Deus cria o mundo, ou seja, o tempo é engendrado pela palavra, pois “ao criar o mundo, Deus cria o tempo, o espaço, os seres, isto é, as categorias de enunciação surgem ao serem enunciadas”. (p. 141). Tal

argumentação é construída através da imersão do pesquisador na teoria filosófica agostiniana, a qual se configura em “nítido embrião de uma teoria linguística do tempo, ou mais precisamente, de uma teoria discursiva da temporalização”. (FIORIN, 2010, p. 141). De fato, esse embrião de uma teoria discursiva sobre o tempo em Agostinho deve ter sido inspirador para os estudiosos da linguagem da contemporaneidade.

Em Benveniste, veremos que o discurso instaura um agora, momento da enunciação. “O agora é engendrado pelo ato da linguagem, desloca-se ao longo do fio do discurso permanecendo sempre agora.” (FIORIN, 2010, p. 142). Assim, o momento da enunciação exerce sempre o papel de um eixo responsável pela ordenação do tempo.

Fiorin descreve a existência, na língua, de dois sistemas temporais: um relacionado ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado, o que define por sistema enunciativo e sistema enuncivo<sup>11</sup>. Aprofundaremos, em Benveniste, na próxima subseção, a noção de temporalidade no momento da enunciação.

O que importa reter da leitura de Fiorin a respeito do tempo é a ideia de que o tempo é um efeito de sentido produzido *na* e *pela* enunciação e que “o discurso cria um tempo que simula a experiência temporal do homem”. (2010, p. 248). Como o tempo é uma categoria do discurso, essa constatação está ancorada na teoria benvenistiana sobre a linguagem, como vimos no capítulo anterior e aprofundaremos a seguir.

### 3.2.2 O tempo em Benveniste

Estamos buscando compreender como a noção de tempo se redimensiona no discurso de pessoas com mais de 60 anos. Isso porque as pessoas dizem algo – aqui e agora – e o conteúdo (o material linguístico) desse *algo dito*, como constatamos nos diálogos que coletamos e recortamos para constituir o *corpus* deste estudo, muitas vezes está relacionado ao tempo – isto é, a algo que

---

<sup>11</sup> Em Benveniste (1995 [1959]), planos do discurso e histórico, respectivamente.

aconteceu no passado de quem fala, mas que retorna, através da linguagem, ao presente da fala.

Poderíamos dizer, então, que a enunciação possibilitaria a emergência de dois níveis de temporalidade, concomitantemente? Ou seja, um nível de temporalidade ligado ao acontecimento – *hic et nunc* – e outro promovido por ele, uma espécie de retorno, eco (a repetição)?

No conjunto de textos que integram os PLG de Émile Benveniste, a categoria tempo ocupa, juntamente com a categoria de pessoa – abordada no capítulo anterior desta tese – importante espaço.

Antes de abordar especificamente a questão do tempo na teoria enunciativa de Benveniste, convém esclarecer que nossa incursão pela categoria tempo em Benveniste não tem a pretensão de simplesmente mapear, na análise que empreenderemos no capítulo final desta tese, indícios de subjetividade marcados nas categorias (pessoa, espaço, tempo). Como afirma Normand (2012, p. 161), “não há em Benveniste revolução enunciativa; a busca dos traços de subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações”. Assim, dedicamos esse espaço para o estudo do tempo, porque essa categoria ocupa posição privilegiada na enunciação, como pretendemos mostrar nesta seção.

Aprendemos com Flores (2012) que não se pode ler Benveniste sem instaurar um ponto de vista de leitura. Na opinião do pesquisador, “a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão ligados entre si”. (p. 151). Desse modo, (re)ingressaremos em Benveniste estabelecendo, dessa vez, como *hiperlink* o tempo. Há pelo menos dois textos de Benveniste que abordam, de modo mais específico, o *tempo*. O primeiro deles integra a quinta parte do PLG I, *O homem na língua*, é o capítulo sobre *As relações de tempo no verbo francês* (1995 [1959]). O segundo texto integra a segunda parte do PLG II, *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]). Veremos, a seguir, o que trata cada um deles.

No texto *As relações de tempo no verbo francês* (1995 [1959]), Benveniste diferencia dois sistemas distintos e complementares que manifestam dois planos de enunciação diferentes: o da história e o do discurso.

O plano histórico representa um modo de enunciação reservado à língua escrita. Caracteriza-se pela narrativa de acontecimentos passados. Trata-se de um

modo de enunciação reservado às formas de *terceira pessoa*, já que, nela, “o historiador não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa eu: tu”. (BENVENISTE, 1995 [1959], p. 262). Nesse plano, a ocorrência do tempo presente é muito rara<sup>12</sup>, sendo que a recorrência comum é a três tempos verbais, explica Benveniste, com base na língua francesa: o aoristo, o imperfeito e o mais-que-perfeito. Através de exemplos encontrados em textos clássicos, como Gotz, Balzac, Benveniste mostra que, nessa modalidade enunciativa, não há nem mesmo narrador. O autor apresenta uma narrativa contínua na qual os acontecimentos são apresentados do modo como aparecem, como se estivessem *narrando-se a si mesmos*.

O plano do discurso, por sua vez, contrapõe-se ao plano histórico. Para melhor compreender esse plano, é preciso, primeiramente, entender o que significa discurso nesse texto: “Toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e tenha a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. [...] a diversidade dos discursos orais<sup>13</sup> de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada.” (BENVENISTE, 1995 [1959], p. 267). No discurso, há um locutor que instaura a categoria de pessoa – *eu/tu* – e a opõe a uma não-pessoa, *ele*. Os tempos verbais presente, futuro e perfeito, ausentes do plano histórico, são admitidos no discurso, que possibilita uma abertura muito maior e inclui até mesmo o imperfeito, o único comum aos dois planos. O perfeito é tempo exclusivo da enunciação discursiva, que tem como único tempo verbal ausente o aoristo, o qual é exclusivo da enunciação histórica.

A distinção entre esses dois planos tem sido fonte de muitos mal-entendidos e de leituras equivocadas, alerta Flores (2012), as quais deram origem a algumas críticas, sendo a principal delas referente a uma aparente contradição pelo fato de Benveniste, ao propor a diferenciação entre enunciação histórica/ enunciação do discurso, referir que no plano histórico não haveria locutor nem ouvinte. A crítica de que “se a subjetividade está na linguagem, como atesta o texto de 1958, seria um

---

<sup>12</sup> A não ser em uma forma de presente intemporal, como o “presente de definição” (BENVENISTE, 1995, [1959], p. 263).

<sup>13</sup> Benveniste adverte a respeito da distinção entre narrativa histórica e do discurso rechaçando qualquer associação simplista da primeira modalidade à língua escrita e da segunda à língua falada. Embora a enunciação histórica seja restrita à língua escrita, o discurso pode manifestar-se tanto na escrita quanto na fala: “Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. [...] O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas.” (BENVENISTE, 1995 [1959], p. 267).

contrassenso supor em um texto posterior – de 1959 – que um uso da linguagem – a enunciação histórica – fosse desprovido de subjetividade”, é ilegítima, “um típico engano de leitura da obra”. (FLORES, 2012, p. 160). É necessário observar atentamente os vários usos que a palavra enunciação possui em cada texto de Benveniste, pois ela nem sempre pode ser assimilada com a mesma significação nos diferentes textos. Esse é um dos motivos que leva Flores a propor algumas reflexões que sirvam de roteiro para quem quer ler Benveniste, especialmente quem se interessa pelo tema da enunciação. Para ler Benveniste, ensina Flores (2012, p. 151), é preciso assumir um ponto de vista epistemológico: “A teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligadas entre si através de relações hierárquicas – hiperonímicas e/ou hiponímicas –, paralelas, transversais, entre outras.”

No caso do texto *As relações de tempo no verbo francês* (1959), a palavra *enunciação* possui vários usos, os quais não se equivalem. Por exemplo, no sintagma *enunciação histórica*, por ocasião de sua definição no plano formal (inclusão ou não do aoristo), o termo enunciação seria muito melhor compreendido se associado ao sentido de enunciado, ou seja, de produto. “O mesmo pode ser dito de *enunciação* em *enunciação do discurso*, uma vez que é a marca formal do enunciado que é o traço diferenciador de uma ou de outra.” (FLORES, 2012, p. 160-161). Assim, podemos observar que a palavra enunciação nos sintagmas adjetivados (*histórica/ do discurso*) deve ser compreendida como enunciado, produto e não como ato de utilização da língua. Mas isso não é tudo. Em outra ocorrência<sup>14</sup> nesse mesmo texto, esclarece Flores, a palavra *enunciação* pode ser associada ao sentido de ato individual de apropriação da língua, o que corrobora a necessidade de se observar as recomendações de Flores no roteiro de leitura<sup>15</sup> proposto.

Cabe destacar que a discriminação desses dois planos, proposta por Benveniste no texto de 1959, é muito mais uma questão de observação de aspectos formais sobre a presença ou a ausência do aoristo do que à diferenciação entre

---

<sup>14</sup> Em “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte” (BENVENISTE, 1995 [1959], p. 267)

<sup>15</sup> Entre os aspectos elencados por Flores, além da necessidade de *instaurar um ponto de vista de leitura*, cabe destacar, ainda os seguintes: entender que *a teoria benvenistiana não é um modelo acabado; não se pode ler na sincronia o que foi produzido em uma diacronia; há flutuação conceitual; há homonímia terminológica; há sinonímia terminológica; há um a priori unificador da teoria.*

enunciação<sup>16</sup> e enunciado, o que, definitivamente, não parece ser o objetivo principal desse texto.

Quisemos trazer esse texto aqui apenas para dizer que o tempo presente, implícita ou explicitamente, é o tempo do discurso, noção que deve ficar mais clara no texto que apresentamos a seguir.

No segundo texto em que a discussão sobre o tempo tem lugar de destaque, *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]), fica clara a necessidade de, pelo menos, duas categorias para a configuração da linguagem em discurso: a de pessoa e a de tempo. O discurso somente se instaura no momento em que o sujeito que fala emprega o pronome *eu* para referir a si próprio em sua fala e o faz sempre em oposição a *tu* e a *ele*. Essa instauração do sujeito na linguagem, através da categoria de pessoa, é a condição mesma do discurso. É única a instância da enunciação, explica Benveniste, pois

este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias de discursos. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 68).

O fato de *eu* designar a cada vez uma pessoa – aquela que se apropria desse *eu* via linguagem – concretiza a realização de uma experiência humana, a qual se instaura a cada vez que alguém enuncia. Essa atualização da experiência na linguagem é algo essencial que jamais poderá faltar a uma língua, é a possibilidade mesma do discurso.

Uma *dialética singular é a mola desta subjetividade* teoriza Benveniste (1989 [1965]) e explica: é que os pronomes pessoais se configuram, fora do discurso, em formas vazias, que somente são preenchidas a partir do instante em que alguém deles se apropria pelo ato de linguagem. Essa é igualmente a condição dos dêiticos; os demonstrativos, por exemplo, organizam o espaço, procedendo de um ponto central (*eu*) na linguagem, a partir de categorias variadas: localizamos determinado objeto com base em informações que giram em torno de quem fala – ou com quem

---

<sup>16</sup> No texto *O aparelho formal da enunciação* (1970) Benveniste aprofunda a noção de enunciação.

se fala – *eu, tu* (ou *ele*); dizemos que *x* está perto ou longe de quem fala, em frente ou atrás, visível ou invisível, etc.

É este fenômeno que queremos observar: a realização de uma experiência humana que se instaura cada vez que alguém enuncia – essa atualização da experiência de linguagem que se dá no tempo. O senso comum e a nossa experiência de viver em sociedade revela que as pessoas, sobretudo as mais velhas, têm o hábito de repetir histórias, fatos já contados, narrados. Perguntamos, então: se a atualização da experiência humana se renova na linguagem, como é possível sustentar a tese de que há repetição na fala? Propomo-nos a enfrentar o desafio de buscar resposta a essa indagação.

De acordo com Benveniste (1989 [1965]), entre as formas que revelam a experiência subjetiva da linguagem, as que exprimem *tempo* são as mais ricas e, por isso, mais complexas. O linguista argumenta a respeito dessa complexidade, referindo a condição especial dessa categoria na língua em oposição às armadilhas do psicologismo e defendendo a condição especial do tempo na língua, já que é ele que instancia o presente do discurso. “Há um tempo específico da língua”, afirma o linguista (1989 [1965], p. 71), mas para compreender melhor essa condição, convém diferenciar duas noções distintas de tempo: tempo físico e tempo crônico.

Benveniste não se alonga a respeito do tempo físico, pois entende que essa noção é bastante conhecida de todos. O tempo físico, destaca, diz respeito a um “contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (1989 [1965], p. 71) e sua duração é variável a cada indivíduo, de acordo com o grau de emoções e o ritmo de sua vida interior; trata-se de um tempo psíquico.

O tempo crônico, por sua vez, é o tempo da evanescência, do *acontecimento*, que não volta jamais, por exemplo: não podemos voltar à infância ou à juventude, nem ao dia de ontem, nem mesmo ao minuto que acaba de passar: “Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum.” (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 71). Ao mesmo tempo, nossa vida é uma sequência de acontecimentos, marcada por pontos de referência aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo. Nós podemos observar nossa vida e lançar o olhar sobre os acontecimentos realizados, percorrendo o tempo decorrido sob duas formas ou direções: do passado ao presente ou do presente ao passado. Assim, há uma aparente contradição que reside em uma propriedade essencial do tempo crônico: ao mesmo tempo em que a vida corre, há os acontecimentos demarcados

na história. Benveniste alerta a respeito da importância da noção de acontecimento, pois este está centrado no presente sob o qual se assentará a noção de tempo:

No tempo crônico, o que denominamos 'tempo' é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 71).

Todas as sociedades humanas buscam objetivar o tempo crônico de diversas formas: separando o dia e a noite, observando o movimento das marés, as fases da lua, as estações do ano, os movimentos do sol, etc.

Nessa busca da objetivação do tempo crônico, as sociedades humanas buscaram definir três características que fundamentam esse tempo e a própria vida das sociedades: a estativa, a diretiva e a mensurativa. Cada uma delas com configurações diferentes. A estativa pode ser examinada sob o aspecto dos calendários. Os calendários com traços comuns partem de um momento zero, de onde parte o cômputo, por exemplo, nascimento de Cristo ou de Buda, ascensão de certo soberano, etc. Dessa primeira condição decorre a segunda, a diretiva, que é enunciada pelos elementos linguísticos *antes* e *depois* os quais se referem ao ponto de referência inicial. À terceira condição, a mensurativa, cabe a atribuição de medir os intervalos entre as ocorrências dos fenômenos cósmicos. Por exemplo: o intervalo entre dois pontos diferentes do horizonte será o dia, o intervalo entre duas conjunções da lua e o sol será o mês, o intervalo de uma volta completa do sol e das estações será o ano e assim consecutivamente podem ser acrescentados outros agrupamentos (semana, século) ou subdivisões (hora, minuto).

Há um terceiro nível do tempo – o tempo linguístico – ao qual é necessário estabelecer a distinção, pois “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua”. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 74). O tempo linguístico está ligado ao exercício da fala, organiza-se e define-se como função do discurso e tem seu centro no presente da instância de fala: “Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘presente’ (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona.” (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 74).

Dada a importância desse terceiro nível do tempo – tempo linguístico – cunhado por Benveniste, abrimos uma subseção para tratar especificamente desse tempo.

### 3.2.2.1 O tempo linguístico – esse tempo da enunciação e sua condição inapreensível

Esta investigação olha para o discurso de adultos acima de 60 anos a fim de analisar como o tempo e a memória se redimensionam nesse discurso.

Sabemos que esse discurso (a enunciação) se dá num dado tempo-espço, enquanto a análise se dá em tempo-espço diferente. Surreaux (2011) argumenta em favor da consideração de dois atos enunciativos distintos implicados numa situação de análise linguístico-enunciativa: um primeiro, que é a enunciação que dará origem aos fatos linguísticos a serem analisados; e um segundo, produzido pelo transcritor, que enuncia a partir de algo que já foi enunciado, ao realizar a transposição do registro dos fatos linguísticos da modalidade oral para a escrita, produzindo uma nova enunciação. Voltaremos, no capítulo 5, a tratar da especificidade da transcrição na enunciação.

Antes disso, queremos discutir melhor essa propriedade original da linguagem, anunciada por Benveniste: o fato de este presente ser reinventado a cada vez que um homem fala porque esse momento é novo, já que ainda não foi vivido.

Vejamos o que diz o mestre sobre esse tempo específico do discurso:

O presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 75).

A reflexão de Benveniste sobre o presente linguístico faz com que percebamos o caráter *sui generis* atribuído pelo linguista a esse tempo do discurso que nos faz pensar sobre o tempo e sobre a vida.

O documentário *Nostalgia da Luz*<sup>17</sup>, de Patricio Guzmán, ao colocar no mesmo plano astrônomos, arqueólogos e mulheres em busca de vestígios de seus parentes desaparecidos durante a ditadura de Pinochet, nos instiga a pensar sobre a complexidade da definição dos tempos passado/presente.

Dentre os vários aspectos que nos tocam nesse filme e que mencionaremos oportunamente, destacamos, por ora, o depoimento de um arqueólogo ao comparar o seu trabalho com o dos astrônomos. Diz ele que os astrônomos criaram um enorme telescópio<sup>18</sup> para aproximar coisas aparentemente irreconciliáveis: as origens do passado, de tudo que somos hoje, com o presente. São como duas situações, explica, porque eles estão recebendo hoje o passado. Mas os astrônomos estão recebendo o passado mais distante de todos, que é a origem de todo o sistema (do passado). Sob esse aspecto, os astrônomos estudam um passado diferente do passado que estudam os arqueólogos. No entanto, os astrônomos situam-se no presente percorrendo um passado, o qual tem de reconstituir, uma vez que dele há apenas leves sinais. Assim, sob esse segundo aspecto, tanto astrônomos quanto arqueólogos exerceriam funções idênticas, conclui.

Mas como é possível falar do tempo, seja ele passado, passado mais distante de todos (original) ou mesmo do presente senão pela linguagem?

Benveniste parece ter solucionado o problema, ao qualificar o presente como categoria linguística por excelência do discurso, atribuindo-lhe *status* diferenciado. Foi com Benveniste também que aprendemos que a língua tem por necessidade ordenar o tempo a partir de um eixo e esse eixo é sempre a instância do discurso. O presente manifesta-se, ao nível do discurso, até mesmo de modo implícito, pois o *único tempo inerente à língua é o presente do discurso* (1989 [1965], p. 76). Além

---

<sup>17</sup> *Nostalgia de la Luz*, premiado em Cannes em 2010 e comercializado somente em 2015 na Europa e no Brasil, foi filmado no deserto do Atacama, no norte do Chile, o local mais seco do planeta. Lá, a busca pelos vestígios do passado une astrônomos, arqueólogos e mulheres. Os primeiros construíram nesse lugar um dos maiores telescópios da Terra e, de lá, estudam as evidências das origens do cosmos. Os arqueólogos estudam vestígios de passados remotos, enquanto as mulheres (no início cinquenta, hoje não mais que dez) procuram, na terra e na areia, restos de homens e mulheres assassinados pelo regime de Pinochet que foram enterrados ou jogados de helicópteros militares, se não no mar, na imensidão do deserto.

<sup>18</sup> O filme explica que a limpidez do céu do deserto do Atacama torna esse lugar privilegiado para observar o espaço celeste.

disso, o tempo instaura uma experiência fundamental da qual todas as línguas dão testemunho, cada qual à sua maneira: é a possibilidade de determinar, através do presente do discurso, duas possibilidades de referências temporais: a de indicar o que não é mais presente e o que ainda está por se tornar.

Outro depoimento do *filme Nostalgia da luz*, dessa vez de um astrônomo, desperta nossa atenção. Para o astrônomo, toda a experiência que temos na vida se dá no passado; inclusive a conversa que está estabelecendo com o roteirista que está filmando-o, enquanto grava seu depoimento, diz ele. E explica: a câmera que estou olhando agora a alguns metros de distância está a milionésimos de segundos, algo de tempo atrás (passado), porque o sinal demora a chegar, há uma fração de segundos que nos separa. O presente, portanto, não existe; o único presente que existe é o que eu posso imaginar. No entanto, mesmo quando eu me toco e digo “aqui estou eu”, já há um certo atraso. Assim, somos manipulados o tempo todo pelo passado. Sob esse ponto de vista, vivemos do passado, tal qual um arqueólogo, um geólogo, um historiador.

Fomos bastante tocados por essas passagens do documentário, que se relacionam diretamente com os aspectos que estamos observando no discurso dos participantes de nossa pesquisa. Nossos participantes resgatam, linguisticamente, o passado. Tal como arqueólogos e astrônomos, vasculham a própria memória em busca de vestígios de fragmentos de suas vidas que ficaram (perdidos) em algum lugar do tempo. Mas o fazem em outro tempo – um outro aqui e agora. Assim como os astrônomos, percorrem seu passado, o qual não pode ser materializado senão através da linguagem. E fazem isso no presente. Mas num presente que já acabou, portanto, transformado em passado.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a definição de Benveniste (1989 [1966], p. 231) para *frase*, como *um acontecimento diferente, que só existe no instante em que é proferida, como um acontecimento que desaparece* anuncia as bases da concepção da enunciação para o autor. Em texto posterior, *O Aparelho formal da enunciação* (1989 [1970], p. 82), o linguista define a enunciação como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. E alerta, ainda, para a necessidade de se ter cuidado com a condição específica da enunciação: “É o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.” (BENVENISTE, 1989 [1966], p. 82). Vejamos bem, é o *ato*, não o texto do enunciado o nosso objeto, diz o mestre.

Estamos, portanto, de acordo com Surreaux (2011), convencidos da nossa busca de tentar apreender aquilo que é inapreensível. Na (im)possibilidade de analisar o *ato* propriamente dito, dada sua efemeridade, tentamos resgatar algo<sup>19</sup>, que certamente não é simplesmente olhar para o texto do enunciado – o que desviaria totalmente do caráter linguístico-enunciativo a que se propõe este trabalho.

Diante desse fenômeno fugidio que é a enunciação, como podemos olhar para o aspecto da temporalidade ali inserida?

O tempo linguístico emerge na instância discursiva, assim, toda vez que o pronome *eu* aparece em um enunciado uma experiência humana se instaura e revela o instrumento linguístico que a funda.

Além disso, é importante considerar que, ainda que a categoria *tempo* goze de importante estatuto na enunciação, ela não é a principal, nem atua, sozinha, para que a língua – sistema de signos – se transforme em discurso. A enunciação promove, literalmente, alguns signos à existência. Benveniste ensina que “é preciso saber distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”. (BENVENISTE, 1989 [1970], p. 86, *grifos do autor*). É a enunciação que cria o ‘aqui-agora’ da enunciação. Assim, a *temporalidade é produzida na e pela enunciação*, pois o tempo

é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (BENVENISTE, 1989 [1970], p. 85).

Pensamos com Heidegger (1995, p. 46) que, se “os diversos modos e derivados do ser só são de fato compreensíveis em suas modificações e derivações na perspectiva do tempo e com referência a ele”, então nosso propósito de pensar sobre o discurso do sujeito idoso, tendo presente a categoria tempo, parece estar contemplada.

Em Benveniste vimos que o *tempo* é uma condição para promover a língua à enunciação. Desse modo, como queremos olhar para o discurso de pessoas com

---

<sup>19</sup> Esse “algo” é, para nós, “o ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização”, conforme categoriza Benveniste (1989 [1970], p. 83).

mais de 60 anos, vamos analisar de que modo a temporalidade se manifesta nesse discurso, o que faremos no capítulo final desta investigação.

Antes de finalizar este capítulo, queremos estabelecer uma analogia da análise que estamos empreendendo com o estudo de Alves (2008) sobre o tempo em *Narradores de Javé*<sup>20</sup>, conforme anunciamos anteriormente. Nesse estudo, a pesquisadora (2008, p. 33) analisa “como se configura a construção das narrativas e das diversas temporalidades instauradas na peça cinematográfica”. O filme conta a história dos moradores de uma pequena vila no sertão ameaçados por uma inundação que colocará a vila debaixo d’água, em razão da construção de uma usina hidrelétrica. Para tentar impedir a inundação, antes de iniciarem as obras, os moradores decidem escrever um livro contando a história do lugar para, assim, tentar instituir o vilarejo como patrimônio histórico. Em terra cuja maioria da população é analfabeta, a tarefa é um tanto complexa. Assim, escolhem Antônio Biá (o único morador letrado do lugar) para escutar os casos contados pelos moradores e registrar, o mais rápido possível essas histórias, para, assim, tentar salvar a pequena vila de uma inundação que a fará desaparecer sem nem mesmo deixar rastros. O filme mostra uma corrida contra o tempo dos moradores *na tentativa de inscrever Javé na história*.

Nesse percurso, os moradores recuperam eventos passados, memórias quase apagadas e documentos que possam registrar a trajetória da cidadezinha, para eles, de suma importância. Assim, buscando um passado glorioso, pretendem garantir o presente e o futuro da existência do lugar e da identidade deles. (ALVES, 2008, p. 35).

Na obra cinematográfica *Narradores de Javé*, conforme leitura de Alves (2008), há um movimento dos moradores em prol da sobrevivência através da narrativa que permitirá sua inscrição na História. Eles contam suas histórias a Antônio Biá para se descobrir e para tentar resistir às forças que ameaçam suas vidas e o vilarejo onde moram.

Nossa pesquisa sobre o papel do tempo no discurso é, de certo modo, análoga a essa história. Tal como Antônio Biá, o encarregado da escrita das histórias na obra cinematográfica, ouvimos e transcrevemos fatos de língua

---

<sup>20</sup> Artigo produzido a partir da análise do filme brasileiro *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé (2004).

manifestos nos diálogos construídos, nas pequenas narrativas. E, ao mesmo tempo em que testemunhamos os fatos no momento em que eles renascem pela linguagem, participamos da reconstrução da memória e do tempo no discurso.

Em *Narradores de Javé*, o uso da narrativa revela uma busca por identidade e memória, por isso muitas cenas do passado intercalam-se com as do presente. A narrativa funciona como uma guardiã do tempo, pois só existirá o tempo passado se esse for narrado.

Nos fatos de língua que reunimos até então, temos encontrado possibilidades de aproximação com a análise de *Narradores de Javé*. Como no filme, parece possível depreender da fala de nossos participantes algumas tentativas de inscrição no mundo. Falamos em “tentativas”, pois observamos algumas situações que mostram que nem sempre essa inscrição é possível, pois para que nossos participantes se inscrevam discursivamente através da linguagem, necessitam de um duplo reconhecimento que nem sempre se institui: a) do outro, interlocutor (tu); b) e do outro socialmente reconhecido, a cultura, os outros discursos.

Se no filme os moradores do vilarejo precisavam registrar sua história para evitar a inundação e a morte da história de um lugar físico, nos fatos de língua que constituem o *corpus* desta pesquisa, temos indicações que nos autorizam a suspeitar de que as pessoas falam, ou ao menos tentam instituir seu lugar de sujeito na linguagem, na tentativa de garantir seu lugar no tempo. Embora a preocupação com a morte não apareça de forma explícita nas falas, é certo que ela assombra grande parte das pessoas, sobretudo na medida em que o tempo passa e vamos tomando consciência da finitude através dos sinais que se nos apresentam: decrepitude física, manifesta nas marcas do rosto e do corpo, e psíquica, perda da memória, depressão, etc.<sup>21</sup>.

Desse modo, parece legítima a necessidade de buscar sua inscrição na linguagem, a qual pode se manifestar duplamente:

- a) no resgate da memória, através de narrativas de situações ocorridas no passado, na busca de elementos que façam sentido no presente e que permitam que as pessoas se inscrevam no presente;

---

<sup>21</sup> No início do capítulo cinco, contextualizaremos essa *posição de idoso* socialmente construída, biologicamente determinada.

- b) no ato mesmo de apropriação da linguagem, aqui e agora, que instauram o sujeito no tempo do discurso e marcam sua posição de sujeito no mundo.

Estamos olhando para o discurso dos participantes de nossa pesquisa, inspirados por essas leituras. Perguntamo-nos se essas pessoas, quando enunciam, compartilham o mesmo espaço (aqui-agora) com seus interlocutores. De que modo o passado atua no presente dos participantes desta pesquisa? Que condições o acesso ao passado, via linguagem, lhes garante?

Como a memória é, via de regra, uma das principais possibilidades de acesso ao tempo, buscamos, no próximo capítulo, construir uma definição de memória para a enunciação. Para tanto, recorreremos a conceitos filosóficos e psicanalíticos, os quais nos inspirarão nessa tarefa.

## 4 A MEMÓRIA

Há na memória um rio onde navegam  
 Os barcos da infância, em arcadas  
 De ramos inquietos que despregam  
 Sobre as águas as folhas recurvadas.  
 [...]  
 Há um retrato de água e de quebranto  
 Que do fundo rompeu desta memória,  
 E tudo quanto é rio abre no canto  
 Que conta do retrato a velha história.  
 (SARAMAGO, 1981).

Este estudo dirige seu olhar para o discurso do idoso a fim de observar, entre outros aspectos, como a noção de tempo se redimensiona nesse discurso.

Quando alguém enuncia – aqui e agora – a noção de tempo está assinalada; isso porque o sujeito fala *no* tempo, mas também *do* tempo (do passado, do presente ou do futuro) e fala para um outro com quem irá alternar o papel de protagonista na enunciação.

Aristóteles dizia que a memória é do tempo. Mas pertencer “ao tempo” é o mesmo que pertencer “ao passado”? Queremos saber como a memória se presentifica no discurso do idoso. Como o sujeito a mobiliza na sua construção discursiva. A memória é mesmo do passado? O que a memória faz *ali* no discurso? O sujeito mobiliza a memória de forma diferente quando está diante de interlocutores distintos?

Como estamos interessados em construir uma reflexão sobre qual é o papel da memória no discurso, iniciamos esse exercício lembrando a personagem *Funes*, do conto com o mesmo nome, do escritor e poeta argentino Jorge Luís Borges.

A narrativa de Borges nos transporta a uma pequena cidade uruguaia onde vive o jovem Funes, apelidado memorioso, devido a sua alta capacidade de memória, habilidade adquirida depois de sofrer, aos 19 anos, uma queda de um cavalo, acidente que afetou radicalmente sua vida de peão de estância.

Incapaz de movimentar-se em decorrência do acidente, Funes consegue lembrar-se do passado nos mínimos detalhes, sendo capaz de restituí-lo, através da memória, com exatidão, como podemos observar no seguinte trecho do texto:

Nós, de uma olhadela, percebemos três copos em cima de uma mesa; Funes, todos os rebentos e cachos e frutas que comporta uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer do trinta de abril de mil oitocentos e oitenta e dois e podia compará-las na lembrança com as listras de um livro espanhol encadernado que vira somente uma vez e com as linhas da espuma que um remo sulcou no Rio Negro na véspera da batalha do Quebracho. Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada a sensações musculares, térmicas, etc. Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entressonhos. (BORGES, 1970, p. 94).

A narrativa revela, ainda, que o protagonista portador de memória invejável havia aprendido, sem grande esforço, várias línguas, como inglês, francês, português, latim.

Essa capacidade de armazenar uma memória sem limites da personagem ficcional bem poderia representar o sonho de muitas pessoas<sup>74</sup>. Afinal, quem nunca desejou ter melhor desenvolvida a capacidade de lembrar-se de fatos, pessoas, conteúdos? Sabe-se que uma das maiores queixas das pessoas diz respeito à perda gradativa, especialmente da memória de curto prazo. Assim, pelo menos a uma primeira vista, a extraordinária capacidade de memória de Funes parece ser digna de ser cobiçada.

Mas justamente essa facilidade para memorizar torna-se, para essa personagem, sua maior desgraça. Preso aos detalhes, Funes torna-se incapaz de raciocinar sobre o que vive, ouve, vê. E se “pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos”. (BORGES, 1970, p. 97).

A extraordinária habilidade de Funes ilustra bem as características dos mnemonistas da *ars memorativa* da Idade Média. Petrarca e Pietro de Ravena foram dois importantes representantes da mnemonotécnica fora da ficção, citados em inúmeros textos como grandes cultores dessa conhecida arte. Petrarca, militar de carreira, mesmo tendo muitas ocupações e responsabilidades, dispunha de memória extraordinária. E Pietro de Ravena, conforme descrevem os versos de Egidio de Viterbo, “tem condições de se lembrar de tudo o que leu uma única vez e de todas

---

<sup>74</sup> A *ars memorativa*, a arte da memória, atualmente prescindível, foi, durante muito tempo, um instrumento possível de ser empregado para fins práticos e muito diversos, como a conservação de conteúdos e a organização de conceitos, tanto é que muitos textos originários da arte da memória foram transformados em verdadeiras enciclopédias. Rossi (2010) adverte, no entanto, para o abuso dessa técnica, pois a mente, cheia de imagens e informações, corre o risco de colocar seus praticantes sob o risco da loucura.

as palavras que um orador pronunciou num discurso de até três horas”. (ROSSI, 2010, p. 44). Além disso, “pode recitar de cor o Código de Direito Civil inteiro [...] e rememorar, palavra por palavra, as lições de Alessandro de Ímola e, no final, é capaz de transcrevê-las com exatidão”. (ROSSI, 2010, p. 44).

A arte da memória foi uma técnica bastante útil para conservação, organização e transmissão do saber e não há dúvidas de que ela permitia a fixação de conceitos, tornando, conseqüentemente, os mnemonistas dos séculos XV, XVI e XVII figuras admiradas e cultuadas na sociedade. Mas se por um lado essas pessoas eram célebres na sociedade da época, por outro não chegaram a ser interrogadas sobre o modo como pensavam ou viam, e nunca tiveram seus mundos interiores investigados, suas particularidades, personalidades, visões de mundo estudadas. Vale destacar que, a partir do século XX, a cultura passou a se contrapor à memória, porque a memória sem pensamento torna-se arquivo morto.

Nosso estudo quer investigar o papel da memória no discurso de adultos acima de 60 anos. Assim, consideramos importante traçar um percurso específico sobre o conceito de memória.

Aprendemos, com Saussure, que é o ponto de vista que cria o objeto. Desse modo, decidimos estudar a memória não sob a ótica da neurociência – já que a abordagem neurofisiológica do processo não é foco desta investigação –, mas sob o aspecto da singularidade do processo da memória, já que ela se constrói na enunciação. Se a memória se constrói através da linguagem e, por isso, na enunciação, queremos tentar responder o que os estudos enunciativos têm a dizer sobre a memória.

Desse modo, em busca da construção de uma definição de memória no campo da enunciação – escolhemos traçar o seguinte caminho: iniciamos com Paul Ricouer (2007) cujo estudo sobre *A memória, a história e o esquecimento* nos auxilia a compreender a memória, sob o ponto de vista fenomenológico e epistemológico. Através de um denso ensaio filosófico, o autor discute sobre *o que* se tem memória e sobre *quem* tem memória, abordando conceitos como os de memória individual, memória coletiva e de testemunho, os quais contribuem na construção de um ponto de vista original sobre a memória no discurso.

A seguir, revisitamos alguns textos do campo freudiano a fim de apreender alguns conceitos que julgamos necessários para auxiliar na (re)construção do conceito de memória. Essa parte de nosso estudo foi acompanhada pelo texto

*Recordar, repetir e elaborar*, de Freud (1975) e pelas obras *Introdução à Metapsicologia freudiana 2*, de Garcia-Roza (1991), e *O passado, a memória e o esquecimento*, de Rossi (2010).

Estamos acreditando que esses olhares (de inspiração filosófica e psicanalítica) nos ajudarão a construir um ponto de partida específico sobre a memória, para que possamos ir em busca do que os estudos enunciativos têm a dizer sobre a memória.

#### 4.1 UM OLHAR FILOSÓFICO SOBRE A MEMÓRIA – A LEITURA DE RICOUER

Ao iniciar a leitura da obra *A memória, a história e o esquecimento*<sup>75</sup>, de Paul Ricoeur (2007), o leitor é surpreendido com uma seção em forma de “advertência”, na qual o autor explicita sua determinação em estudar uma política da *justa memória*, isto é, seu empenho em construir um estudo que não esteja voltado ao excesso de memória<sup>76</sup>, tampouco ao excesso de esquecimento.

A obra é dividida em três partes: a primeira trata da memória e dos fenômenos mnemônicos, sob o abrigo da fenomenologia da memória; a segunda dedica-se à história, a partir de uma epistemologia das ciências históricas; e a terceira faz uma análise do esquecimento, sob o viés de uma hermenêutica da condição histórica dos seres humanos.

Não faremos aqui uma resenha da obra, o que pouco contribuiria para nossa investigação. Nossa exploração foi movida por uma curiosidade teórica: o que Ricoeur diz sobre a memória que poderia iluminar nossa reflexão sobre o papel da memória no discurso? Foi essa motivação que guiou nossa incursão teórica.

Para dar início à reflexão em torno da fenomenologia da memória (sob o abrigo da fenomenologia *husserliana*), Ricoeur (2007) lança duas perguntas que devem guiar seu raciocínio: *de que há lembrança? de quem é a memória?*

Esse parece ser seu propósito ao abordar o tema da memória: tentar responder sobre *o quê* se tem memória até chegar à resposta sobre *quem* tem memória (memória egológica). Para buscar responder a essas questões, explica que

---

<sup>75</sup> A obra, publicada originalmente em francês em 2000, chegou ao Brasil em 2007 e, conforme Santos (2013), é considerada uma síntese de todas as obras de Ricoeur.

<sup>76</sup> Como tão bem exemplificado através da personagem Funes, no conto de Jorge Luís Borges.

será preciso operar alguns desdobramentos a partir da primeira pergunta (o quê), entre um aspecto cognitivo e outro pragmático, raciocínio possível através do resgate dos conceitos gregos de *mnêmé* e *anamnésis*<sup>77</sup>, que lhe permitem avançar na reflexão sobre a representação do passado através da memória.

O quê/quem são também questionamentos que nos interessam. Como estamos trabalhando com enunciação, a categoria de pessoa – quem – é-nos fundamental analisar. Com quem esse sujeito alterna a posição de sujeito na enunciação? Qual é o conteúdo dessa enunciação – o quê – será a situação discursiva?

Paul Ricoeur (2007) centra seu estudo na abordagem da lembrança (*mnêmé*) à memória refletida (*anamnésis*), passando pela reminiscência<sup>78</sup>. A reminiscência, conforme Rossi (2010), remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido. Ricoeur (2007) discorre a respeito da memória e da imaginação. Embora sejam distintas, explica, mantêm entre si uma relação de contiguidade: “É sob o signo da associação de ideias que está situada essa espécie de curto-circuito entre memória e imaginação.” (RICOEUR, 2007, p. 25). Desse modo, evocar uma (imaginar) é evocar a outra (lembrar).

Ricoeur (2007) lembra que alguns estudos costumam desvalorizar a memória quando ela aparece reduzida à rememoração, pois, nesse caso, estaria operando na esteira da imaginação, uma vez que estaria situada em uma parte inferior da escala dos modos de conhecimento. É na contracorrente dessa tradição que Ricoeur (2007) se posiciona: “deve haver, na experiência viva da memória, um rastro irredutível que explique a insistência da confusão comprovada pela expressão imagem-lembrança” (p. 26).

Para construir sua argumentação, Ricoeur (2007) recorre à filosofia socrática que nos legou dois *topoi* rivais e complementares, um de Platão e outro de Aristóteles.

---

<sup>77</sup> *Mnêmé* significa ter uma lembrança, possui um caráter maior de passividade, enquanto *anamnésis* significa ir em busca da lembrança, o que significa uma busca intencional, mais ativa, portanto.

<sup>78</sup> Para Aristóteles, “a memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal.” (ROSSI, 2010, p. 15-16).

O primeiro, centrado no tema da *eikōn* fala de representação presente de uma coisa ausente; advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela da imaginação. O segundo, centrado no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconiza a inclusão da problemática da imagem na da lembrança. (RICOUER, 2007, p. 27).

O autor adverte, ainda, que é com esse paradoxo da imaginação e da memória que nos confrontamos sem cessar.

Um aspecto fundamental a ser observado a partir dos estudos aristotélicos é que a memória e a imaginação partilham do mesmo destino, uma vez que ambas se relacionam com o tempo. Para Aristóteles, a *memória é do passado, a memória é tempo*.

Tal é a importância da memória para os seres humanos, que Ricouer (2007) a ela atribui o poder máximo para dar significado “a algo que aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela”. (p. 40).

O passado não é, para Ricouer (2007), um ponto original, mas um *não-agora*, algo que pode ser evocado ou lembrado<sup>79</sup> através de um esforço de reflexividade ou não. Nesse sentido, a evocação, seja representada através da memória ou da imaginação, é *uma lembrança que sobrevém como presença do ausente*<sup>80</sup>.

Em nosso estudo não pretendemos diferenciar o que é memória do que é imaginação dos participantes. Estamos interessados *nesse material linguístico que advém através da enunciação*, portanto, para nós, não importa se a materialização desse conteúdo – via enunciação – vai se dar via memória, lembrança, imagem ou imaginação. O que nos parece essencial reter é a noção de que, através da memória, *algo sobrevém como presença*.

---

<sup>79</sup> Para aprofundar a discussão a respeito da evocação, da reflexividade e da recordação, tal como pensada pelo pesquisador, pode-se consultar Ricouer (2007, p. 55-61).

<sup>80</sup> Essa afirmação da possibilidade da *presença do ausente* nos remete à leitura de Benveniste, em especial da distinção entre o estatuto de pessoa e de não-pessoa. No texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), tal distinção é possível de ser apreendida a partir de duas correlações: a de *personalidade* – presente em *eu/tu*, ausente em *ele* – e a de *subjetividade*, marca exclusiva do *eu*. As pessoas *eu* e *tu*, em Benveniste, compartilham duas características: a da *unicidade* “o *eu* que enuncia, o *tu* ao qual *eu* se dirige são cada vez únicos” (1995 [1946], p. 253, grifos do autor) e a da *inversibilidade* “o que *eu* define como *tu* se pensa e pode inverter-se em *eu* e *eu* se torna um *tú*”, enquanto *ele* “pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (BENVENISTE, 1995 [1946], p. 253, grifos do autor). Em *As relações de tempo no verbo francês* (1995 [1959]), quando faz a distinção entre narrativa histórica e o discurso, Benveniste declara que a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra e seu emprego revela a *ausência de pessoa*.

Nesse sentido, importa resgatar reflexão feita por Ricouer (2007) a partir da distinção de Bergson<sup>81</sup> sobre a *lembrança-pura* e a *lembrança-imagem*, a qual levanta a possibilidade única do homem de atribuir valor ao passado, recuperado através de imagens:

Para evocar o passado sob forma de imagens, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso poder sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo. Ademais, o passado, ao qual assim remontamos, é lábil, sempre a ponto de nos escapar, como se aquela memória regressiva fosse contrariada pela outra memória, mais natural, cujo movimento para frente nos leva a agir e a viver. (BERGSON apud RICOUER, 2007, p. 67).

É claro que é preciso não confundir imaginação com lembrança, adverte o autor. E para explicar, recorre a Jean-Paul Sartre em *O imaginário*, quando ele apresenta uma diferença essencial entre a tese da lembrança e a da imagem. Afirma o filósofo e crítico francês: “Se me recordo de um acontecimento de minha vida passada, não o estou imaginando, eu me lembro dele, isto é, não o coloco como dado-ausente, mas como dado-presente no passado.” (SARTRE apud RICOUER, 2007, p. 69). Mas o ato de imaginação continua, é um *ato mágico*, pois “é um encantamento destinado a fazer aparecer o objeto em que estamos pensando, a coisa que desejamos, de modo a podermos tomar posse dela”. (SARTRE apud RICOUER, 2007, p. 69). Desse modo, esse *não estar ali* é possível de ser presentificado, vivificado, através da lembrança, o que faz com que a imaginação possa cumprir uma função de *mostrar, expor, deixar ver*.

Então queremos insistir nisto: mais do que dar certeza sobre o fato de a lembrança (ou recordação) ter sido inventada ou não, queremos, desde que ela tenha sido trazida pela memória para viver na linguagem, olhar para ela como algo que está sendo presentificado na linguagem. Afinal, como ensinou Benveniste, é a linguagem que traz de volta o que desapareceu, dá vida às coisas inertes.

Para além da fenomenologia, o autor traz uma discussão contemporânea acerca do trabalho do historiador, a de tomar a memória dos protagonistas da ação um a um ou a das coletividades em conjunto, isto é, o paradoxo vivido pelo historiador entre o valor da memória individual e o da memória coletiva.

---

<sup>81</sup> Explicitaremos a concepção de memória em Bergson na subseção 4.2.1.

Paul Ricouer (2007)<sup>82</sup> considera mais fértil uma discussão que pergunte se a memória é *primordialmente* pessoal ou coletiva. Para o filósofo, a memória não precisa ser atribuída apenas a um conjunto – individual ou coletivo –, o que pode ser conferido através deste questionamento:

por que a memória haveria de ser atribuída apenas a mim, a ti, a ela ou a ele, ao singular das três pessoas gramaticais suscetíveis quer de designar a si próprias, quer de se dirigir cada uma a um tu, quer de narrar os fatos e os gestos de um terceiro numa narrativa em terceira pessoa do singular? E por que essa atribuição não se faria diretamente a nós, a vós, a eles? (RICOEUR, 2007, p. 105).

O filósofo argumenta por uma compreensão em favor de uma articulação histórica com uma fenomenologia da memória<sup>83</sup>, por isso defende um trabalho que, primeiro, examine o funcionamento interno de cada um desses discursos e, em seguida, possa articular esses dois discursos de modo “a dar alguma credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e da memória coletiva”. (RICOEUR, 2007, p. 107). Essa é, na sua opinião, a tarefa do filósofo.

Para compreender o ponto de vista defendido por Ricouer acerca da memória, precisamos conhecer como ele define memória individual e memória coletiva. É o que faremos na sequência.

---

<sup>82</sup> Sabemos que Ricouer conheceu Benveniste, pois participou ativamente de debate que se seguiu a uma conferência proferida por Benveniste a filósofos em Genebra, em 1966. O texto dessa conferência encontra-se sob o título *A forma e o sentido na linguagem*, e integra a obra *Problemas de Linguística Geral II* (1989). Ao final da conferência, o mestre sírio discutiu com filósofos como Gochet, Gueroult, Perelman, J. C. Piguet, além de Ricouer, sendo que o debate integra o próprio texto.

<sup>83</sup> Observamos aqui uma relação bastante próxima da reflexão de Ricouer com as noções de tempo histórico e tempo do discurso presentes no texto *As relações do tempo no verbo francês*, de Benveniste (1995 [1959]). Nesse texto, o linguista francês diferencia dois sistemas distintos e complementares que manifestam dois planos de enunciação diferentes: o da história e o do discurso. O primeiro é o modo de enunciação reservado à escrita; caracteriza-se pela narrativa a fatos passados e contrapõe-se ao segundo, no qual há um locutor que instaura o categoria de pessoa *eu/tu* à qual opõe a não-pessoa *ele*. Referimos esse texto no capítulo 3, quando tratamos da temática do *tempo* e aprofundamos o estudo desse texto, em especial, cuja leitura equivocada deu origem a várias críticas, conforme alerta Flores (2012).

#### 4.1.1 A Memória Individual

É na fonte de Santo Agostinho que o filósofo bebe para discutir o caráter essencialmente privado da memória: “Ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si.” (RICOUER, 2007, p. 107).

Ricoeur (2007) descreve três traços comumente característicos na defesa do caráter privado da memória. O primeiro relacionado a um elemento singular: as memórias de uma pessoa não são iguais às memórias de outra: “Enquanto minha, a memória é um modelo de minhadade, de possessão privada, para todas as experiências vivenciadas pelo sujeito.” (RICOUER, 2007, p. 107). O segundo traço revela que a vinculação original da consciência com o passado parece residir na memória, a qual é o passado das minhas impressões, pois se trata de um passado que é *meu*. Por meio desse traço é que a memória garante a continuidade temporal da pessoa, continuidade que permite a cada indivíduo percorrer os tempos mais longínquos das experiências vividas sem ruptura do presente vivido. Esse percurso pode ser feito através das lembranças, as quais podem estar distribuídas sob forma de arquipélagos, eventualmente mais – ou menos – ver esse espaçamento distantes, mas a memória continuará sendo a “capacidade de percorrer, de remontar no tempo, sem que nada, em princípio, proíba prosseguir esse movimento sem solução de continuidade”. (RICOUER, 2007, p. 108). Por fim, o terceiro traço revela que é a memória que possibilita a construção do sentido de orientação da passagem do tempo, seja por movimento retrospectivo (do presente para o passado), seja por movimento prospectivo (do passado para o presente).

Desses três traços, queremos fazer uma breve consideração a respeito do desdobramento de um – vínculo com o passado – em razão da importância da narrativa. Observaremos, nos diálogos testemunhados com os participantes desta pesquisa, a recorrência à narração de episódios ocorridos na sua vida os quais são trazidos, através da fala, para o presente. No próximo capítulo, traremos exemplos que mostram recorrência a narrações nos diálogos. Analisaremos como a questão do tempo remete à memória. Estamos interessados nesse fenômeno linguístico que, via narração, faz com que algo ocorrido no passado atue no presente.

Ricoeur (2007, p. 108) destaca o papel da narrativa na relação entre memória/ lembrança, uma vez que “é principalmente na narrativa que se articulam as

lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade”. É através da narrativa que as pessoas conseguem fazer o movimento de retrocesso à infância, com percepção de que as coisas se passaram em outra época. “É essa alteridade que, por sua vez, servirá de ancoragem à diferenciação dos lapsos de tempo à qual a história procede na base do tempo cronológico.” (RICOUER, 2007, p. 108). O filósofo alerta, ainda, para o fato de que essa distinção entre o passado rememorado e o presente não se confundem, isto é, não há prejuízo da noção de continuidade temporal, da *minhadade* da lembrança.

Parece-nos interessante observar essa tríplice estrutura (exclusividade, profundo vínculo com o passado e sentido de orientação) que caracterizou a tradição do olhar interior.

No capítulo 5 dirigiremos nosso olhar aos dados – diálogos testemunhados, sob efeito de nossa leitura de Ricouer. Até que ponto os discursos que coletamos e recortamos possuem um caráter privado, garantem o aspecto de *minhadade*? A enunciação confirma a tese de Ricouer de que a memória é, de fato, “a capacidade de percorrer, de remontar no tempo” vinculando o sujeito com o passado das suas próprias impressões, permitindo a cada um sua própria continuidade temporal, sem ruptura com o presente vivido, através das lembranças? E, ainda, como os discursos de nossos participantes se orientam: são retrospectivos, são prospectivos?

Na próxima subseção, conheceremos o conceito de memória coletiva, formulação importante para compreender o ponto de vista de Ricouer (2007) em favor de uma concepção tríplice de memória.

#### 4.1.2 A Memória Coletiva

Se para tratar da memória individual Ricouer (2007) recorre à obra de Santo Agostinho, para tratar da memória coletiva o filósofo busca inspiração em Maurice Halbwachs (1877-1945)<sup>84</sup>. Desperta seu interesse especialmente o segundo capítulo

---

<sup>84</sup> Conforme Ricouer (2007), a obra de Maurice Halbwachs torna-se bastante conhecida somente várias décadas após a publicação de sua obra *A memória coletiva*. O autor atinge sucesso inesperado, sendo colocado entre grandes autores como Freud e Michel Foucault, por exemplo. Deve-se a Maurice Halbwachs, a atribuição da memória diretamente a uma entidade coletiva, o que se constituiu em um pensamento bastante corajoso para a época.

da obra *A memória coletiva*, de Halbwachs, na qual é defendida a tese de que *para se lembrar, precisa-se dos outros*.

Para Halbwachs, é ilusória a atribuição da lembrança a um indivíduo particular, pois nós não somos os possuidores originários das nossas lembranças. Ocorre que nós temos acesso a elas, especialmente às primeiras lembranças, via testemunho dos outros, o que significa que elas são compartilhadas e revelam que “em realidade nunca estamos sozinhos”. (RICOUER, 2007, p. 131). Nossas lembranças são lembranças enquanto membros de um grupo e “exigem de nós um deslocamento do ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem”. (RICOUER, 2007, p. 131). Um bom exemplo disso são as lembranças de infância, as quais se passam, majoritariamente, em lugares socialmente marcados, como a casa da família, o jardim, o porão, pois, *para as crianças, o mundo nunca é vazio de seres humanos*.

Ricouer não compartilha do ponto de vista de Halbwachs acerca do caráter coletivo da construção da memória e encontra no próprio texto do autor o que entende ser uma contradição:

São indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS apud RICOUER, 2007, p. 133-134).

Para Ricouer (2007, p. 133), não é possível abolir o aspecto individual presente no exercício da lembrança, porque “é no ato pessoal da recordação que foi inicialmente procurada e encontrada a marca do social”. Assim, o ato de recordar-se de algo seria sempre individual.

Vemos, nessa visão do filósofo da recordação como um “ato individual”, a existência de uma similaridade com o raciocínio de Benveniste acerca do caráter subjetivo da linguagem. É importante dizer que, ao longo da obra, Ricouer (2007) faz referência explícita a Benveniste através de várias citações<sup>85</sup>, como é possível constatar nas páginas 172, 259 e 355.

---

<sup>85</sup> Explicitamos, através das análises (capítulo 5), a relação entre os dois autores.

Nessa linha de pensamento, Ricouer indaga se não existiria entre esses dois polos – memória individual e memória coletiva – uma terceira via, um plano intermediário de referência em que se operariam as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a pública das comunidades nas quais elas estão inseridas. Esse seria um outro plano, o das relações com os próximos a quem podemos atribuir um outro tipo de memória. Diz o autor:

[...] os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros. Variação de distância, mas também nas modalidades ativa e passivas dos jogos de distanciamento e aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo. (RICOUER, 2007, p. 141).

Seguindo a reflexão, Ricouer (2007, p. 141) questiona-se sobre qual seria o grau de atribuição da memória aos próximos, “em que sentido eles contam para mim, do ponto de vista da memória compartilhada?”. O filósofo compreende que os próximos constroem uma memória compartilhada conosco, pois partilham do mesmo ato que nós – o do envelhecer junto. “Eles acrescentam uma nota especial referente a dois acontecimentos que limitam uma vida humana, o nascimento e a morte. O primeiro escapa à minha memória, o segundo barra meus projetos.” (RICOUER, 2007, p. 141). Esses dois acontecimentos, afirma o filósofo dando sequência à argumentação, interessam à sociedade sob apenas dois aspectos: o estado civil e o ponto de vista demográfico da substituição das gerações. No entanto, esses atos produzem bastante impacto na vida das pessoas que lhes são próximas, já que o nascimento de uma criança em geral produz bastante alegria, por celebrar o milagre da vida, enquanto a morte, comumente, produz tristeza entre as pessoas que são próximas. Mas quem são “os próximos”? Segundo Ricouer (2007, p. 142),

Aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima. A aprovação mútua exprime a partilha da afirmação que cada um faz de seus poderes e de seus não-poderes, o que chamo de manifestação de si mesmo com um outro. O que espero de meus próximos é que aprovelem o que atesto: que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações [...]. Por minha parte, incluo entre meus próximos os que desaprovam minhas ações, mas não minha existência.

Assim, o filósofo reforça seu ponto de vista em favor de uma concepção trina para pensar sobre a memória no tempo (ou na história), rechaçando, dessa forma, a polaridade entre memória individual e memória coletiva em prol de *uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros*.

#### 4.1.3 O testemunho

Outro assunto tematizado na obra de Ricouer (2007) é o testemunho e seu valor histórico e documental. O testemunho, explica o autor, cumpre importante papel histórico na medida em que pode configurar-se em arquivos que poderão tornar-se objeto de consulta de historiadores, pesquisadores, na constituição de sua própria história e memória.

O testemunho é originalmente oral – escutado, ouvido – diferentemente do arquivo, que marca o ingresso na escrita, o que o torna possível de ser, posteriormente, lido, consultado.

Outro aspecto importante relacionado ao testemunho é o fato de ele conter traços de escrituralidade em comum com a narrativa e, ainda, acrescentar características específicas ligadas à estrutura de troca entre aquele que o dá e aquele que o recebe. Nesse sentido, Ricouer (2007, p. 177) afirma:

Em virtude do caráter reiterável que lhe confere o estatuto de instituição, o testemunho pode ser tomado por escrito, prestado. O depoimento é por sua vez a condição de possibilidade de instituições específicas dedicadas à coleta, à conservação, à classificação de uma massa documental tendo em vista a consulta por pessoas habilitadas.

Interessa-nos, de modo especial, a constatação de Ricouer acerca do papel revelador do testemunho oral em documento – prova documental. Os testemunhos orais só se transformam em documentos depois de gravados, quando deixam a esfera oral para entrar na da escrita. O arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral e inaugura o ato de fazer história. Essa análise revela uma preocupação em demarcar um território específico – histórico. É possível, entretanto, mesmo que não estejamos interessados em construir ‘história’ no sentido estrito do

termo, estabelecer uma analogia entre o pesquisador e o historiador, pois se o historiador vai atrás dos rastros, dos documentos, o pesquisador vai atrás dos dados – os testemunhos que, transcritos, transformam-se em documentos.

A análise de Ricouer acerca da epistemologia da história examina algumas funções do testemunho: a) produção de material para estudo de pesquisadores, através do arquivamento; b) prática do testemunho na vida cotidiana; c) uso judicial sancionado pela sentença de um tribunal; d) representação do passado por meio de narrativas. Embora não diga isso explicitamente, Ricouer (2007, p. 170) refere-se ao testemunho guardado sob forma de textos escritos, tanto que deixa clara sua opção de seguir sua reflexão por apenas uma das finalidades do testemunho, “selado por seu arquivamento e sancionado pela prova documental”.

Como nosso objeto de estudo é o discurso do idoso (portanto, a fala), precisamos operar um pequeno deslocamento. Nossa intenção é observar como os participantes de nossa pesquisa testemunham sobre sua própria vida. Encontramos, assim, no estudo de Ricouer sobre o testemunho, elementos que coadunam com os aspectos que queremos observar no discurso do idoso, objeto de nosso estudo. Observamos essa relação de modo mais pontual em alguns segmentos, como neste, em que o autor compara testemunho e narrativa:

A atividade de testemunhar, capturada além da bifurcação entre seu uso judiciário e seu uso historiográfico, revela então a mesma amplitude e o mesmo alcance que a de contar, em virtude do manifesto parentesco entre as duas atividades, às quais será preciso em breve acrescentar o ato de prometer, cujo parentesco com o testemunho permanece mais dissimulado. (RICOUER, 2007, p. 172).

Narrar e testemunhar, portanto, são ações bastante próximas. Assim, no capítulo cinco, queremos olhar para os dados que coletamos e reunimos, a fim de analisar se a narração exerce o papel de testemunho no discurso dos participantes desta pesquisa.

Ricouer (2007) elenca seis componentes que considera essenciais na operação do testemunho. O primeiro deles integra duas vertentes diferenciadas e imbricadas, que são *a asserção da realidade factual do acontecimento relatado* e *a certificação ou a autenticação da declaração pela experiência do autor*. Ou, em outras palavras, tem a ver com o paradoxo da relação entre a realidade e a ficção. A

primeira vertente pode ser compreendida, segundo Ricouer, a partir da distinção proposta por Benveniste entre narrativa e discurso (conf. vimos na seção 3.2.2). A descrição da cena sob forma de narrativa, sem a presença do narrador, estaria limitada a uma simples informação, mas “essa informação deve ser considerada importante; o fato atestado deve ser considerado significativo”. (RICOUER, 2007, p. 172), o que aponta para a complexidade em jogo quando se trata de distinguir realidade de ficção.

O segundo componente dirá que “a asserção de realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha”. (RICOUER, 2007, p. 172). Esse elemento marca o caráter sui-referencial do testemunho, pois ao mesmo tempo em que se atesta uma dada realidade, é atestada também a presença do narrador/ testemunha no local da ocorrência, o que se faz por uma estrutura dêitica que inclui a primeira pessoa do singular, o verbo no tempo passado e a menção ao lá em relação ao aqui<sup>86</sup>. Essas construções são muitas vezes introduzidas por enunciados que servem de *prefácio*, os quais

ligam o testemunho pontual a toda a história de uma vida [...] É por isso que a impressão afetiva de um acontecimento capaz de tocar a testemunha com a força de um golpe não coincide necessariamente com a importância que lhe atribui o receptor do testemunho. (RICOUER, 2007, p. 173).

Vemos nesse elemento um importante indicativo para olharmos para o discurso que estamos estudando, já que estamos interessados em analisar, também, como o outro (*tu*) se comporta em relação ao discurso do *eu*.

O terceiro componente põe em evidência o caráter intersubjetivo do testemunho, pois prevê que “a autodesignação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialogal”. (RICOUER, 2007, p. 173). Ocorre que o testemunho só terá sentido se houver alguém a quem testemunhar o que se atesta acerca da realidade assistida e da qual participou como ator ou como vítima, ainda que no momento do testemunho a posição seja de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação, adverte Ricouer. A estrutura dialogal do testemunho evidencia o papel fiduciário desse narrador-testemunha, que não será apenas responsável por

---

<sup>86</sup> Vemos, aqui, a influência de Benveniste no pensamento de Ricouer: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 1995 [1970], p. 82).

asseverar que “estava lá”, mas também pedirá que lhe deem crédito. É necessário mencionar a importância dessa autenticação do testemunho, a qual “só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado”. (RICOUER, 2007, p. 173). Desse modo, o credenciamento é que abre a possibilidade entre a confiança e a suspeita.

Esse terceiro componente igualmente nos parece importante para pensar sobre o discurso, objeto de nosso estudo. Se o “credenciamento” é fundamental para a confiabilidade dos registros históricos, em que medida ele é válido em relação ao objeto de nosso estudo? Será que quando o sujeito fala, dá seu testemunho sobre um fato/um dado/um acontecimento e não é ouvido, isso ocorre porque ele não é autenticado/credenciado para tal? Por que se diz, no senso comum, que tal assunto “é assunto de velho”, “não interessa”? “Velho fala sempre a mesma coisa”?

O quarto e o quinto componente estão ainda mais inter-relacionados. Considera-se, primeiramente, a possibilidade de a testemunha ser confrontada por outros testemunhos e outras testemunhas, já que, em geral, é em espaço público que as condições gerais de comunicação se estabelecem. Assim, a testemunha “é a pessoa que aceita ser convocada e responder a um chamado eventualmente contraditório”. (RICOUER, 2007, p. 174). Além disso, evidencia-se o caráter de credibilidade ou confiabilidade do testemunho. Desse modo, a testemunha confiável será aquela capaz de sustentar seu testemunho no tempo, aquela que for capaz de manter sua palavra, ou seja, “responder por suas afirmações diante de quem quer que lhe peça conta delas”. (RICOUER, 2007, p. 174).

Finalmente, no sexto componente, Ricouer (2007) apresenta o testemunho como uma *instituição*. Essa proposição é justificada a partir da compreensão do testemunho como portador de estabilidade, dada sua possibilidade de ser reiterado. Tal condição contribui para “a confiabilidade de cada testemunho à segurança do vínculo social na medida em que este repousa na confiança na palavra de outrem”. (RICOUER, 2007, p. 174). A explicação repousa na constituição das regras de convívio social, uma vez que os vínculos de confiança vão se constituindo pouco a pouco e vão se ampliando, estendendo-se a todas as trocas, contratos e pactos até que vão se tornando uma regra de convivência: primeiramente *confiar na palavra do outro, em seguida duvidar se houver motivos suficientes para tanto*. Nas palavras de Ricouer (2007, p. 175), trata-se de uma competência humana: “O crédito outorgado

à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado”, já que a possibilidade de confiar no outro é uma condição humana.

É inspirador, para nós, esse modo de pensar sobre o testemunho<sup>87</sup>. Participamos de diálogos intersubjetivamente constituídos nos quais analisamos, entre outros aspectos, a ocorrência ou não da alteridade. Chamam-nos atenção situações em que (ao menos aparentemente) não ocorre a troca, como veremos no próximo capítulo. Ricouer (2007) diz que a *reciprocidade corrige a insubstituibilidade dos atores, que a troca recíproca consolida o sentimento de existir em meio a outros homens*. Então, podemos pensar que a ausência dessa troca afeta a própria existência do sujeito, como diz Benveniste (se me constituo como sujeito na intersubjetividade). Tal é a importância da testemunha na sociedade, conforme Ricouer (2007, p. 175), que “é da confiabilidade, e, portanto, da atestação biográfica de cada testemunha considerada uma a uma que depende, em última instância, o nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade”.

O filósofo conclui sua exposição sobre o papel da testemunha, afirmando que “há testemunhas que jamais encontram audiência capaz de escutá-las e entendê-las”. (RICOUER, 2007, p. 175). É verdade que sua afirmação diz respeito às testemunhas históricas, tanto que em nota o autor esclarece que os historiadores se interessam pelos fatos tidos como importantes, significativos em oposição ao senso comum, o qual dá lugar a um mundo frágil, de discordâncias, disputas, controvérsias. Não somos historiadores, portanto, não estamos em busca de fatos “notáveis” em detrimento de fatos “insignificantes”. Nosso objeto de estudo é a linguagem, assim, interessa-nos a versão de um fato de alguém que fala (qualquer fato). É para esse aspecto que queremos olhar.

Até aqui pensamos a memória sob o ponto de vista filosófico-epistemológico. Duas ideias são fundamentais e serão resgatadas adiante: a primeira é a própria definição de memória como algo (imagem/lembança) trazido para o presente através da linguagem; a segunda é a concepção de memória como sendo triplamente constituída, isto é, atribuída *a si, aos outros, aos próximos*.

---

<sup>87</sup> Não podemos deixar de mencionar Giorgio Agamben, cujos estudos são referência para a construção da noção de testemunho. Destacamos, em especial, a obra *O que resta de Auschwitz* (2008), para aprofundar a temática. Como a noção de testemunho não é questão central nesta investigação, não traremos aqui a visão desse autor, embora reconheçamos sua importância, especialmente para a visão antropológica que a linguística da enunciação tem assumido recentemente.

Na próxima seção, daremos espaço à discussão da memória sob a abordagem psicanalítica.

## 4.2 A MEMÓRIA SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE

Como estamos em busca de respostas para qual será o papel desempenhado pela memória no discurso, queremos olhar para a forma singular como a memória (e o esquecimento) tomam lugar na vida e no discurso de alguém que envelhece, razão pela qual escolhemos – além do viés filosófico – o psicanalítico. A pergunta que guiou nossa leitura foi esta: como Freud (ou a psicanálise) compreende a memória e a repetição?

Nosso percurso de leitura, ao transitar pela psicanálise freudiana não tem a pretensão de ocupar o espaço de outra corrente de pensamento. Estamos ocupados da linguagem e, por isso, preocupados com a singularidade da sua utilização. Guiam, nossa incursão por essa leitura, Freud (1975<sup>88</sup>), Garcia-Roza (1991) e Rossi (2010).

De acordo com Garcia-Roza (1991), Freud conferiu importante status à memória ao longo de sua produção teórica. Desde a Comunicação Preliminar de *Estudos sobre a Histeria*, quando afirmou, em texto escrito em parceria com Breuer, e voltado inteiramente para questões clínicas (1893), que “o histérico padece de reminiscências”, passando pelo texto *Projeto de uma Psicologia Científica* (1895), quando declarou que toda teoria psicológica que se pretenda digna de consideração deve ter uma explicação para a memória, até a Carta 52 em que afirma que o reordenamento dos traços mnêmicos é responsável pela formação do aparelho psíquico, Freud nada mais fez a não ser reafirmar o caráter essencial da memória em seus estudos.

Resgatamos, com ajuda de Garcia-Roza (1991), três textos da produção teórica de Freud, importantes para nos ajudar a (re) construir a concepção de memória na perspectiva da psicanálise: o das *Afásias*, de 1891, o *Projeto* de 1895 e a *Carta 52*, de 1896.

---

<sup>88</sup> *Recordar, repetir, e elaborar*. Embora o texto original tenha sido publicado com outro título, *Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II*, em 1914 (*Int. Z. Psychoanal.*, 2, edição alemã), trabalhamos com a versão da tradução espanhola, de Juan Bauzá, 1975.

No primeiro, sobre as *Afásias* (1891), Freud tinha a intenção de elaborar um modelo de aparelho de linguagem. Os resultados, segundo Garcia-Roza (1991), acabaram ultrapassando os objetivos propostos, pois Freud acabou mostrando que esse aparelho de linguagem, diferentemente dos outros órgãos do corpo humano, não nasce pronto e acabado, mas “forma-se aos poucos, elemento por elemento, na relação com um outro aparelho de linguagem, e é apenas por referência a esse outro que ele funciona”. (p. 30). O estudo sobre as afásias acabou ultrapassando, portanto, seus próprios limites, tanto é que esse aparelho de linguagem acabou se transformando no primeiro modelo freudiano de *aparelho psíquico* (aparelho anímico) e sendo fundamental para a evolução do conceito de modelo de linguagem em Freud.

No *Projeto de 1895*, Freud dirá que esse aparelho de linguagem é acrescido de um elemento essencial, que é a memória. Esta não se acrescenta de modo secundário ao aparelho, mas o constitui. Esse texto é bastante conhecido por oferecer um modelo de aparato neuronal, dadas as referências a *neurônios* e *quantidades*, mas Garcia-Roza (1991) chama atenção para outro aspecto fundamental presente nesse texto: “O fato de as noções de investimento colateral, ligação, barreiras de contato, trilhamento (*bahnung*), signo de realidade ou signo de qualidade nos oferecerem um fantástico (nos dois sentidos do termo) modelo da subjetividade humana.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 35). Nesse texto Freud falará da permanência de traços e não da lembrança de um acontecimento. Dirá que o traço permanece para sempre, e o que se repete como memória não é o traço como inalterado, mas as diferenças entre os trilhamentos, as facilitações (*bahnung*). A memória, segundo Freud, consiste precisamente nessa repetição diferencial: “A memória não é um processo mecânico pontual, não é a reprodução sempre idêntica de um traço imutável, mas um processo que implica um diferencial de valor entre caminhos possíveis.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 35). Segundo essa perspectiva, a memória será repetição (de um traço), mas será sempre uma memória diferencial.

Pensar a memória como uma espécie de *reinauguração* de algo vivido através da fala é uma concepção que parece ser fundamental para esta pesquisa. O senso comum dirá que os idosos repetem, isto é, contam (descrevem ou narram), mais de uma vez, fatos e histórias vividas ou imaginadas. Mas se estamos fazendo ciência, não podemos nos restringir ao conhecimento do senso comum. Com Benveniste (1989 [1968], p. 18) aprendemos que “dizer bom dia todos os dias da

vida a alguém é cada vez uma reinvenção”, pois mesmo que o material linguístico seja repetido (por exemplo, dizer *bom dia*), há sempre uma renovação das categorias enunciativas pessoa, tempo e espaço<sup>89</sup>, as quais se renovam *na* e *pela* enunciação. Com a psicanálise, estamos vendo que a memória é repetição de um traço, o qual permanece o mesmo, mas ela será sempre diferencial, já que o modo como ela torna a se fazer presente é, a cada vez, único. Assim, no próximo capítulo, olharemos para os dados coletados e recortados, com objetivo de pensar sobre a memória no discurso, inspirados por vários olhares: linguístico, filosófico, psicanalítico, afinal, vimos que não é possível tratar da memória como mera repetição.

A leitura dos textos de Freud aponta para algumas perguntas necessárias e interessantes, especificamente, à nossa investigação: há repetição no discurso dos participantes desta pesquisa? Se sim, por que esses sujeitos repetem? E se memória é repetição<sup>90</sup>, o que ela faz ali no discurso desse idoso (que repete)?

Garcia-Roza (1991, p. 36) explica que a memória, no *Projeto 1895*, é definida como “o poder que uma vivência tem de continuar produzindo efeitos”. Tal poder depende de dois fatores: da magnitude da impressão e da repetição. Freud define a magnitude da impressão pela quantidade de excitação que percorre o neurônio e a repetição não pela repetição da impressão, que se acrescente à quantidade, reforçando-a<sup>91</sup>. A ideia da repetição, aqui, nada tem a ver com a possibilidade de arte da memória, como citamos na seção anterior.

Uma constatação fundamental de Garcia-Roza (1991) acerca da Carta 52 de Freud é que o aparelho psíquico (ou aparelho anímico) é fundamentalmente um aparelho de memória. Assim, a memória desse aparelho é a memória de linguagem, de uma escritura, como podemos atestar através da seguinte constatação do autor: “O aparelho psíquico não é psíquico, isto é, aquilo que faz com que esse aparelho seja um aparelho não é da ordem do psicológico, mas da ordem da linguagem.

---

<sup>89</sup> E é bom lembrar, conforme explicamos no capítulo 2, a categoria de pessoa é instaurada somente na e pela enunciação. Assim, mesmo que o locutor seja o mesmo (a dizer *bom dia*, por exemplo), a enunciação é sempre *hic et nunc*.

<sup>90</sup> Na perspectiva psicanalítica, a memória é repetição de um *traço*, de experiências vividas, o que não significa que a repetição seja, necessariamente, um problema (no sentido patológico), pois ela pode ser caracterizada como o desejo de reviver uma experiência, um desejo inconsciente.

<sup>91</sup> Vale observar a afirmação de Garcia-Roza (1991): “não há nada, no texto de Freud, que nos conduza a uma teoria da aprendizagem por reforço, assim como também não há nada que possa ser aproximado a uma fenomenologia de memória” (p. 36).

Portanto, o aparelho psíquico é um aparelho simbólico e não um aparelho psicológico.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 43).

Parece-nos fundamental até aqui reter as seguintes ideias destacadas pelo psicanalista: a da determinação humana pela linguagem e de que é na relação com o outro enquanto falante que o aparelho de linguagem se forma e não individualmente (ou autonomamente), tampouco na relação com o outro enquanto objeto do mundo.

Se o homem é determinado pela linguagem e se é na relação com o outro enquanto falante que esse aparelho de linguagem se forma, o que ocorre quando ele não fala, quando não lhe é dada a possibilidade de assumir-se como *eu na e pela* linguagem?

Freud não elabora, conforme Garcia-Roza (1991), uma teoria da memória na perspectiva da memória-lembrança ou memória dos acontecimentos passados, uma memória da consciência; sua teoria é totalmente original. A memória de que trata Freud é uma memória do próprio sistema de neurônios, uma memória inconsciente. No constructo teórico freudiano, a memória não é algo que surge depois que o aparato psíquico já está constituído, mas ela constitui, é formadora desse próprio aparato.

Garcia-Roza (1991) insiste em esclarecer que a memória da qual Freud se ocupou não se trata da mesma memória da qual fala Bergson em seu livro *Matière et mémoire*, que é contemporâneo ao *Projeto de uma Psicologia Científica* e à *Carta 52*. Para que não restem dúvidas disso, Garcia-Roza abre uma seção específica para tratar da memória em Bergson, outra da memória em Freud. Entre ambos os autores, há diferenças e semelhanças radicais no que diz respeito a concepções de memória. Algumas concepções comuns a ambos os autores são:

A tese de que o passado se conserva integralmente (embora não seja necessariamente recordado); o esquecimento concebido como ativo e não passivo (esquecemos por eficiência e não por deficiência, por desgaste do material mnêmico); o caráter seletivo da memória; a ideia de uma mudança contínua do material mnêmico (a memória não se dá sobre algo que permanece idêntico a si mesmo, mas sobre algo que muda continuamente, sendo que, para Bergson, ela é a própria mudança). (GARCIA-ROZA, 1991, p. 46).

Ainda que pareçam muitas, trata-se de semelhanças superficiais e genéricas, insuficientes para associar ambos os autores cujas diferenças são *profundas e irreconciliáveis*. Para melhor compreender, aprofundaremos em duas subseções as concepções de um e outro autor.

#### 4.2.1 A memória em Bergson

Podemos assinalar, segundo Garcia-Roza (1991), pelo menos três diferenças radicais no modo de conceber a memória entre Freud e Bergson.

A primeira delas é a de que, para Bergson, a memória refere-se totalmente à consciência, enquanto para Freud, a teoria da memória refere-se ao sistema que é, todo ele, inconsciente. A segunda, em Bergson, a memória é memória-lembrança, memória dos acontecimentos, enquanto para Freud, a memória é dos traços, isto é, das diferenças nas trilhagens estabelecidas no inconsciente (*bahnungen*). A terceira, em Bergson a memória tem função adaptativa, isto é, está a serviço da adaptação da vida, enquanto para Freud, a memória está a serviço do prazer, tendo pouca (ou nenhuma) relação com a manutenção da vida.

De acordo com Garcia-Roza (1991, p. 47), Bergson foi um metafísico espiritualista<sup>92</sup> e estaria preocupado em atestar a incapacidade da ciência para pensar “a duração, o espírito, a memória, posto que a ciência foi construída sobre conceitos elaborados para pensar a extensão e a quantidade e não a subjetividade, que é pura qualidade”. Não é que Bergson recusasse a ciência, explica Garcia-Roza, é que a subjetividade pode ser objeto apenas da intuição e o saber que lhe é correspondente é a metafísica. Para fazer desta ciência, a metafísica, uma ciência positiva, Bergson recorreu aos dados da consciência, à experiência imediata, o que o distanciou sobremaneira de Freud.

Na concepção de memória em Bergson, é fundamental saber que o cérebro não se constitui como o suporte material das lembranças e que a memória pertence

---

<sup>92</sup> Garcia-Roza (1991) faz uma ressalva ao leitor desavisado de que não está, com tal afirmação, contrapondo Freud a um pensador menor, que substitui a ciência pela intuição: “Bergson é um pensador extremamente rico, que pretende fazer da metafísica a mais positiva das ciências e cuja intuição é um método extremamente elaborado.” (p. 47).

à série da subjetividade. Desse modo, uma lembrança se conserva nela mesma e não no cérebro.

Para Bergson, não existe perda de memória, ao contrário, há aumento progressivo, por isso a imagem atribuída à memória por ele é a de uma bola de neve que vai aumentando à medida que rola, o que acaba por revelar a persistência do passado no presente empurrando o futuro. Essa persistência do passado não faz da memória um instrumento direto da ação e da adaptação (este é o papel da percepção). *A percepção não vira memória; percepção e memória pertencem a séries distintas. A percepção tem um estatuto psicológico; a memória tem estatuto ontológico* (GARCIA-ROZA, 1991).

#### 4.2.2 A memória em Freud

Como anunciamos no início desta seção, desde os primeiros textos a memória ocupa posição central na esteira das reflexões freudianas que dão origem à elaboração de seus modelos de aparelho psíquico.

Vimos que esse aparelho psíquico articula imagens visuais, acústicas, táteis e palavras, o que o torna não só um aparelho de memória, mas um aparelho de linguagem. Além disso, memória e linguagem não se agregam secundariamente a esse aparelho, mas lhe são constitutivas. “Se assim é, o modo pelo qual essa memória se constitui, e ao mesmo tempo constitui o aparelho, não pode ser pensado sem a necessária articulação com a linguagem.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 52). Então, de que se constitui a memória, podemos nos perguntar.

Já vimos que, para Freud, a memória não é da alçada do consciente, mas do inconsciente. Rossi (2010, p. 96) dirá que “a memória involuntária precede a memória voluntária e a condiciona”. Após visitar os textos *Carta 52* e a *A interpretação do sonho*, fica ainda mais evidente que a memória é algo que deve ser concebido como um texto. Assim, cabe distinguir *traço*, *impressão* e *texto*, o que faremos a seguir.

A impressão, para Freud, é o momento primário da elaboração mnêmica. Ela produz uma marca (*prägung*) e registra um momento anterior à inscrição e posterior à sensação. Nesse sentido, afirma Garcia-Roza (1991, p. 54):

Seja a impressão concebida como um processo ativo ou passivo, o fato é que Freud não considera a possibilidade dela ser conservada pela memória a não ser como traço ou como representação. Ela, por si mesma, não constitui lembrança, e não podendo ser lembrada, tem que ser reconstruída.

Para Freud, percepção e memória são mutuamente excludentes, não podendo coexistir no mesmo sistema.

A teoria da memória de Freud é desenvolvida em torno da noção de traço (*spur*). Quando fala em imagens mnêmicas, Freud não se refere à memória consciente, mas aos traços inconscientes. “Todo traço é traço de uma impressão.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 58). A formação do traço dependerá de dois fatores: da intensidade da impressão e da repetição. Com Garcia-Roza (1991), vamos entender que não é a fixação a responsável pela memória, mas a diferença nas facilitações (ou trilhagens), isto é, os diferentes caminhos nos percursos de excitação.

O autor (1991) alerta para a necessidade de se ter cautela ao discutir outro fator responsável pela memória, o qual está sujeito a mal-entendidos, a repetição. Ele recorre ao filósofo Derrida para explicar que a intensidade da impressão é de ordem quantitativa e diz respeito à energia sexual que corre pelo neurônio. A intensidade da impressão é, portanto, de ordem objetiva. A repetição, por sua vez, não acrescenta nenhuma força, nenhuma intensidade, mas *reedita a mesma impressão*, portanto, é de ordem subjetiva.

A partir da Carta 52, é possível compreender que o aparelho psíquico é constituído de inscrições, as quais sofrem rearranjos e retranscrições ao longo da vida. Assim, a noção de traço evolui para a noção de escritura, e a memória passa a ser entendida como resultado de inscrições de traços, os quais sofrem reorganizações e novas configurações, de modo a garantir que as transcrições não sejam cópias do original.

Outro conceito que precisamos definir é o de *texto*, o qual pode ser válido para aprofundar os estudos da memória em Freud. A noção de texto, segundo Garcia-Roza (1991), vai se tornando mais clarividente a partir da obra *A interpretação dos sonhos*<sup>93</sup>. Através desse estudo, Freud dirá que o sonho é

---

<sup>93</sup> Dado o fato de esta investigação assumir somente um viés psicanalítico, não sendo esse o foco principal, optamos por não aprofundar conceitos muito específicos dessa teoria, uma vez que esse trabalho demandaria um tempo-espaco maior, além de desviar do objetivo principal de nossa investigação. Se o leitor desejar examinar com maior profundidade alguns dos conceitos relacionados

apresentado como uma tradução, isto é, como um texto que traduz outro texto (o texto do pensamento), por isso o sonho é uma trama do pensamento. “O sonho é uma encenação, mas não de um texto prévio que ele traduz em imagens; ele é o próprio texto.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 63). Os sonhos são produções do inconsciente e, por mais que possam parecer ilógicos, possuem sua lógica própria, a qual é sempre individual; o que significa que, mesmo que duas pessoas sonhassem um conteúdo idêntico, por exemplo, que correm em fuga enquanto são perseguidas por um animal, o significado desse sonho terá sentidos totalmente diferentes para cada uma delas, pois “cada sonhador cria seu próprio código”. (GARCIA-ROZA, 1991, p. 63). Freud coloca em evidência o reconhecimento de que o sonho até pode ser um amontoado caótico e sem sentido, mas apenas sob o ponto de vista da organização pré-consciente/consciente. Quando submetidos a uma análise através da teoria do inconsciente, os sonhos “revelam uma lógica própria capaz de desvelar toda sua coerência e de nos indicar suas múltiplas possibilidades de sentido”. (GARCIA-ROZA, 1991, p. 64).

Freud dirá ainda que o sonho não é um texto feito com palavras, mas com imagens: “Mesmo quando as palavras fazem parte do seu conteúdo, elas não o fazem na condição de palavras, mas na de imagens acústicas ou visuais [...] as imagens no sonho não têm valor de imagens, mas de signos que remetem a signos.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 65).

O sonho não é apenas um texto, mas o texto de uma mensagem cifrada, um enigma que cabe ao destinatário (o sonhador) decifrar. O sonho faz apelo à fala – à fala do sonhador e à fala do outro.

Essa mensagem é dirigida ao Outro. Tal como a garrafa lançada ao mar, ela não tem como destinatário um sujeito singular determinado, não é dirigida a esta ou aquela pessoa, mas a um lugar: à ordem simbólica. A resposta a esse apelo poderá ser dada por um outro, isto é, por um indivíduo singular e concreto, pelo próximo, mas não é a ele, especificamente, que a mensagem é dirigida. O outro é aquele que recolhe a garrafa e se dispõe a decifrar a mensagem, e isto só é possível se ele está situado nesse grande Outro que é a Ordem simbólica. (GARCIA-ROZA, 1991, p. 67).

Feita a distinção dos conceitos de *traço*, *texto* e *impressão*, agora, sob o efeito dessa leitura, perguntamo-nos: será que a memória se presentifica no discurso do idoso porque, em alguma medida, tal como o sonho faz apelo à fala para poder ter seu sentido (re)construído, também precisa ser decifrada, ter seu sentido (re) estabelecido? Vamos olhar, no capítulo 5, para as falas dos participantes de nossa pesquisa a fim de buscar também essa resposta.

Ainda em busca da (re)construção do conceito de memória, chegamos ao texto *Recordar, repetir, elaborar*<sup>94</sup>, de Freud, através do qual é possível perceber como o conceito de memória (e mesmo o de repetição) vai evoluindo ao longo das fases que a técnica psicanalítica sofreu desde seus primórdios. A primeira fase, caracterizada pelo recordar e ab-reagir através da hipnose, trouxe consequências, tais como a impressão de experimento em laboratório. A segunda fase traz, para a técnica psicanalítica, as associações livres do paciente – o que acrescenta um trabalho de interpretação ao analista. Nessa fase, abandona-se a hipnose, e o trabalho focaliza-se nos sintomas (problemas) revelados pelo paciente. Já a terceira fase inclui ainda as associações livres, porém exige que o analista abandone a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específico para estudar tudo o que estiver presente, no momento, na superfície da mente do paciente e empregue a arte da interpretação para identificar as resistências que lá aparecem para torná-las conscientes ao paciente. Freud explica que o paciente procura encobrir com palavras suas ações; assim, caberá ao analista observar as repetições, pois é através dessas repetições que o paciente muitas vezes trará as lembranças, as memórias que permitirão identificar os sintomas causadores de sofrimento.

Freud (1975/1914, p. 4) diz: “O paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que está repetindo”. E faz isso por meio da transferência. Trata-se de uma repetição por transferência. Por exemplo: o paciente não dirá que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade paterna, no entanto, comportar-se-á desse modo para com o médico. O paciente repete ao invés de recordar e repete sob condições de resistência, explica o psicanalista. O que esse paciente repete? Repete suas

---

<sup>94</sup> *Nuevas recomendaciones sobre la técnica del psicoanálisis II*. FREUD, S., *Studienausgabe*, Vol. complementario (*Ergänzungsband*): *Schriften zur Behandlungstechnik*, S. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, 1975/1914, p. 205-215, tradução espanhola de Juan Bauzá.

inibições, suas atitudes inúteis, seus traços de caráter, repete sintomas no decurso de seu tratamento.

Esse breve estudo da memória sob o viés psicanalítico mostrou que a repetição é constitutiva do sujeito, por isso não podemos, como já dissemos anteriormente, nos conformar em aceitar o raciocínio simplista de que esse fenômeno é, necessariamente, negativo ou patológico. Aprendemos que a memória, sob esse enfoque, não resgata necessariamente cenas vividas, mas traços recobertos. Se é assim, em que lugar nos situamos?

Ousamos afirmar que, embora nossa investigação seja de cunho linguístico, encontra-se na fronteira entre a filosofia e a psicanálise. Ou, para usar uma linguagem mais contemporânea, em interlocução com uma linguística antropológica<sup>95</sup>, que olha para outras ciências para pensar sobre seu objeto de estudo.

Nosso trabalho dirige seu olhar para o discurso de pessoas com mais de 60 anos a fim de analisar, linguisticamente, a recuperação de uma possibilidade enunciativa, a qual pode ser dar via memória. Os neurologistas que estudam a memória sob o aspecto fisiológico afirmam que ela é suscetível à ação do tempo, de modo que a memória de curto prazo, muitas vezes, pode ser afetada em detrimento da memória de longo prazo. Na perspectiva psicanalítica, vimos que a memória e a repetição não são um efeito do envelhecimento, já que a repetição é constitutiva do sujeito. Perguntamo-nos, então, o que terá o linguista a contribuir sobre os estudos da memória e da repetição?

Guardadas as diferenças de objeto e método e, ainda, fazendo uma analogia, como linguistas, antecipamos nossa suspeita de que talvez o sujeito da enunciação precise usar da memória e da repetição como recurso(s) linguístico(s) para constituir-se no ato de fala.

Há um campo a ser preenchido nos estudos sobre a memória e que estamos reivindicando para o linguista. Alguns importantes espaços têm sido conquistados pelas pessoas que envelhecem na vida em sociedade, no mundo do trabalho,

---

<sup>95</sup> Inspiramo-nos na leitura de Dessoins (2006), para quem a obra benvenistiana inaugura uma pesquisa em torno de uma antropologia da linguagem, pois o homem é figura central no pensamento do autor. Essa é também a posição de Teixeira (2012), que defende o estudo dos pronomes, em Benveniste, como a representação de “um lugar privilegiado para mostrar que sua teoria da enunciação contém o projeto de uma ciência geral do homem” (p. 71).

graças às pesquisas e ao progresso da ciência nas últimas décadas. Assim como o exercício de fazer palavras cruzadas é importante para preservar a capacidade de memória, praticar exercícios e alimentar-se bem é condição para manter o corpo saudável, falar – ainda que sobre fatos e lembranças passadas ou sobre conteúdos supostamente repetidos – pode ser igualmente saudável. Eis o nosso propósito: reivindicar um espaço de fala para as pessoas que envelhecem.

## 5 ANÁLISE DOS FATOS ENUNCIATIVOS – A CONFIGURAÇÃO DO SUJEITO, DO TEMPO E DA MEMÓRIA NO DISCURSO DE ADULTOS COM MAIS DE 60 ANOS

Conforme reiteradamente anunciado, esta pesquisa tem por objetivo analisar a singularidade do discurso de adultos com mais de 60 anos. Para tanto, pretende observar como tempo e memória se redimensionam nesse discurso.

Neste trabalho, não queremos reduzir a velhice a uma etapa cronológica, posto que (co)existem inúmeras formas de velhice<sup>96</sup>. Olhamos para um discurso de alguém que envelhece, observando uma posição que se constrói no ato enunciativo, *na e pela* linguagem.

Nos capítulos antecedentes, dedicamo-nos a pensar sobre o sujeito, o tempo e a memória. Vimos que não podemos pensar sobre tempo sem levar em conta o sujeito, pois ambos são indissociáveis. Ao estudar o sujeito, aprendemos que o fundamento da linguagem é a intersubjetividade, pois *eu* não existe de forma autônoma, sozinho; *eu* só existe em razão de um *tu*, a quem se dirige e cuja condição se alterna no processo de comunicação. Vimos também que a memória é constitutiva do sujeito e que pode promover a recuperação de uma possibilidade enunciativa.

As pessoas que integram esta pesquisa estão inseridas em um mundo falado e falante. Mas em que medida se dá sua participação, via linguagem, nesse mundo? Como encontram um lugar para se instituírem como sujeitos na enunciação? E se não o encontram, qual é o movimento que se estabelece na enunciação? O que dificulta o processo de instituição de um lugar de fala?

Qual é o papel do tempo e o da memória no discurso dos adultos com mais de 60 anos que integram esta pesquisa? E, ainda, de que modo o resgate do tempo e da memória contribui para a instituição de um lugar na enunciação?

Com Benveniste (1995 [1963], p. 27) aprendemos o poder fundador da linguagem, que “instaura realidades, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda

---

<sup>96</sup> Conforme Mucida (2012), cada sujeito envelhece à sua maneira, por isso não se pode categorizar esse processo, que é contínuo e individual para cada pessoa. Sob o ponto de vista psicanalítico, a velhice caracteriza-se pela morte do desejo, assim “o sentimento de velhice é bem diferenciado em cada caso; apenas quando persiste o predomínio dos desinvestimentos, uma espécie de autodestruição toma a forma de morte real ou morte psíquica com a formação de inúmeros sintomas” (p. 34).

não existe, traz de volta o que desapareceu”; vimos que “é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (p. 27), e que tal é o poder da língua que indivíduo e sociedade se fundam através dela (a língua).

Inspirados por esses questionamentos é que mergulhamos nos dados, deixando-nos interrogar por eles.

Para cumprir o propósito a que nos lançamos, estruturamos este capítulo em quatro seções. Primeiramente, em 5.1, apresentamos uma breve caracterização da fase em que se encontram os participantes que integram esta pesquisa, com aporte em Beauvoir (2011 [1970]). A seguir, em 5.2, apresentamos algumas especificidades da constituição de um corpus em enunciação. Na sequência, em 5.3, definimos o processo de entrada em campo, explicitando a noção de testemunho, a qual orientou nosso ingresso. Flores (2010), Ávila (2012) e Surreaux (2006/2010) sustentam teoricamente essas etapas intermediárias. Finalmente, em 5.4, chegamos à última etapa desta pesquisa, a apresentação e análise dos fatos linguísticos.

Insistimos na necessidade de propor um olhar da teoria linguístico-enunciativa para o discurso de um sujeito que envelhece. Acreditamos que os estudos no campo enunciativo podem ser bastante produtivos para se pensar sobre essa etapa da vida para além do aspecto *crono* e biológico. Essa é nossa proposição.

## 5.1 POSIÇÃO DO IDOSO NO MUNDO – CONDIÇÃO BIOLÓGICA E SOCIAL

Como dissemos anteriormente, neste trabalho a velhice não é reduzida a uma etapa cronológica, mas é pensada como uma posição que se constrói no ato enunciativo – aqui e agora – *na* e *pela* linguagem, tendo, nesse processo, a alteridade como elemento fundamental.

Precisamos, antes de seguir nosso trabalho em busca do papel do tempo e da memória no discurso de adultos com mais de 60 anos, caracterizar essa etapa da vida na qual se encontram os participantes desta pesquisa. Quem são os adultos com mais de 60 anos na sociedade contemporânea?

Conforme o Estatuto do Idoso<sup>97</sup>, as pessoas acima de 60 anos são consideradas idosas e passam a usufruir de benefícios específicos que visam lhes garantir melhores condições de vida em sociedade. Mas o que significa ser velho/idoso? Basta apenas completar um número predeterminado de anos?

Sempre é bom lembrar que o processo de envelhecimento não é algo que acontece de um momento para outro. Na verdade, o processo de envelhecimento começa desde o nascimento, ou até mesmo antes, a partir do momento da concepção. Isso significa que o envelhecimento não é um movimento estático, mas processual, dinâmico e contínuo, que atinge todos os indivíduos, sem qualquer tipo de distinção.

Ao longo dos anos, filósofos, cientistas e outros estudiosos tentam definir esse período da vida humana que, durante muito tempo, foi determinado essencialmente pelas condições biológicas do ser humano. Conforme Beauvoir (2011 [1970]), tais condições são atreladas às categorias sociais, portanto são mais (ou menos) valorizadas de acordo com as circunstâncias de cada período.

Para Hipócrates, conforme Beauvoir (2011 [1970]), a velhice estava associada a uma espécie de enfermidade, seria o resultado de uma ruptura do equilíbrio e começaria em torno dos 56 anos. Foi ele o primeiro filósofo a comparar as etapas da vida humana às estações do ano e a associar a velhice ao inverno. Em vários de seus livros, descreveu características e condições que estão associadas à velhice, tais como necessidade menor de ingestão de alimentos, dificuldades respiratórias que causam acessos de tosse, dores nas articulações, enfermidades nos rins, vertigens, sonolência, dificuldade maior de visão, audição, etc. Roger Bacon, no século XIII, igualmente considerava a velhice uma doença.

A partir do século XIX, intenso desenvolvimento científico em diversas áreas, como nas ciências naturais, na física e na medicina, promoveu mudanças importantes em relação à expectativa de vida das pessoas. A descoberta de remédios e vacinas, além de proteger a saúde das pessoas, deu início a um movimento na busca pelo prolongamento da vida, o qual continua até hoje. Foi a

---

<sup>97</sup> Instituído através da Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003.

partir da metade desse século que a geriatria, ainda que sem esse nome, teve seus primórdios, favorecida pela criação, na França, de muitos hospitais<sup>98</sup> para anciãos.

Simone de Beauvoir (2011 [1970]), no ensaio sociológico *La vieillesse*<sup>99</sup>, uma das mais importantes reflexões do século XX sobre a velhice, problematiza a singularidade da delimitação do fenômeno do envelhecimento, quando se refere à espécie humana. O processo, explica a autora, é um fenômeno biológico que, no entanto, muitas vezes produz consequências psicológicas e possui uma dimensão existencial que

modifica a relação do indivíduo com o tempo, portanto a sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive jamais em estado natural; em sua velhice, como em qualquer idade, sua condição é imposta pela sociedade a qual ele pertence<sup>100</sup>. (BEAUVOIR, 2011 [1970], p. 15, tradução livre).

As reflexões da filósofa chamam atenção para a mútua relação existente entre os dados fisiológicos e os fatos psicológicos, de tal modo que a vida psíquica de um indivíduo interfere sobremaneira na sua situação existencial, o que acaba por se refletir fisicamente no indivíduo. Beauvoir (2011 [1970]) evidencia a condição estreita existente entre o envelhecimento e a individualidade dessa percepção, uma vez que não existe “o”, mas “um” envelhecimento, já que cada sujeito envelhece à sua própria maneira.

Para a pensadora, a velhice é portadora de dois sentidos: o primeiro identifica uma categoria social; o segundo possui um significado individual já que o destino de cada pessoa é absolutamente singular. Mucida (2012, p. 28) afirma que a categoria social nada informa sobre o sujeito: “Dizer que uma pessoa tem 60, 70, 80 ou mais anos, mesmo que nos dê algumas indicações relativas aos possíveis aspectos corporais, fisiológicos ou mesmo sociais, não indica como cada sujeito vivencia tais inscrições a partir de seus traços e o particular de sua história.” Seria possível então determinar um período exato (atingir 60 anos, aposentar-se) indicativo de quando

---

<sup>98</sup> La Salpêtrière era o maior da Europa, com capacidade de atender oito mil pacientes, atendia em torno de três mil velhos. Esse hospital foi considerado a primeira instituição geriátrica, de acordo com BEAUVOIR (2011, [1970]).

<sup>99</sup> Interessante observar que a palavra *vieillesse* contém a palavra *vie*, que significa vida.

<sup>100</sup> No original: “modifica la relación del individuo com el tempo, por lo tanto su relación con el mundo y su propia historia. Por otra parte, el hombre no vive jamás en estado de naturaliza; en su vejez, como en cualquier edad, su condición le es impuesta por la sociedad a la que pertenece”.

nos tornamos velhos? A psicanalista alerta para o risco de se atribuir a velhice como idade cronológica, já que do ponto de vista psicanalítico, “pode-se morrer aos 90 anos sem atravessar essa etapa”. (MUCIDA, 2012, p. 29). Ao mesmo tempo, dentro de algumas categorias esportivas, fala-se de velhice a partir dos 30 anos. Esses dois exemplos mostram como as fronteiras da definição da velhice são tênues, quando se consideram pontos de vista diferentes.

Beauvoir (2011 [1970]) anunciava, há mais de quarenta anos, que nem todas as pessoas envelhecem da mesma forma e de que tampouco é possível constatar equivalência entre a idade cronológica e a idade biológica das pessoas. A autora insiste na ideia de que cada um envelhece à sua maneira, o que revela a singularidade do processo de envelhecimento:

O declínio é acelerado ou retardado por diversos fatores: a saúde, a hereditariedade, o meio, as emoções, os hábitos passados, o nível de vida. Assume diferentes formas de acordo com os fatores que se degradam primeiro. Às vezes é um processo contínuo; em outros casos o sujeito que até então representava exatamente sua idade ou menos, se vê envelhecido bruscamente.<sup>101</sup> (BEAUVOIR, 2011 [1970], p. 40).

Além da influência do fator idade, a percepção da velhice é diferente para as pessoas. Para as crianças, o velho é quem tem trinta anos, mas para quem tem 40 anos, o velho dificilmente será alguém com menos de 70.

Um exemplo ilustrativo das modificações relacionadas às *fases da vida versus idade biológica* nos últimos 50 anos pode ser conferido na adaptação da escala de Roy Walford, pelo professor Fausto Amaro<sup>102</sup>. A atualização dessa escala, proposta por Amaro, revela profunda alteração na definição da idade dos homens quando se estabelece uma correlação com as fases da vida, se considerarmos o que se previa em 1950 e o que se prevê atualmente. Em 1950, a fase da infância e da juventude

---

<sup>101</sup> No original: “la declinación es acelerada o retardada por numerosos factores: la salud, la herencia, el medio, las emociones, los hábitos pasados, el nivel de vida. Adopta diferentes formas según que se degraden primero tales o cuales funciones. A veces es un proceso continuo; en otros casos al sujeto que hasta entonces representaba exactamente su edad o incluso menos, se le vienen bruscamente ‘los años encima’”.

<sup>102</sup> O professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa/ Portugal, ministrou a conferência de abertura no Congresso Internacional de Estudos do Envelhecimento Humano (CIEEH), em Passo Fundo, RS, no dia 27/08/14. O CIEEH foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Estudos do Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo.

correspondia ao período entre 0 aos 20 anos de idade; os jovens adultos eram os que se encontravam na faixa entre 20 e 40 anos; a idade madura correspondia ao período entre os 40 e 60 anos; e os adultos envelhecidos eram os que se encontravam entre os 60 e 80 anos. Em 2014, a nova configuração dessa escala revela que o período entre a infância e a juventude se estende dos 0 aos 30 anos de idade; os jovens adultos são os que estão na faixa dos 30 aos 60 anos; a idade madura corresponde ao período entre os 60 e os 100 anos; e os adultos envelhecidos são todos os que vivem mais de 100 anos<sup>103</sup>.

Além do aumento da esperança de vida, também a percepção do envelhecimento difere da de décadas anteriores. Os cuidados com o corpo, a exemplo da prática regular de exercícios físicos e com a alimentação balanceada/saudável, como também a recorrência a procedimentos estéticos vem cada vez mais influenciando o comportamento das pessoas, de modo que a imagem da chegada aos 60 anos nem sempre combina com alguém de cabelos brancos, pele enrugada, descuidado da aparência.

Goldenberg (2013) aponta para outro fator interessante a respeito da percepção do envelhecimento, a questão de gênero. A pesquisadora mostra que, enquanto as mulheres enxergam os mínimos detalhes do próprio envelhecimento e o de suas congêneres, manifesto nas rugas que aparecem na pele, nos cabelos brancos, a percepção que elas têm do envelhecimento masculino é totalmente diferente, pois elas costumam associar os cabelos brancos deles a um charme especial e até mesmo consideram os homens maduros mais atraentes do que os mais jovens.

Se a percepção da velhice é diferente para as pessoas, como é possível, então, categorizar essa fase da vida? Aliás, é preciso categorizá-la? Por que e para quê/quem?

Para Galiás (2012), ser *velho* na cultura contemporânea é fenômeno bastante recente: “O *velho* ou a *velha* de cabelos brancos, um tanto trôpego, mais recolhido, afastado da vida profissional, distraído-se com os netos ou bisnetos, à margem da família ou por ela sendo cuidado, é um fenômeno não muito encontrado hoje” (p.

---

<sup>103</sup> De acordo com dados do IBGE, na década de 50, a expectativa de vida era de 43 anos e 3 meses. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2015.

22). Há uma nova configuração social para os idosos de hoje. Esses novos idosos têm adiado cada vez mais a aposentadoria, trabalham, passeiam, viajam, se apaixonam, namoram, produzem e consomem.

O alargamento da expectativa de vida (no Brasil de hoje) desafia a sociedade a rever vários aspectos, como a idade para a aposentadoria, a idade produtiva, a produção de bens e o consumo específico, planejamento urbano, etc. Como afirma Galiás (2012), não temos modelos para o envelhecimento e os moldes previamente existentes não mais se ajustam à nossa realidade.

Vimos até aqui alguns traços indicativos de que a posição de idoso é determinada biologicamente, mas construída socialmente. Neste trabalho, lembramos, a velhice não está vinculada a uma etapa cronológica específica, mas a uma posição que se constrói *na* e *pela* linguagem, na enunciação.

Assim sendo, reafirmamos nossa intenção de olhar singularmente para o discurso dos participantes que integram esta pesquisa. É à linguística da enunciação que nos associamos para pensar sobre o discurso produzido por alguém que envelhece.

Antes de irmos adiante, precisamos explicitar como se constitui um *corpus* em enunciação, uma vez que há particularidades em relação à constituição de *corpus* em outras teorias linguísticas. Para tanto, recorreremos a Ávila (2012) e Flores (2010), na próxima seção.

## 5.2 ESPECIFICIDADES NA CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS EM ENUNCIÇÃO

Buscamos subsídios para pensar sobre a especificidade da constituição de um corpus em enunciação em Ávila (2012), que, em tese sobre a especificidade da prática de tradução em contexto de ensino, afirma que a discussão de *corpus* ligada ao campo da enunciação exige diferenciação de algumas noções, tais como de *ato*, *dado* e *fato*, cujos sentidos têm pontos de contato, mas não se recobrem.

A linguística enunciativa distingue-se das outras linguísticas que fazem uso de corpora em seus estudos. “Tal divergência se manifesta em dois planos: (1) na própria concepção de corpus e (2) na etapa de análise dos dados.” (ÁVILA, 2012, p. 119).

Quanto à concepção de corpus, um conjunto de dados submetidos a uma análise enunciativa não se configurará em um material de apoio para buscar provas para suposições previamente estabelecidas – esclarece a pesquisadora. “Não se cria um corpus para comprovar um uso linguístico particular, criado como hipótese de antemão, ilustrado pela criação de exemplos que tomam como base a intuição do pesquisador e seu conhecimento como falante da língua sendo por ele estudada.” (ÁVILA, 2012, p. 119). É de um conjunto de registros naturais e reais que nasce um corpus em enunciação. Assim, cabe destacar que não estamos em busca da confirmação de algo previamente estabelecido. Vamos aos dados, deixando que eles nos interroguem, para que possam emergir dos dados as possibilidades de análise.

Desse modo, a etapa de análise dos dados sob o viés enunciativo terá um olhar distinto do de outras abordagens teóricas. Em enunciação, o *corpus* é um material que se transforma pelo olhar do analista, que observa como ocorre a transformação do locutor em sujeito, através do ato de apropriação da linguagem. Sob esse olhar, emerge a singularidade de um ato que, por isso mesmo, não admite categorizações prévias.

Há uma diferença radical entre o corpus na linguística que não inclui a enunciação e o corpus na linguística enunciativa. Se na primeira, há um analista “em busca de regularidades daquilo que se repete, de forma a observar padrões de comportamento linguístico” (ÁVILA, 2012, p. 120), na segunda, a busca dar-se-á em torno das singularidades que advêm somente *na* e *pela* enunciação.

Como recomenda a pesquisadora, a observação dos traços da enunciação no enunciado, ou seja, daquilo que é singular no uso que cada locutor faz da língua impõe um questionamento que deve ser respondido com muito cuidado: *como um conjunto de dados pode ser compatível com a efemeridade de um ato enunciativo?*

Para responder a esse questionamento, é necessário retornar a Benveniste. Conforme Ávila (2012), nos textos dos PLG não há uma resposta objetiva a essa questão, mas há algumas manifestações que permitem a identificação de hipóteses de como devem ser tratados os dados nessa perspectiva. A estudiosa sugere que as respostas de Benveniste em entrevista a Pierre Daix (1968) sinalizam para a impossibilidade de tratar corpus em enunciação de forma homogênea, já que qualquer elemento da língua só tem existência na enunciação:

[...] ele (Chomsky) considera a língua como produção, e isto é algo bem diferente. Um estruturalista tem primeiro necessidade de constituir um corpus. Mesmo quando se trata da língua que o senhor e eu falamos, é preciso primeiro gravá-la, transcrevê-la. Decidimos que ela é representada por tal ou tal livro, por 200 páginas de texto que serão convertidas em material, classificadas, analisadas, etc. É preciso partir dos dados. Enquanto em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto. Ora, como se produz a língua? Não se reproduz nada. Tem-se aparentemente um certo número de modelos. Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. (BENVENISTE, 1989 [1968], p. 18).

O primeiro aspecto a ser sublinhado é a asserção de Benveniste acerca da necessidade da constituição de um corpus. Acerca da língua, o linguista (1989 [1968], p. 18) diz: “Decidimos que ela é representada”. Tal afirmação vai na direção da proposta da teoria enunciativa que diz que o homem *cria e recria a língua a todo instante*. “Se a língua é recriação, não pode constituir um corpus, mas apenas se deixar representar nele.” (ÁVILA, 2012, p. 121). Um corpus, conclui a pesquisadora, é sempre um conjunto de fatos concretos da língua e não de possibilidades da língua, pois, como ensinou Benveniste, *antes da enunciação a língua é somente possibilidade de língua*. Assim sendo, esse grande processo, que é a enunciação, “não cabe na ‘finitude’ de um corpus se não por representação, sempre parcial”. (ÁVILA, 2012, p. 121).

Na sequência, Benveniste diz que a língua, uma vez representada em um corpus, terá suas diversas formas de representação “convertidas em material, classificadas, analisadas”. Mas que conversão é essa e por que ela se faz necessária? A hipótese de Flores (2010) é de que essa conversão seja dos *dados em fatos linguísticos*. A constituição de um corpus de base enunciativa parece estar submetida a dois processos: “1) a representação dos atos de transformação da língua em discurso na forma de textos, transcrições, etc., isto é, a representação da enunciação em um conjunto de dados; 2) a conversão desses dados em fatos, aptos a serem analisados”. (ÁVILA, 2012, p. 122).

O primeiro processo explica-se pela condição única da enunciação, devido à impossibilidade da captura do próprio processo enunciativo. A enunciação é produzida no momento em que *eu* instaura o *tu*, aqui-agora e esse momento é irrepitível, ou seja, ao mesmo tempo em que nasce, morre para voltar a nascer (e a

morrer) em outro *eu-aqui-agora*, o do analista. Essa relação da perda constitutiva da enunciação é assim traduzida por Ávila (2012):

O ato, irrepitível, torna-se analisável porque o analista dá a ele a condição de repetibilidade, pelo que paga com o preço de perder a configuração particular da instância de discurso em que foi gerado. Cada análise e cada leitura dessa análise estabelecerá um novo eu-tu, em uma nova instância de aqui-agora. Essa é a perda constitutiva de qualquer representação dos atos de linguagem. (p. 122).

O segundo processo, conforme a pesquisadora, é observável a partir da condição de *repetibilidade*. O linguista da enunciação não analisa dados, que são da ordem do heterogêneo e do irrepitível, mas fatos de língua, pois somente a noção de *fato* pode tornar o inapreensível possível de ser analisado. Mas como se passa do dado ao fato? No momento em que o pesquisador opera um recorte específico no *corpus* e o leva à análise, explica.

Em enunciação, portanto, o *corpus* seria um conjunto de dados ou de fatos? – questiona a pesquisadora. Na sua opinião, a resposta seria: os dois. São *dados* porque correspondem a uma parte de um conjunto maior que integra o material linguístico possível de ser apreendido: uma obra, um texto, uma série de gravações. São também fatos, pois na medida em que o pesquisador imprime um recorte, faz a escolha dos fatos linguísticos a serem analisados. Melhor dizendo, são *dados* porque não correspondem à totalidade do ato; são *fatos* porque representam apenas parte dos dados. Assim, do *ato* ao *fato* há uma dupla operação de *filtragem* até chegar à análise: o primeiro recorte constitui os dados, o segundo, os fatos.

Passar por essa operação de dupla filtragem, de acordo com Flores (2010), é condição de existência de qualquer análise enunciativa. É preciso considerar, ainda, que de um nível a outro há sempre a implicação de uma perda.

O dado não é a totalidade do ato, pois não resguarda todos os aspectos implicados na instância de discurso; o fato, por sua vez, é apenas parte dos dados, um recorte eleito pelo pesquisador; e a análise, por não dizer tudo sobre o fato, é igualmente análise de parte dele. (ÁVILA, 2012, p. 123).

Nesta tese, por exemplo, como se deu a operação de constituição do *corpus* até a seleção dos fatos linguísticos que constituirão o material de análise? Esse é o tema da próxima seção, que apresenta a noção que orientou nossa entrada em campo e descreve o modo como se deu esse ingresso até a constituição do *corpus*.

### 5.3 O PROCESSO DE ENTRADA EM CAMPO

Nesta seção, antes de detalharmos nosso ingresso a campo, descreveremos a noção de testemunho, que orientou nossa imersão. A seguir, explicitamos o modo como entramos em campo, descrevendo as etapas que constituem esta pesquisa.

#### 5.3.1 Do lugar de testemunha

Tomamos a noção de testemunho de Surreaux (2006), que a constrói a partir da leitura que faz de Saussure.

Ao nos depararmos com os fatos de língua a serem analisados – e com os sujeitos que enunciam – encontramos-nos com uma importante questão: como enfrentar o paradoxo do pesquisador que se depara com um *corpus* do qual participa duplamente: como sujeito-pesquisador e como sujeito das enunciações gravadas e, posteriormente, transcritas por ele próprio?

Em sua tese de doutoramento, a qual teve por objeto o estudo da relação entre *linguagem, sintoma e clínica*, Surreaux (2006) questiona-se sobre o significado de escrever uma fala, já que o bom senso diria que textos falados devem ser ouvidos e textos escritos lidos. A pesquisadora pondera a respeito das diferenças entre o contexto oral e o escrito:

Enquanto no contexto oral aquele que enuncia está ali, no contexto escrito quem enunciou não está mais presente. E, na realidade, no caso da transcrição, estão em jogo dois enunciadores: o que fala e o que transcreve – por isso deve-se levar em consideração sempre o fato de que a transcrição implica o transcritor, que enuncia de forma muito particular essa passagem do oral para o escrito. (SURREAUX, 2006, p. 138).

Como sua pesquisa analisa casos clínicos de linguagem, nesse processo da transformação do oral para o escrito há perdas e ganhos, pondera a pesquisadora. Se por um lado, poder-se-ia imaginar que houvesse uma “higienização” dos dados para torná-los mais apreensíveis em termos linguísticos, por outro parece fundamental considerar “a impossibilidade da apreensão total da fala de um sujeito, seja no meio oral, seja no meio escrito” (p. 134). Alinhamo-nos a Surreaux, ainda que nosso objeto seja diferente. Surreaux analisa casos clínicos, enquanto nós estamos olhando para um discurso oriundo de situações informais de diálogos, em espaços de proximidade de convívio. Em sua tese, Surreaux explica que a passagem do oral para o escrito é etapa sem a qual não haveria possibilidade de tese. Tampouco para nós essa etapa é dispensável. É através da gravação em áudio das situações enunciativas que podemos “congelar” o momento de captação da enunciação do conteúdo linguístico para tornar possível a transcrição desse conteúdo, o qual será passível de análise. No entanto, não “congelamos” a enunciação, essa nos escapa.

Se considerarmos que estamos tratando de dois atos distintos – uma enunciação realizada e trazida à tona pelo pesquisador para fins de análise –, estamos considerando, no mínimo, duas enunciações distintas. Talvez diferenciar enunciado de enunciação ajude a compreender a quê, exatamente, estamos nos referindo.

Cabe aqui, mais uma vez, a recomendação de Flores (2012) a respeito de alguns cuidados necessários ao leitor de Benveniste, como o de não ler na sincronia o que foi produzido na diacronia. Em relação à palavra enunciação, por exemplo, Flores alerta para definições diferentes do termo, a exemplo do que ocorre entre os textos *Da subjetividade da linguagem* e *O aparelho formal da enunciação*, que foram produzidos em um intervalo de quase vinte anos: “entre um texto e outro, embora, às vezes, Benveniste utilize o mesmo termo – enunciação, por exemplo – não é o mesmo conceito que está sendo colocado em operação.” (FLORES, 2012, p. 155).

Precisamos tomar cuidado para não simplificar essas definições que, no conjunto da obra benvenistiana, de acordo com Ono (2007)<sup>104</sup>, apontam muito mais para uma noção de enunciação do que para uma definição propriamente dita.

---

<sup>104</sup> Em *La notion d' énonciation chez Benveniste*, Aya Ono (2007), analisa mais de 30 ocorrências do termo enunciação.

Conforme Flores (2012), somente no texto *O Aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), o termo enunciação aparece citado 68 vezes, com nuances flagrantes de sentido. Um exemplo é o início do texto, em que Benveniste afirma que enunciação é “processo”: “este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos” (p. 82), e, adiante, afirma que a enunciação é “ato”: “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (p. 82). Flores (2012) questiona se enunciação seria, então, *ato* ou *processo*. O pesquisador brasileiro defende a simultaneidade de ambas as noções e explica: “A enunciação é ato porque diz respeito ao locutor com a língua [...] é processo porque é algo que está sempre se constituindo, que se renova a cada instância de discurso.” (FLORES, 2012, p. 157).

Quanto à definição de enunciado, ficamos com a que encontramos presente em um dos seus últimos textos, *O Aparelho formal da enunciação*. Benveniste define enunciação como “o ato mesmo de produzir um *enunciado*”. (1989 [1970], p. 82). Tal afirmação constrói a noção de enunciação como ato que inclui o enunciado, pois ele é promovido à enunciação quando o locutor assume a língua e enuncia.

Analisar uma fala transcrita levando em conta pressupostos benvenistianos significa, portanto, ir em busca de uma enunciação que no próprio processo já acabou. Seria uma tentativa de restauração do irrestaurável? Vã, portanto? Por outro lado, como analisar a linguagem senão desta forma? O processo da transcrição é tenso, dada a “efemeridade radical da enunciação”. (SURREAUX, 2006, p. 139).

A saída parece ser, conforme aponta Surreaux (2010), uma operação de “deslocamento” da tarefa do transcritor. A pesquisadora defende a ideia de que a transcrição é uma interpretação daquilo que se escuta ou presencia, já que o que foi enunciado não pode ser recuperado na sua totalidade. Trata-se, portanto, de uma nova enunciação, se entendemos enunciação como *a conversão individual da língua em discurso*, como ensina Benveniste. Assim, defenderemos, de acordo com Surreaux, que a transposição do registro dos fatos linguísticos da modalidade oral para a escrita produzirá uma nova enunciação – a do transcritor que enuncia a partir de algo que já foi enunciado – via testemunho, individual, portanto. O que é passível de ser recuperado é o material linguístico produzido, não o ‘ato’ em si, irrecuperável, evanescente que é.

Diante dessa impossibilidade de recuperação da enunciação enquanto “ato individual de apropriação da língua”, o pesquisador transcreve o ato enunciativo do qual participou ou que testemunhou. A transcrição, por sua vez, torna-se uma nova enunciação, sobre a qual o pesquisador produzirá outra enunciação: “a transcrição é constituída duplamente na enunciação, uma vez que é um ato enunciativo que decorre de outro ato enunciativo anterior”. (SURREAUX, 2010, p. 332).

A noção de testemunho é explicada por Surreaux (2006), a partir de sua leitura do Curso de Linguística Geral (CLG), especificamente do capítulo *Representação da língua pela escrita*. Nesse capítulo, explica a pesquisadora,

Saussure apresenta língua (oral) e escrita como sistemas distintos e independentes: a tradição oral diversamente estabelecida parece abalada pelo que o mestre chama de “prestígio da escrita”. No entanto, o testemunho que a escrita permite registrar é também seu limite. Conforme o CLG, o sistema de signos que serve para representar esbarra na imperfeição do próprio registro dos sons que são falados. (SURREAUX, 2006, p. 136).

Não há possibilidade de traduzir de forma transparente a fala para a escrita, pois *os representantes gráficos não correspondem fielmente aos escritos* (CLG), segue a reflexão da pesquisadora. Assim, ela defenderá a necessidade, na clínica de linguagem, de um apoio material, de um registro gráfico da oralidade. Essa mesma necessidade nos é imposta, precisamos do apoio do material escrito, sem o qual não conseguiríamos realizar a análise. Ele se apresenta para nós, entretanto, sob a forma de testemunho, tal como pensada pelo mestre genebrino.

É com esse olhar testemunhal que olharemos para nossos fatos de língua que apresentamos daqui a pouco.

### **5.3.2 A entrada, de fato, em campo**

A fim de buscar respostas à principal questão que move esta pesquisa – sob que formas o locutor se apropria da linguagem para se instanciar e o que essas formas dizem do sujeito – fizemos nossa entrada em campo, a qual passou por três

etapas até tomar a forma decisiva que possibilitou a coleta e a geração dos dados.

O primeiro momento iniciou em 2013 com uma espécie de imersão em um dos grupos do Centro Regional de Estudos e Atividades para Terceira Idade (CREATI)<sup>105</sup>, projeto vinculado à Universidade de Passo Fundo, com o objetivo de conhecer o grupo e avaliar a possibilidade de dar seguimento à proposta de investigação<sup>106</sup>. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, utilizamos a metodologia da observação participante.

Conforme Flick (2009), a observação participante deve ser entendida como um duplo processo, pois, ao mesmo tempo em que o pesquisador deve tornar-se um participante e obter acesso ao campo e às pessoas, a própria observação precisa igualmente passar por um processo, a fim de qualificar-se e concentrar-se nos aspectos essenciais às questões de pesquisa. Flick apresenta a distinção de três fases da observação participante: a) observação descritiva, com a finalidade de fornecer ao pesquisador apreensão maior possível da complexidade do campo a ser observado; b) observação focalizada, com o objetivo de restringir o olhar do observador àqueles aspectos que se constituirão em essenciais da pesquisa; e, finalmente, c) observação seletiva, que visa à concentração em indícios e exemplos para os tipos de prática e processos emergentes da segunda fase. Nossa observação perseguiu essas três etapas.

---

<sup>105</sup> O CREATI é um projeto de extensão na Universidade de Passo Fundo que, desde 1991, constitui-se num espaço de educação não formal no qual se debatem e estudam questões que envolvem a velhice. Através desse projeto, no ano de 2013, em torno de 1.500 idosos do município de Passo Fundo e da região participavam de atividades oferecidas: cerca de trinta oficinas, dentre atividades físicas e intelectuais, além de eventos de extensão. Escolhemos participar da *Oficina Literária*, que se constitui num espaço de diálogo a partir de temáticas oriundas de textos literários e visa à construção de textos escritos como forma de “oportunar a exploração do sentimento, por meio da leitura de mundo e da vida, com o objetivo de (re) editar emoções vividas” (conforme Plano Pedagógico do Projeto).

<sup>106</sup> No início de 2013, fiz contato com a coordenação do CREATI, local onde se realizaria a pesquisa, para apresentação da proposta e obtenção de autorização oficial da instituição para instaurar a pesquisa junto a um grupo de alunos de uma das oficinas oferecidas à comunidade de idosos. Nesse mesmo ano o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS, foi realizado o encontro com os alunos da oficina para apresentação da proposta e dos procedimentos de investigação assim como uma reunião com os sujeitos que participam da pesquisa para: a) solicitar-lhes anuência formal para participação no processo de investigação, garantindo-lhes o direito de intervenção nos rumos da investigação e de interrupção de sua participação se assim o desejassem; b) comprometer-se eticamente com a realização de uma escuta afastada de posturas morais, caracterizada por tomar os sujeitos da investigação não como meros “informantes” e o pesquisador não como único “detentor do saber”; c) assumir compromisso com o retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos nela envolvidos e à coordenação do grupo em que a pesquisa vai se realizar; d) garantir sigilo e preservação da imagem dos sujeitos envolvidos na pesquisa; e) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Particpei dos encontros semanais<sup>107</sup> desse grupo durante quatro meses<sup>108</sup>. A observação – que foi registrada em diários que estão sob minha guarda – possibilitou a identificação de algumas particularidades que inviabilizaram as gravações dos diálogos, tais como: predomínio da fala da professora em detrimento da fala dos alunos, número grande de participantes (cerca de 15 pessoas), além de pouca interação entre os alunos e mesmo dos alunos com a professora.

Diante disso, optei por convidar, entre os participantes, um grupo menor de voluntários para participar da pesquisa. Como o projeto existia há bastante tempo e a turma de alunos se mantinha há anos com uma mesma formação, havia vínculos estreitos de amizade entre alguns dos participantes, os quais mantinham o hábito de se reunir voluntariamente fora do espaço da sala de aula. Decidi, portanto, solicitar a permissão a um grupo menor – dessa vez com apenas três integrantes<sup>109</sup> – para participar de alguns encontros informais a fim de gravar as falas geradas durante esses encontros.

Após a negociação da entrada em campo com cada participante e depois de obtida a aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade<sup>110</sup>, passei a acompanhar<sup>111</sup> os encontros informais desse grupo de três participantes do sexo feminino. Esse período, iniciado ao final de 2013, configurou-se no segundo momento da incursão em campo.

Durante esses encontros informais<sup>112</sup> realizados em um período de seis meses, participei de quatro encontros com duração média de 1h30min. Gravei 60 minutos de conversa em cada um desses encontros, totalizando, nesse primeiro momento, 4 horas, ou 240 minutos de gravação do material que constitui a primeira

---

<sup>107</sup> Sempre às quartas-feiras, das 9h às 11h30min.

<sup>108</sup> No período de março a junho de 2013.

<sup>109</sup> As três participantes eram amigas de longa data, residiam perto uma da outra e, além de se encontrarem na oficina literária, costumavam reunir-se nas suas casas para tomar chimarrão enquanto conversavam, hábito cultivado há muitos anos, com periodicidade média mensal. É importante esclarecer que não nos interessamos por um número expressivo de participantes, já que não temos a intenção de quantificar dados, mas olhar para a singularidade do processo que transforma, via enunciação, o locutor em sujeito.

<sup>110</sup> Projeto 20205513.6.0000.5344 aprovado em 09/12/2013.

<sup>111</sup> No período entre novembro de 2013 a abril de 2014.

<sup>112</sup> Realizados de acordo com o desejo e as possibilidades de cada integrante do grupo de amigas, sem qualquer interferência da pesquisadora no cronograma desses encontros, razão pela qual não há regularidade nos encontros, que se deram com maior distância de tempo em alguns meses e menor em outros.

parte<sup>113</sup> da coleta dos dados. Esses dados foram, posteriormente, transcritos por mim e analisados, resguardando todos os cuidados necessários à pesquisa com seres humanos, conforme preveem observações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexo a este estudo.

Nesse período de seis meses, deparei-me com algumas dificuldades relacionadas, especialmente, à sistematização dos encontros. Como as reuniões se davam a partir de um agendamento entre as participantes, era necessário que eu estivesse à disposição para me reunir com o grupo nas datas e horários em que elas estabeleciam, o que nem sempre foi possível<sup>114</sup>. Além disso, questões como compromissos familiares de cada uma das participantes, bem como acometimento de doenças de pelo menos duas delas nesse período, interferiram na agenda de encontros. Isso sem falar nas dificuldades de transcrição, decorrentes do tempo de gravação e, ainda, de falas sobrepostas, que tornaram esse processo bastante longo<sup>115</sup>.

Assim, em maio de 2014, optei por novo recorte, reduzindo o número de três para uma<sup>116</sup> participante desse primeiro grupo. Esse terceiro momento significou um passo fundamental para o refinamento dos objetivos e para a melhor precisão do objeto de estudo. A seguir, explicamos com mais detalhes como se deu esse procedimento e que revelações foram produzidas a partir de então.

### 5.3.2.1 A configuração definitiva do grupo de participantes da pesquisa

Essa nova fase da pesquisa possibilitou-nos a comprovação do quanto o linguista da enunciação precisa se deixar tocar pelos fatos linguísticos ao invés de buscar neles, antecipadamente, a comprovação de quaisquer hipóteses previamente estabelecidas. A primeira revelação foi a oportunidade de considerar o discurso de

---

<sup>113</sup> Dados coletados no período de novembro de 2013 a abril de 2014.

<sup>114</sup> Devo registrar que, ainda que os encontros tivessem dia e hora marcados para minha participação, esse horário não era cumprido à risca pelas participantes, as quais chegavam, muitas vezes, antes do horário combinado (ou até mesmo após).

<sup>115</sup> É importante registrar que, para cada dez minutos de gravação, foram necessários cerca de 60 minutos para a transcrição.

<sup>116</sup> Como essa participante é casada com senhor da mesma idade, a pesquisa que seria restrita a apenas um participante, passou a contar, conseqüentemente, com dois – o casal, já que os diálogos foram gravados na casa da participante em vários momentos em que o marido estava presente e participava, direta ou indiretamente, dos diálogos, como comprovaremos daqui a pouco.

dois participantes acima de 60 anos. Como as gravações se dariam em um espaço de convívio familiar, embora tivéssemos escolhido o discurso da participante para fins de análise<sup>117</sup>, deparamo-nos, em muitos momentos de gravação dos dados, com a participação do marido (com a mesma idade dela). Passamos, portanto, a contar com uma dupla participação, que acabou se revelando bastante produtiva, conforme veremos na análise que iniciamos a seguir.

Essa nova configuração dos participantes da pesquisa inclui adultos com mais de 60 anos, em situações informais, no convívio familiar ou bastante próximo (no caso de alguns encontros com amigos em ocasião de visita). A gravação desses dados se deu no período entre maio de 2014 e fevereiro de 2015, totalizando 10 meses, período em que foram gravadas e transcritas 8 horas de conversa, aproximadamente 480 minutos. Além das gravações, registrei em diário de campo, que estão sob minha guarda, informações que julgamos importantes (tais como presença de outros participantes na conversa, assuntos discutidos antes do início e após o término das gravações, entre outras). Tais informações revelaram-se fundamentais para a contextualização de cada situação enunciativa analisada.

A integralidade dos dados, considerando a primeira e a segunda etapa, soma 12 horas de gravação (720 minutos), as quais foram numeradas por data e, para fins de análise, denominadas *encontros*. Temos, assim, recortes de fatos linguísticos reunidos a partir desses doze encontros. O quadro a seguir apresenta a data de cada um dos encontros (incluindo aqui as duas etapas<sup>118</sup>), em seguida a identificação dos participantes desses encontros e os temas predominantemente discutidos em cada um dos encontros. Precisamos esclarecer que não analisaremos a totalidade dos dados, tampouco seguiremos a ordem cronológica da gravação para fins de análise, já que não consideramos uma sequência temporal ou temática. Operamos com a singularidade de cada ato de enunciação, conforme reiteradamente afirmamos ao longo desta pesquisa. Eis o quadro:

---

<sup>117</sup> Imaginamos que seria mais oportuno gravar a fala da participante, uma vez que esta não trabalha fora de casa, o que facilitaria os encontros da pesquisadora com a participante.

<sup>118</sup> A primeira fase com as três participantes oriundas da oficina de literatura do Creati (encontros 1 a 4) ; a segunda fase com o casal de participantes (a partir do encontro 5).

Quadro 1– Identificação do universo da pesquisa

Encontro	Data	Temas
1	20.11.13	Tecnologia, passado, presente, doenças
2	15.12.13	Doenças, passado.
3	15.12.13	Aniversário, casamento, netos, doenças, passado
4 <sup>119</sup>	18.02.14	Tecnologia (preguiça), preconceito, religião, passado.
5	07.5.14	Passado, caças, assombração.
6	29.6.14	Travessuras com amigos (1), passado.
7	26.10.14	Travessuras com amigos (2) Repetição.
8	22.11.14	Passado – profissões.
9	25.12.14	Passado, memórias.
10	19.01.15	Passado, sotaques.
11	26.01.15	Chimarrão final de tarde.
12	22.02.15	Redes sociais, reencontro de amiga de infância.

Fonte: A autora (2013-2015).

Nossos participantes<sup>120</sup> tinham, no período em que as gravações foram realizadas<sup>121</sup>, 67 anos. A participante, dona de casa, reside com o marido, comerciante. Ambos moram sozinhos, gozam de boa saúde e não necessitam de cuidados de terceiros. A esposa não trabalha fora de casa e não possui renda própria, sendo o marido o único provedor do casal que, somava, no período em que foram finalizadas as gravações, 45 anos de união. A casa é frequentada pelos três filhos do casal (duas filhas e um filho – adultos), dois genros e duas netas, sendo uma adulta e outra ainda criança. Além dos filhos e das netas, o casal recebe, com frequência, especialmente nos finais de semana, visita de outros familiares e amigos que, eventualmente, participam de alguma gravação (encontro 9).

Assim, os dados que recortamos e transcrevemos contam com diálogos estabelecidos com diferentes interlocutores: entre os próprios idosos (casal); entre o casal de idosos e as filhas; entre o casal de idosos e genros, visitas (jovens), etc. Vamos observar se o comportamento linguístico dos nossos participantes se modifica quando muda o interlocutor. Queremos analisar, principalmente, em que medida o tempo e a memória favorecem a instanciação do sujeito *na* e *pela*

<sup>119</sup>A nova configuração dos participantes da pesquisa revelou-se mais produtiva para a análise, razão pela qual decidimos não trabalhar com o material dessa primeira etapa de pesquisa (encontros 1 a 4).

<sup>120</sup> Alice e Bernardo (nomes fictícios).

<sup>121</sup> Maio de 2014 a fevereiro de 2015.

linguagem. E, ainda, observaremos se há repetição nessa fala e, havendo, qual o papel dessa repetição no discurso.

Desse modo, podemos notar que toda a constituição do *corpus* é pautada pelo interesse da pesquisa, o discurso de adultos com mais de 60 anos. O trabalho de seleção dos dados que constituem esse corpus representa um primeiro recorte – e implica uma primeira perda, pois, sabemos, é impossível (re) constituir o todo da enunciação. Um segundo recorte transforma os dados em fatos de língua analisáveis. E, como vimos em Ávila (2012, p. 124), “é na etapa de análise não mais de dados, mas de fatos de língua, que se encontra a segunda grande particularidade do uso de corpus em uma teoria enunciativa”.

Na próxima subseção, descrevemos as especificidades da constituição do nosso corpus, antes de iniciarmos as análises.

#### 5.3.2.2 Um percurso para a análise dos dados

A teoria que elegemos a fim de olhar para os fatos de língua, a enunciação à luz de Benveniste, não possui uma “fórmula” metodológica fixa, mas uma reflexão sobre a relação do falante com a língua. Como vimos em Flores (2013a), ler Benveniste e, principalmente, inspirar-se em suas formulações para pensar sobre fatos de língua, implica ter clareza de que o autor não apresenta instruções absolutas, e sim *indicações programáticas que permitem vislumbrar reflexões* (p. 98). No texto *Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação*, Flores (2013a) vai em busca de “princípios que possibilitem formular uma noção de sujeito da enunciação que dê lugar à análise de fatos de língua” (p. 97). Chama a esse raciocínio de um esboço de uma reflexão sobre a singularidade enunciativa que, na sua opinião, está diretamente ligada à noção de sintaxe da enunciação. Trata-se de importante referência para indicar nosso modo de olhar para os fatos linguísticos que integram esta pesquisa, como veremos na sequência.

Assim, justificamos nosso modo singular de registrar o discurso que testemunhamos. Certamente somos influenciados pela leitura de textos da oralidade cuja transcrição tivemos oportunidade de conhecer. No entanto, esclarecemos que não nos associamos a nenhuma norma de transcrição preestabelecida exclusivamente por uma linha teórica. Constituímos nosso material de análise a partir de um registro próprio, que apresentamos no quadro a seguir:

### Quadro 2– Critérios de transcrição

- 1 A transcrição da fala não marca prolongamentos de vogais, nem dá destaque a uma sílaba ou palavra. Aspectos relacionados à entonação, quando a pesquisadora julgou necessário, são descritos entre parênteses, sob forma de comentários.
- 2 Pausas curtas são indicadas por reticências; pausas longas nos comentários da pesquisadora.
- 3 Falas sobrepostas são sinalizadas por colchetes [ ].
- 4 Toda vez que a pesquisadora julgou necessário algum esclarecimento, o fez em forma de comentário entre parênteses.
- 5 Antes da apresentação dos dados – os fatos linguísticos que constituem o material de análise, a pesquisadora apresenta uma breve descrição da situação, com vistas a contextualizar o momento em que iniciou a gravação, indicando o assunto que estava sendo discutido, os participantes do diálogo e outras informações que julgou necessárias.
- 6 Quando há citações em discurso direto na fala dos participantes, o trecho correspondente será assinalado em itálico.

Fonte: A autora (2013).

Estamos interessados na singularidade do discurso de adultos com mais de 60 anos. Olhamos para alguém que realiza uma experiência humana através da linguagem. Experiência essa que congrega sujeito, tempo e memória. Quem é esse sujeito que fala *no tempo* e *do tempo* para instituir-se como sujeito na linguagem?

Sabemos que o discurso e a memória habitam no tempo. De que modo o tempo e a memória se instanciam no discurso dos participantes desta pesquisa? E de que tempo estamos falando? Haverá uma única forma de temporalidade, a linguística, sob a qual todas as demais possibilidades estarão abrigadas? Como a memória atua na enunciação? A memória pode significar a emergência de uma forma de temporalidade discursiva ou ela é essencialmente do passado?

Pretendemos olhar para os fatos linguísticos que selecionamos, observando como a experiência do tempo se manifesta na linguagem do sujeito.

Dirigimos nossa atenção à apropriação não só da linguagem, mas à instauração de um lugar na enunciação. Esse *lugar* é instituído somente em uma relação interdiscursiva, já que, como ensinou Benveniste, “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocação um *tu*”. (1995 [1958], p. 286).

Olharemos, também, para o papel do outro na constituição desse *eu*. Sabemos que é pela reversibilidade que garantimos um lugar simbólico, que autenticamos nossa posição de sujeito. O *eu* é validado pelo *tu*? Se sim, de que modo se dá essa validação? E se não, o que ocorre com as pessoas do discurso? O *eu* não validado pelo *tu* pode se transformar no *ele*, a não-pessoa de Benveniste?

Inspirados por essas reflexões, passamos a apresentar, nas subseções a seguir, os fatos linguísticos – os dados que selecionamos e recortamos para integrar esta investigação, o que faremos sob o subtítulo de *Encontro*. Conforme anunciamos anteriormente, não seguiremos uma ordem preestabelecida para apresentar esses encontros, já que a análise de cada um deles dá-se de forma independente.

Apresentamos a seguir um quadro com a legenda usada na transcrição para identificar os participantes na configuração final do quadro de participantes dos encontros analisados.

Quadro 3 – Identificação dos participantes

Bernardo – BER	Idoso
Alice – ALI	Idosa
Antônia – ANT	Filha mais velha
Pedro – PED	Genro
Carolina – CAR	Neta
Vinícius – VIN	Visita masculina
Mariana – MAR	Visita feminina
Os nomes citados pelos participantes da pesquisa e demais participantes foram substituídos por nomes fictícios <sup>122</sup> para garantir a não-identificação tanto dos citados quanto dos que citam.	

Fonte: A autora (2013).

Passamos, finalmente, às análises.

<sup>122</sup> Na transcrição, empregamos as três letras iniciais dos nomes dos participantes. Não incluímos neste quadro os participantes dos encontros que não integram as análises.

## 5.4 O TEMPO E A MEMÓRIA (RE)SIGNIFICANDO A EXPERIÊNCIA LINGUÍSTICA DO SUJEITO

Antes de iniciar a apresentação dos fatos linguísticos, queremos retomar a definição de enunciação tal como apresenta Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970). A enunciação é ato de produzir o enunciado, um grande processo que pode ser estudado sob diversos aspectos, como realização vocal da língua, como conversão da língua em discurso, que pode ser definida em um quadro formal. Na enunciação, considera-se *o ato, a situação em que se realiza e os instrumentos de sua realização*.

Assim, explicamos a apresentação de nossos fatos linguísticos, cujas análises se desenvolvem ao longo de quatro subseções<sup>123</sup>. Nomeamos cada subseção de *encontro*, que segue o número de ordem da gravação e apresenta um subtítulo que identifica a temática em emergência nos diálogos. A seguir, informamos a data da gravação, o(s) tema(s) discutido(s) a cada um desses encontros, citamos os participantes envolvidos, o espaço onde se dá a conversa e descrevemos, ainda que brevemente, a situação em que se deu essa conversa, a fim de contextualizar o momento da gravação. Em cada uma das quatro subseções selecionamos alguns fatos linguísticos, que são os recortes que imprimimos a cada encontro, com a finalidade de olhar com maior atenção para nossos dados. A seguir, damos sequência à análise, a partir dos elementos que emergem a cada situação.

### 5.4.1 Encontro 8 – orgulho do trabalho infantil

Data: 22.11.14

Temas: passado, profissões.

Participantes: Antônia, Pedro, Bernardo e Alice.

---

<sup>123</sup>Os encontros selecionados para análise são: 6, 7, 8 e 9. Como os quatro primeiros foram descartados para a análise, restaram os encontros 5 a 12. Devemos esclarecer que o critério de seleção dos encontros utilizados nas análises se deu em razão da ocorrência dos fenômenos: maior instanciação do sujeito e repetição. Optamos por examinar com maior detalhe a categoria da repetição, razão pela qual não seguimos a ordem cronológica de realização dos encontros.

Espaço: casa de Bernardo e Alice.

Situação: *Estavam os quatro participantes na sala da casa dos idosos, conversando enquanto tomavam chimarrão. O genro elogia a erva (diz que é boa) e o chimarrão que havia sido preparado pelo sogro. Nesse momento, Bernardo começa a contar sobre o trabalho que realizava na infância, na companhia dos irmãos mais velhos: desgalhava as árvores de erva para ajudar no sustento da família (fato linguístico 1) e limpava poços (fato linguístico 2).*

### FATO LINGUÍSTICO 1

- 1 BER: estava contando que nos anos 53, 54...ali... naquele tempo ali a gente tinha que... se virar  
 2 pra comer...pra família lá...a mãe...a gente... meu pai tinha bastante coisa, mas o M. (refere-se  
 3 ao irmão mais velho) foi botando fora tudo as coisas do meu pai...e aí pra gente sobreviver  
 4 tinha que... qualquer serviço que tinha, tinha que...  
 5 ANT: mas quantos anos tu tinha?  
 6 BER: eu tinha uns 8, 9 anos por aí...  
 7 ALI: [53, 54... 6 anos] (fala sozinha... ninguém responde)  
 8 BER: [eu tinha uns 8, 9 anos] por aí, mais ou menos...  
 9 ANT: desgalhava árvore?  
 10 BER: ãnnh? desgalhava árvore... cada um com um facão subia lá em cima naqueles pé... hoje  
 11 [não tem mais quase aquelas]...do tamanho daqueles pé de erva que tinha  
 12 ALI: [eram mais altas né?] (pausa...ninguém responde) não?  
 13 BER: e nós dê-lhe faconação lá, e dê-lhe cair galho de árvore pra baixo e a mãe quebrava... sim...  
 14 aí vinha a C. ajudar, a G., o V. (refere-se aos irmãos) né... um pouco era eu um pouco era o V. lá  
 15 cortando lá...e fazia aqueles fardo de... de... erva e era tudo amarrado com taquara ainda...  
 16 PED: eles chamavam lá em G. de raíto  
 17 BER: é...raíto de erva...  
 18 PED: raíto de erva é isso mesmo  
 19 ANT: o que é raíto?  
 20 PED: raíto é...  
 21 BER: é um fardo de.. de erva amarrada com taquara...quebrava as taquara e amarrava ali as  
 22 taquaras e fazia aqueles...pro pro caminhão carregar... pra poder carregar  
 23 PED: era um fardo que punha no caminhão, vendia solta  
 24 ANT: tá, mas aí vendia os galhos?  
 25 BER: [vendia a erva]... e a gente ganhava por arroba.  
 26 ALI: [vendia o fardo] (ninguém dá continuidade, continuam ignorando a fala dela)  
 27 PED: vendia por peso.  
 28 BER: naquele tempo por exemplo... hoje também a mesma coisa...uma arroba é quinze quilo,  
 29 né, aí pesava os fardo lá, ...o cara no carregar já pesava os fardo... por exemplo ... tu fazia lá  
 30 100 arroba e já pagava no dinheiro ali... pra... é...  
 31 (pausa... enquanto toma chimarrão)

Olhamos para o excerto do Encontro 8, a fim de circunscrever a relação implicada entre *sujeito, tempo, memória*.

#### 5.4.1.1 A instanciação do sujeito

Antes de analisarmos como se dá a instanciação do sujeito, precisamos considerar a presença de vários locutores<sup>124</sup> no diálogo que selecionamos acima: Bernardo, Alice, Antônia e Pedro. Como nosso objeto de estudo é a linguagem de adultos acima de 60 anos, dirigimos nosso olhar, em especial, para a instanciação de Bernardo e Alice, considerando, para isso, a instauração da intersubjetividade, já que esta é condição para a subjetividade. Perguntamo-nos, inicialmente, como (e se) esses participantes assumem uma posição de sujeito na enunciação.

No texto *A natureza dos pronomes*, Benveniste (1995, [1956]) declara que “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito” (p. 280-281). Assim, podemos observar, a partir do recorte de linguagem acima, que tanto Bernardo quanto Alice propõem-se (ou ao menos tentam propor-se) como sujeito, ainda que haja maior predomínio da instanciação do primeiro.

Há um aspecto fundamental emergente através dessa proposição do locutor como sujeito: o fato de a linguagem representar uma experiência humana, pois “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 285). Nesse recorte de linguagem, em especial, temos homens (na verdade dois homens e duas mulheres) comungando uma experiência de linguagem. Essa experiência humana de linguagem possui caráter intersubjetivo, isto é, revela a existência de uma relação entre pelo menos dois sujeitos: eu e tu, pois “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocação um *tu*.” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 286).

Assim, considerando o caráter da intersubjetividade como fundador da subjetividade, inerente, portanto, à enunciação, percebemos que há uma fluidez na instanciação do sujeito-idoso, na medida em que esse alterna sua posição de sujeito

---

<sup>124</sup> Pretendemos, com essa denominação, indicar uma posição enunciativa *locutor* antes da enunciação. Ancoramo-nos, para tanto, no próprio texto de Benveniste e numa leitura especial desse texto. Em *Da subjetividade na linguagem* (1995 [1958]), Benveniste define subjetividade como a *capacidade do locutor se propor como sujeito*. Flores (2013b) analisa essa definição, argumentando em favor da distinção entre locutor e sujeito, uma vez que há uma passagem de uma instância a outra: “se o locutor se propõe como sujeito, não se pode dizer que o sujeito está na origem do que é dito. A origem deve ser remetida à figura do locutor. O sujeito é uma decorrência” (p. 99).

com dois outros interlocutores, a filha e o genro, como é possível perceber em diversos movimentos desse diálogo (linhas 8-11, linhas 13-18, linhas 24-25), como confirma a sequência a seguir:

8 BER: [eu tinha uns 8, 9 anos] por aí, mais ou menos...

9 ANT: desgalhava árvore?

10 BER: ãnnh? desgalhava árvore... cada um com um facão subia lá em cima naqueles pé... hoje

11 [não tem mais quase aquelas]...do tamanho daqueles pé de erva que tinha

13 BER: e nós dê-lhe faconção lá, e dê-lhe cair galho de árvore pra baixo e a mãe quebrava... sim...

14 aí vinha a C. ajudar, a G., o V. (refere-se aos irmãos) né... um pouco era eu um pouco era o V. lá

15 cortando lá...e fazia aqueles fardo de... de... erva e era tudo amarrado com taquara ainda...

16 PED: eles chamavam lá em G. de raíto

17 BER: é...raíto de erva...

18 PED: raíto de erva é isso mesmo

24 ANT: tá, mas aí vendia os galhos?

25 BER: [vendia a erva]... e a gente ganhava por arroba.

Observamos que se a instanciação do sujeito-idoso flui com facilidade, seja pelas perguntas da filha “desgalhava árvore?” – “tá, mas aí vendia os galhos?”, seja pela participação do genro “eles chamavam lá em G. de raíto” – “raíto de erva é isso mesmo”. Vemos que essa mesma fluidez não ocorre na instanciação de Alice, cuja posição de sujeito encontra obstáculos para se efetivar. Explicamos a seguir.

Se há apropriação da língua por parte de Alice, como é possível constatar nas linhas 7, 12 e 26, observamos que ela encontra barreiras para experienciar, por outro lado, a consciência de si mesmo. Tal consciência, como ensinou Benveniste (1995 [1958]), só é possível de ser experimentada por contraste, através do diálogo que implica reciprocidade, pois é necessário “que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu” (p. 286).

Há, certamente, três tentativas de inscrição de Alice. A primeira na linha 7, quando ela procura responder à pergunta da filha ao pai “quantos anos tu tinha?” (linha 5). Vê-se que a asserção de Alice visa a uma inscrição nesse diálogo, através da formulação de uma resposta à pergunta da filha: “53...54...6 anos”. Ocorre que a resposta, se é que chega a ser ouvida pelos interlocutores, é totalmente desconsiderada. A fala de Alice dá a impressão da realização de um “pensamento em voz alta”, isto é, parece que ela está falando consigo mesma, já que não encontra no outro (marido/filha ou genro) eco para sua fala. A segunda tentativa de inscrição se dá na linha 12, em que ela faz uma afirmação que complementa a

informação dada por Bernardo nas linhas 10-11. Dessa vez, observamos que Alice termina sua fala com uma pergunta, instaurando o “outro” na sua fala, quando pede confirmação à afirmação feita: “eram mais altas né?... não”? – questiona ela. Ninguém entre os participantes do diálogo assume o lugar de *tu* para alternar a posição de *eu* com ela. Uma terceira tentativa pode ser percebida na 26: “vendia o fardo”, quando responde, novamente, à pergunta que a filha havia feito anteriormente (na linha 24) e que Bernardo responde na linha 25, em fala sobreposta à dela.

Analisando esse recorte de fato linguístico, observamos que, enquanto Bernardo encontra condições favoráveis à instanciação de uma posição de sujeito, Alice parece não ser reconhecida como sujeito de fala (*eu*), nessa situação enunciativa, embora insista, reiteradamente, nas tentativas de inscrição no diálogo.

Falta a ela a condição de intersubjetividade inerente ao diálogo, isto é, a possibilidade de alternar a posição de sujeito com alguém que será *tu* na alocução desse que se denomina *eu*. Podemos dizer que Alice busca uma posição de sujeito, porém, como não é reconhecida como tal pelos pares, tem sua tentativa abalada. Essa impossibilidade<sup>125</sup> no processo de instanciação não significa que ela esteja reduzida à não-pessoa de Benveniste. Explicamo-nos.

Precisamos destacar aqui uma leitura particular que fazemos de Benveniste. Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1995 [1946]), o linguista descreve as implicações inerentes à relação do verbo com a categoria de pessoa. Benveniste assevera que “a pessoa só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’ (p. 252) e, a seguir, define a terceira pessoa como sendo “a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (p. 253). O linguista faz, ainda, a seguinte recomendação ao leitor:

Não se deve, portanto, representar a ‘terceira pessoa’ como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Não há aférese da pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especialmente o ‘eu’ e o ‘tu’. Pelo fato de não implicar nenhuma pessoa, pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum, e esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como ‘pessoa’. (BENVENISTE, 1995 [1946], p. 253).

---

<sup>125</sup> Convém considerar que essa dificuldade possa ser temporária, pois se trata de uma impossibilidade de instanciação do sujeito em “um” *aqui-agora*, situação que poderá ser revertida em outro *aqui-agora*, isto é, em nova situação enunciativa.

Considerando tal afirmação, não podemos sustentar que Alice se transformaria em não-pessoa. Nosso raciocínio é de que o simples fato de ela se propor como sujeito, instaurando o outro diante de si não permite que seja reduzida à não-pessoa, já que a terceira pessoa *nunca é proposta como 'pessoa'* (BENVENISTE, 1995 [1946], p. 253). Assim, argumentamos na direção de um insucesso, de uma tentativa fracassada, de um não-reconhecimento de Alice como sujeito nessa instância enunciativa, situação que poderá ser revertida em outro momento dessa mesma conversa. Vamos dizer então, por enquanto, que há uma falha na configuração da intersubjetividade discursiva entre Alice e os demais interlocutores.

Chama-nos atenção o fato de essas três tentativas de inscrição terem ocorrido em falas sobrepostas, o que pode ter sido um dos obstáculos que impediu Alice de ser ouvida e, por consequência, de ser reconhecida como *eu* pelos diversos *tu* ali presentes que, em nenhum momento, a reconhecem como sujeito, já que ninguém alterna com ela tal posição. Por isso, podemos dizer que houve apenas *tentativas* de inscrição de Alice como sujeito de fala, mas não houve pleno êxito nessa instanciação como sujeito. É que embora Alice tenha assumido a língua, dizendo-se *eu* num dado *aqui-agora*, uma segunda condição para a configuração da enunciação não foi atendida: a reversibilidade entre *eu* e *tu*.

Vimos, até aqui, a instanciação da categoria de pessoa que, *na* e *pela* enunciação, transforma-se em sujeito. Outra questão que queremos analisar nesses recortes de fatos linguísticos é como a noção de tempo e a memória se redimensionam no discurso desses adultos.

#### 5.4.1.2 A ação do tempo no discurso

Se lemos bem Benveniste, precisamos identificar, antes de qualquer coisa, a existência de uma temporalidade, a qual se instaura no momento em que *eu* (Bernardo) enuncia e instaura o *outro* (ora o genro, ora a filha), diante de si e com cada um deles alterna sua posição de sujeito. Esse tempo é o tempo da enunciação, o tempo linguístico de um *aqui-agora*, atrelado à instância de fala, *ligado*

*organicamente ao exercício da fala.* (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 74). Chamaremos essa temporalidade de primária, por ser esta produzida *na e pela* enunciação.

Observamos que o fato linguístico em análise representa um diálogo (co) construído enquanto os participantes tomam chimarrão. Durante esse diálogo, produz-se, concomitantemente a essa que chamamos de primeira temporalidade, uma outra temporalidade, a qual emerge via narração do passado de um dos participantes que lembra de sua infância de menino trabalhador.

O elemento desencadeador dessa que chamamos de *segunda temporalidade* – a qual emerge no discurso através da memória – é a erva, conforme descrevemos na contextualização. Vimos que no momento em que Pedro elogia a erva, Bernardo imediatamente recorre a um episódio da sua infância, envolvendo trabalho e passa a instaurar essa segunda temporalidade – o passado na sua infância quando ajudava, com os irmãos, a desgalhar ramos e folhas para produzir erva, que seria vendida para a subsistência da família. Percebemos a existência de marcas da instauração dessa segunda temporalidade, como é possível confirmar na linha 28, quando Bernardo introduz o tópico narrativo, com um marcador de tempo:

28 BER: **naquele tempo** por exemplo... hoje também a mesma coisa...uma arroba é quinze quilo,  
29 né, aí pesava os fardo lá, ...o cara no carregar já pesava os fardo... por exemplo ... tu fazia lá  
30 100 arroba e já pagava no dinheiro ali... pra... é... (pausa... enquanto toma chimarrão)

Vemos, a partir dessa situação, a configuração de, pelo menos, duas temporalidades: uma primeira constituindo a enunciação propriamente dita, a instanciação de um sujeito, via linguagem, em um *aqui-agora* (que já não existe mais), já que a enunciação é esse instante que desaparece; e uma segunda temporalidade, que está contida nessa primeira temporalidade: o passado de Bernardo trazido para a enunciação através da memória.

Defendemos, a partir de Benveniste, portanto, a existência desses dois níveis de temporalidade:

- **um primeiro nível de temporalidade**, o do *acontecimento*, aqui-agora: a experiência humana linguística emergente dessa relação entre pessoas que conversam enquanto tomam chimarrão e que se

instanciam, através da linguagem, instaurando o outro diante de si, com quem alternam o papel de protagonistas da enunciação;

- **um segundo nível de temporalidade**, que somente pode ser instaurado porque está contido em um primeiro nível de temporalidade – o aqui-agora do encontro da família para tomar chimarrão.

Esses dois níveis de temporalidade estão inter-relacionados, pois tomando chimarrão e interagindo, através da linguagem, com outras pessoas, Bernardo vive uma experiência humana que lhe permite resgatar um episódio do seu passado: um trabalho braçal executado na infância, o ato de desgalhar árvores, a fim de construir fardos de erva-mate para vender e ajudar a família.

Mas qual o papel da memória nesse discurso, perguntamo-nos. O que ela faz ali? É uma memória do passado, como dizia Aristóteles?

#### 5.4.1.3 A memória

Para tentar buscar respostas ao papel da memória nesse discurso, recorreremos, primeiramente, a Ricouer (2007), para quem a memória é responsável por dar significado a algo que ocorreu no passado. Esse passado, para o filósofo, trata-se de um não-agora que pode ser evocado ou lembrado através de um esforço de reflexividade. A memória é uma lembrança que advém como presença. Como vimos no capítulo anterior, Ricouer (2007) descreve três caracterizações da memória, a memória individual, a coletiva e a compartilhada, e argumenta em defesa de uma concepção trina de atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros.

Será a memória de Bernardo uma memória trina, como defende Ricouer?

Se olharmos com atenção para o fato linguístico que recortamos nesta primeira análise, observaremos que a memória de Bernardo poderia ter sido compartilhada – há tentativas de inscrição de Alice em três momentos. No entanto, ela não é autorizada pelo marido a compartilhar sua memória. Vimos que Alice tenta se instanciar em três momentos: primeiro na definição da idade do sujeito que conta o passado envolvendo o trabalho com erva (árvores), segundo na identificação da aparência das árvores da época: “eram mais altas né”, linha 12, por último na resposta dada à filha “vendia o fardo”, linha 26.

Assim, a (re)construção dessa memória de Bernardo, em especial, ainda que conte com a contribuição do genro em algumas poucas participações e da filha na elaboração de perguntas que permitem a continuidade da história, é predominantemente individual, uma vez que está centralizada na fala de Bernardo. Mesmo porque a participação do genro não se dá na lembrança do fato em si que está sendo trazido para o presente daquela enunciação, é um tanto periférica, já que se reduz a complementar apenas o modo como nomeavam o fardo de erva na época (raíto) e a descrever o destino final dos feixes, após a confecção dos fardos (linhas 16, 18, 20, 23, 27).

Precisamos, ainda, definir o que a memória faz nesse discurso.

Para a psicanálise, a memória não é algo externo ao ser humano, uma vez que ela o constitui. O aparelho psíquico, para Freud, é um aparelho de linguagem no qual a memória está contida. Desse modo, memória e linguagem não se agregam a esse aparelho de forma secundária, mas o integram. Esse aparelho de linguagem se forma na medida em que entra em relação com outro aparelho, por isso podemos dizer que somos feitos de linguagem e memória.

A partir dessa relação, olhamos para o fato linguístico em análise, observando a realização do discurso de alguém que encontra, na relação com o outro, o tu imediato (figura alternada pelos demais interlocutores), uma possibilidade de resgate do passado/memória – a infância de menino trabalhador. A enunciação é que permite a emergência dessa memória do passado.

Sendo assim, cabe-nos, como linguistas da enunciação, dar à memória seu merecido lugar. Já dissemos algumas vezes neste trabalho que à fala do passado nem sempre é dado o devido valor social. Quando no discurso de adultos, em especial, no discurso daqueles que viveram bastante tempo (associamos aqui todos aqueles que a sociedade considera idosos) costuma ser associada à fala “de velho”.

No texto freudiano *Projeto de 1895*, vimos que a memória é a possibilidade de (re)editar uma vivência, a qual será sempre diferencial, pois o modo como a reedição dessa vivência se faz presente será, a cada vez, único. Assim, se a reedição de uma vivência somente é possível através da linguagem e se o que pode ser repetido é apenas o material linguístico, jamais a enunciação, que é única – irrepitível, como podemos sustentar a existência de uma fala categorizada, de “velho”?

Defendemos, portanto, a memória como uma possibilidade de viver *de novo* uma experiência a qual, depois de vivida, somente pode ser experimentada e reatualizada através da linguagem.

Essa possibilidade de viver algo de novo somente é possível aos humanos, já que esse viver de novo se dá, mediatizado pela linguagem. Tal é o poder da linguagem, que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça” (BENVENISTE, 1995 [1963], p. 31).

Desse modo, cada vez que algo do passado é trazido para o presente, isso só ocorre porque existe um sujeito – capacitado pela linguagem – para fazer esse algo (a memória) viver. Nesse sentido, para os estudos enunciativos, a memória não poderá jamais ser relegada ao passado, pois ela renasce, via linguagem, no presente da enunciação, sendo, assim, portanto, sempre uma (re)invenção.

Passamos, a seguir, à análise de outro momento enunciativo do encontro 8.

## FATO LINGUÍSTICO 2

- 64 ANT: tá, mas e tu entrava dentro dos poços?  
 65 BER: entrava, descia lá embaixo.  
 66 ALL: descia sozinho as escadas...  
 67 BER: mas acho que devia ter uns 8, 9 anos  
 68 ALL: não...imagina, que tu ia entrar com 8, 9 anos...  
 69 BER: mãe!!!!... (corrige a esposa enfaticamente)  
 70 ALL: já era maiorzinho  
 71 BER: mas quê!!! Óh!... mas mãe, mas era mais ou menos isso... dez anos se tivesse... na corda eles desciam assim ó... tu se amarrava na corda assim ó... passava a corda aqui assim (faz os gestos) se amarrava na corda e ó... e os cara lá em cima... ó te desciam lá embaixo ... aí tu pegava e ia... ia... secando lá...  
 74 ANT: como secando?  
 75 BER: ia juntando água e botando no balde né... e eles levavam pra cima...  
 76 ANT: quantos metros?  
 77 BER: ah, tinha dez metros, onze metros...poço dessa fundura...  
 78 PED: mas não de água né?  
 79 BER: não, mas... primeiro...primeiro a gente faz assim, primeiro tu seca o poço... tu dê-lhe e dê-lhe que te dê-lhe puxa né... de balde e... jomp jomp (imitando barulho) aí quando fica um tanto assim de água mais ou menos (faz o gesto que indica uns 40 cm de altura) aí eu descia lá embaixo e aí ia juntando a água e botando no balde

Conforme anunciamos no início desta seção, conquanto haja instanciação dos demais locutores presentes na situação enunciativa em análise, interessar-nos-emos pela instanciação dos participantes com mais de 60 anos. Vamos observar se essa dificuldade de instanciação de Alice se mantém ou se, em um novo momento

enunciativo, esse processo se reverte, isto é, se Alice encontra, em um “outro aqui-agora”, condições favoráveis à instanciação de uma posição de sujeito de fala.

#### 5.4.1.4 Instanciação do sujeito

Analisamos, primeiramente, a instanciação de Bernardo. Observamos, nesse segmento, a ocorrência de 14 turnos de conversa, predominantemente assumidos pelos participantes idosos, já que em sete deles há instanciação de Bernardo e em três de Alice. Nos outros quatro turnos há instanciação dos demais sujeitos participantes.

Observamos que a pergunta da linha 64 “tá, mas e tu entrava dentro dos poços?” assume função importante nessa sequência de diálogo, pois dá impulso à motivação para que Bernardo dê continuidade ao processo de instanciação de seu lugar de sujeito. Além disso, também favorece a instanciação de Alice que, insistindo em garantir um lugar de fala, obtém melhor êxito nesse momento da conversa do que havia obtido no fato linguístico anterior. Explicamo-nos.

Se no excerto anterior Alice, embora instanciando-se no diálogo, encontrava dificuldades para instituir um espaço-lugar de sujeito de fala, uma vez que não conseguia transformar-se em *tu* de nenhum dos interlocutores, o mesmo não ocorre neste segundo momento enunciativo.

Olhamos com atenção para o movimento linguístico construído no processo de instanciação de Bernardo e de Alice entre as linhas 67 a 74.

Na linha 67, Bernardo instancia-se procurando definir a idade em que teria quando ocorrido o fato do qual estão falando (o trabalho de limpar poços): “mas acho que devia ter uns 8, 9 anos”, ao que é corrigido pela esposa: “não...imagina, que tu ia entrar com 8, 9 anos...”, na linha 68.

Benveniste (1995 [1956]) ensina que “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (p. 280-81). Dessa maneira, observamos a ocorrência de um movimento intersubjetivo importante entre *eu* e *tu* entre as linhas 67 a 74, uma vez que os dois parceiros da enunciação (Bernardo e Alice) compartilham dessa experiência de linguagem, alternando o papel de propor-se como sujeito.

Entre as linhas 69 e 74, o movimento da intersubjetividade mantém-se de modo explícito. A fala “mãe!!!!”, linha 69, é dirigida por Bernardo direta e especificamente à Alice que, em clara discordância do conteúdo enunciado pelo marido, responde, na linha 70, “já era maiorzinho”. Constatamos, na linha 71, a manutenção do desacordo de Bernardo, manifestado pela fala iniciada por “mas quê!!! (...)”, a qual possibilita a esse locutor, transformado em sujeito *na* e *pela* linguagem, o resgate de detalhes relacionados a um segundo tipo de trabalho desenvolvido na infância (limpar poços). A continuidade da descrição desse tipo de trabalho é dada entre as linhas 80 a 83, a qual, juntamente com a manifestação linguística das linhas 71 a 74, será objeto de discussão na sequência, quando analisamos o papel do tempo nessa instanciação.

#### 5.4.1.5 A indissociabilidade entre tempo, memória e repetição

Sabemos que o tempo linguístico instaura o *aqui-agora* da experiência linguística temporal que, como tal, é irrecuperável. Ocorre que é justamente através de (*na* e *pela*) uma experiência linguística que um sujeito encontra a possibilidade de enunciar, recuperando um episódio oriundo de um passado distante dos sujeitos que enunciam (algo que ocorreu, conforme a declaração de Bernardo, na sua infância, ou seja, quando ele tinha 8 ou 9 anos de idade).

Diante dessa condição, impõem-se algumas questões: estaremos tratando de um passado ou de um presente? Há, nessa recuperação do passado via linguagem, uma repetição? Se sim, que efeito(s) essa repetição produz na linguagem?

Para tentar responder a essas questões que visam refletir sobre o papel da memória e da repetição na enunciação, precisamos problematizar as noções de passado e presente.

Em Benveniste (1989 [1965]), vimos que o tempo é uma condição de inteligibilidade da linguagem, a qual é revelada pela linguagem: “a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala, quando ele se torna, por sua vez, locutor” (p. 78).

Observamos que entre as linhas 71 e 74 Bernardo explica, em um *aqui- agora*<sup>126</sup>, como era possível, graças a uma amarração com cordas, descer em um poço com profundidade aproximada de dez a onze metros (informação dada na linha 78), quando tinha, conforme afirma, no máximo dez anos de idade. A seguir, entre as linhas 80 a 83, descreve como desempenhava a tarefa de limpar poços (a qual, em verdade, exigia previamente a retirada de toda a água do poço).

Partindo dessa observação, podemos responder à primeira de nossas perguntas. Temos uma primeira temporalidade, aquela que chamamos de temporalidade primária, o presente da enunciação. No entanto, temos, também, a emergência de uma segunda temporalidade, a presença de um passado que somente vem à tona pela narrativa de Bernardo que detalha o trabalho de limpar poços na infância. Assim, podemos dizer que operamos com um passado em “um” presente – diremos “um” presente, porque este somente existe na virtualidade, já que nos escapa.

Vamos ao segundo questionamento: será que o fato de o passado desse sujeito-idoso presentificar-se *na* e *pela* linguagem seria argumento suficiente para justificar a possibilidade de uma repetição do passado no presente?

Precisamos, antes de responder a essa pergunta, esclarecer o que entendemos por repetição. Começamos com Benveniste.

Em resposta a Guy Damur em entrevista concedida a publicação *Le Nouvel Observateur*, em número especial literário, Benveniste (1989 [1968]) explicita a influência da teoria saussuriana<sup>127</sup> no seu constructo teórico ao mesmo tempo em que mostra como compreende a manifestação do tempo na linguagem: “Falando, nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente, de modo que, quando evocamos o passado, é sempre no seio do presente” (p. 32).

Essa noção de que a fala está “sempre no presente ou situada em função do presente” coaduna com a reflexão de Benveniste a respeito do tempo linguístico no texto *A linguagem e a experiência humana* (1989, [1965]). Nesse texto, o linguista afirma que o presente é o tempo do discurso, *o único tempo inerente à língua*, então cada vez que alguém fala *cria uma temporalidade própria que organiza seu discurso e que é aceita sem dificuldade como sua por seu interlocutor*. Se há uma

<sup>126</sup> Que se tornou, depois de enunciado, um “lá-então”.

<sup>127</sup> Benveniste refere-se à relação entre sincronia e diacronia na linguagem.

temporalidade, a qual é criada no discurso, então a noção de repetição (no sentido de reprodução de algo idêntico) precisa ser revista.

Benveniste (1989 [1965]) afirma que “o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é sempre nova” (p. 77). Se o tempo linguístico é único, o conteúdo ali evocado torna-se, *na e pela* enunciação, único também – independentemente de ter seu centro de referência no passado. Então, só podemos compreender a repetição como renovação de algo que, vindo do passado, encontra, no ato de fala, seu momento inédito.

Já na visão psicanalítica, a repetição é compreendida como algo constitutivo do sujeito. Mucida (2012, p. 39) afirma que “a repetição para Freud apresenta-se como uma forma de recordação, atentando-se que a lembrança associa-se ao esquecimento, ao encobrimento, não tendo, dessa forma, nenhuma relação com a exatidão do fato”. A repetição, nessa perspectiva, é algo relacionado à ideia de insistência; algo que insiste em voltar, mostrando que o passado não é imóvel ou morto, pois busca sempre retornar. A repetição “alia-se a uma forma de gozar”. (MUCIDA, 2012, p. 40).

De fato, se observarmos com atenção o fato linguístico em análise, veremos que Bernardo encontra na descrição da realização do trabalho de limpar poços uma possibilidade de falar de si, como podemos comprovar entre as linhas 71 a 74 e entre as linhas 80 a 83.

No primeiro fato linguístico, a conversa em torno da erva-mate desencadeou uma memória acerca do trabalho desempenhado por Bernardo quando criança. No segundo, a pergunta da filha, demonstrando interesse em saber como era possível limpar um poço “tá, mas e tu entrava dentro dos poços?” (linha 64), oportunizou ao sujeito-idoso instanciar-se, recorrendo à memória de um passado distante, do qual parece ter orgulho.

Não sabemos se, de fato, nosso participante executava tarefa tão perigosa (limpeza de poços) para uma criança com menos de dez anos de idade, de modo que essa memória pode ser real ou imaginária. Não importa se o fato foi vivido ou se faz parte da imaginação. Ricouer (2007) afirma que “se me recordo de um acontecimento de minha vida passada, não o estou imaginando, eu me lembro dele, isto é, não o coloco como dado-ausente, mas como dado-presente no passado” (p. 69).

Qual é, então, o papel da memória nesse discurso?

Diremos que a memória é esse *estar ali*, a realidade que possibilita a um dado-ausente tornar-se dado-presente *na e pela* linguagem.

Lembramos o filme *Narradores de Javé*, ao qual fizemos referência no capítulo sobre *o tempo*. Parece que a memória, no fato linguístico que analisamos, tal como no filme, funciona como uma guardiã do tempo dos sujeitos que enunciam. Se no filme havia um redator (Antônio Biá) responsável por ouvir e redigir as histórias contadas pelos moradores de Javé antes que o povoado fosse invadido pelas águas para a construção de uma hidroelétrica, nesse diálogo que testemunhamos, gravamos e transcrevemos, os interlocutores são o *tu*, quem ouve as histórias narradas, para quem um *eu* (Bernardo), com ajuda de um *tu*<sup>128</sup> (Alice) encontra a possibilidade de reconstruir seu passado no discurso, via memória. É possível que a narrativa do passado, que emerge através da memória de Bernardo, seja uma tentativa de guardar um tempo precioso da infância desse narrador, um tempo que ele quer lembrar e conservar na memória dos que com ele convivem.

#### 5.4.2 Encontro 9 – recém-casados

Data: 25.12.14

Temas: passado, costumes.

Participantes: Antônia, Pedro, Bernardo, Alice, Mariana e Vinícius.

Espaço: casa de Bernardo e Alice.

Situação: *Tarde de Natal de 2014. Os idosos estão acompanhados da filha mais velha e do genro, quando chega visita de um casal de amigos, a sobrinha do casal, acompanhada do marido. Esse casal visita frequentemente a casa dos idosos. Conversam sobre as dificuldades dos tempos atuais, sobre as expectativas para o ano de 2015 que se aproxima, até que Vinícius, o marido da sobrinha, comenta coisas que seus pais diziam sobre antigamente, o que motiva os idosos a participarem da conversa. Na primeira parte do diálogo, Bernardo lembra dos primeiros tempos do casamento (fato linguístico 3 e 4), na segunda parte, o tema gira em torno da exibição de “cinema” que seria de propriedade do pai de Bernardo (fato linguístico 5).*

---

<sup>128</sup> Com quem constrói uma memória compartilhada.

## FATO LINGUÍSTICO 3

- 31 MAR: é a gente nem faz ideia né... a gente já se queixa... mas é uma tendência, a vida só tende  
 32 a melhorar com o passar né  
 33 ALI: pensando bem melhorou muito graças a deus né...  
 34 BER: é... como melhorou né?...quando eu e a A (cita o nome da esposa) casamos né ...  
 35 ANT: imagina andar a pé por tudo...  
 36 MAR: ãh?  
 37 BER: quando eu e A casamos, né...na segunda-feira eu fui comprar duas cadeiras né...  
 38 ALI: é  
 39 BER: na segunda... não tinha nem cadeira  
 40 VIN: então tava que nem nós, né  
 41 (ouvem-se risos de todos)  
 42 BER: aí na outra semana...dali uns... quinze dias chegou uma visita, um compadre nosso...aí pra  
 43 jantar lá ou almoçar...não me recordo  
 44 ALI: acho que demorou mais de quinze dias pra vim  
 45 BER: é...e...sentamos na caixa da lenha o banquinho da cama e as duas cadeiras pras visitas...  
 46 ... ô vida (ri quando pronuncia essa expressão)  
 47 (todos riem)  
 48 ANT: tá certo  
 49 MAR: e conseguiram né tio?  
 50 ALI: e olha... e ele encomendou... comprou duas cadeiras encomendou mais duas que no fim  
 51 de semana ele ia buscar ou na outra semana... e não foi mais...

Conforme anunciamos desde o início desta investigação, estamos interessados na singularidade do discurso de pessoas acima de 60 anos. Observamos, nesse discurso, como se constrói a relação sujeito-tempo-memória. Como a memória possibilita a reedição de algo vivido, daremos espaço também à discussão da repetição, pois a entendemos como algo que retorna ao discurso, via linguagem.

Começamos nossa reflexão a partir do olhar sobre a posição do sujeito na linguagem.

## 5.4.2.1 A instanciação do sujeito

Analisando a posição enunciativa de Bernardo e de Alice, observamos que, neste *encontro*, como poderemos confirmar nos cinco fatos linguísticos selecionados, é possível identificar com bastante precisão a presença dos locutores como sujeito na linguagem.

Verificamos que há 15 turnos de fala nesse primeiro excerto selecionado para análise. Desses, 9 são compartilhados pelo casal, sendo 4 protagonizados por Alice e 5 por Bernardo. Além disso, se os outros 6 turnos estão distribuídos entre as falas dos demais participantes, também vale a pena observar que o tempo em que Bernardo e/ou Alice permanece falando é bem maior do que o tempo dos demais interlocutores. Podemos afirmar, com base nesse primeiro excerto, que há, portanto, bastante instanciação dos participantes com mais de 60 anos. Perguntamo-nos: O que favorece essa instanciação? Como nossos participantes se tornam sujeito no discurso? O que promove ou facilita essa instanciação?

Antes de seguir nossa análise, devemos lembrar que a instanciação do sujeito é uma possibilidade exclusivamente humana. Benveniste (1995 [1952]), quando compara a linguagem humana e a das abelhas, por exemplo, distingue a primeira da segunda por uma diferença capital: o fato de a linguagem humana possuir a condição de diálogo. “Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (p. 65). Sem a condição de diálogo, a linguagem das abelhas é apenas dado objetivo. O linguista diz, ainda, que a linguagem possibilita a vivência de uma experiência única no tempo e no espaço. Nas palavras do mestre: “o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição linguística.” (BENVENISTE, 1995 [1952], p. 65). Cabe destacar a conexão desse raciocínio com o que o linguista desenvolve alguns anos mais tarde em *A linguagem e a experiência humana* (1965) e, conseqüentemente, em *O aparelho formal da enunciação* (1970). Entendemos que, embora a reflexão de 1952 seja bastante anterior à explicitação do quadro da enunciação em 1970, percebemos que Benveniste já traçava um esboço de uma reflexão que nos permite inferir a necessidade de algumas condições para que a instanciação do sujeito na linguagem se realize. Que condições são essas?

O estudo que fizemos permite-nos afirmar que Benveniste (1989) reúne, no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), as condições da enunciação. Nesse texto define a enunciação como “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (p. 82). Esse ato, é bom lembrar, é uma ação *individual de apropriação da língua, que introduz aquele que fala em sua fala*.

O linguista afirma, ainda, que a enunciação, esse *grande processo*, pode ser estudado sob diversos aspectos: como realização vocal da língua, como conversão da língua em discurso, e por sua definição em um quadro formal.

Diremos, com base nessa perspectiva, que os turnos de fala de Bernardo (nesse segmento 5) e os de Alice (nesse segmento, 4 turnos) configuram-se em realizações vocais da língua, conversões individuais da língua em discurso.

Certamente, analisando esses atos individuais de apropriação da língua, poderemos flagrar o quadro formal da enunciação. Por exemplo, no caso de Bernardo<sup>129</sup>, entre as linhas 34-39:

34 BER: é... como melhorou né?...quando eu e a A. (cita o nome da esposa) casamos né ...  
 35 ANT: imagina andar a pé por tudo...  
 36 MAR: ãh?  
 37 BER: quando eu e A. casamos, né...na segunda-feira eu fui comprar duas cadeiras né...  
 38 ALI: é  
 39 BER: na segunda... não tinha nem cadeira

A emergência dos índices de pessoa torna-se explícita em duas situações (linha 34 e linha 37), em que o sujeito se declara como *eu* e instaura o outro (tu) diante de si. Mais de uma década antes do texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1995 [1956]) já argumentava em favor da importância da instauração da categoria de pessoa: “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (p. 280-281). Tal é a importância desse signo que *está ligado ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal*.

Mas tamanha é a complexidade da instanciação do sujeito que precisamos avançar na discussão. Observamos o caso da linha 39, em que Bernardo diz: “na segunda...não tinha nem cadeira”. Poderíamos pensar que a ausência do signo *eu* na linguagem significaria ausência de instanciação?

No texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), Benveniste resolve essa questão quando define as *condições da enunciação*: a emergência dos índices de pessoa, dos índices de ostensão e do paradigma inteiro das formas temporais e, por fim, quando explica que a enunciação “fornece as condições necessárias às grandes

<sup>129</sup> Optamos por analisar apenas a instanciação de Bernardo nesse momento. Como há outros fatos linguísticos selecionados neste encontro 9, alternaremos a análise entre Bernardo e Alice.

funções sintáticas”, que fornece um *aparelho de funções*. Essa estrutura congrega desde a interrogação, passando pelas formas de intimação até a asserção.

Benveniste (1989 [1970]) afirma que a asserção “visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (p. 86). O que seria o conteúdo da linha 39, “na segunda...não tinha nem cadeira”, senão uma asserção?

Vimos como a identificação da instauração da categoria de pessoa no discurso é tarefa complexa.

Também podemos identificar o intrincado caminho da manifestação da temporalidade no discurso, o que faremos a seguir.

#### 5.4.2.2 Tempo/temporalidade

Retomamos nosso olhar, dessa vez para a construção da temporalidade discursiva, a partir de um olhar atento ao segmento a seguir:

42 BER: aí na outra semana...dali uns... quinze dias chegou uma visita, um compadre nosso...aí pra jantar  
 43 lá ou almoçar...não me recordo  
 44 ALI: acho que demorou mais de quinze dias pra vim  
 45 BER: é...e...sentamos na caixa da lenha o banquinho da cama e as duas cadeiras pras visitas...  
 46 ...ô vida (ri quando pronuncia essa expressão)

A primeira possibilidade de temporalidade constrói-se no aqui/agora da enunciação; nesse momento inaugurado pela fala de um sujeito que se constitui como tal, falando; falando com outro(s) homem(ns). Trata-se, como defendemos anteriormente, de uma temporalidade evanescente, porque nasce e morre a cada vez que alguém enuncia.

A segunda possibilidade de temporalidade está contida nessa primeira temporalidade. É a memória, que advém como lembrança de tempos difíceis enfrentados pelo casal nos primeiros tempos de casamento. Percebemos que é uma memória afetiva, já que Bernardo e Alice parecem lembrar-se desse tempo sem ressentimentos e mágoas, como revela o segmento da linha 46, corroborado pelo comentário da pesquisadora: “ô vida” (ri quando pronuncia essa expressão).

Como é possível perceber, sujeito-tempo-memória são categorias que emergem *na e pela* enunciação.

Neste encontro 9, podemos constatar em vários momentos a recorrência a episódios do passado, os quais, via linguagem, são trazidos para o presente da enunciação. Esse fenômeno ocorreu no fato linguístico 3<sup>130</sup>, em análise, quando os sujeitos lembram os primeiros tempos de casamento, quando tinham apenas duas cadeiras em casa, o que causava certo transtorno quando, por exemplo, recebiam visitas, como eles mesmos descrevem (precisavam usar uma banqueta do quarto e a caixa da lenha para sentar-se); mas ocorre também nos fatos linguísticos 4, 5 e 6.

Observaremos, nos fatos linguísticos subsequentes como o tempo atua no discurso e que papel ali cumpre a memória.

#### FATO LINGUÍSTICO 4

- 53 BER:[não tinha dinheiro mesmo]  
 54 ALI: [passou um mês] passou um tempo não foi mais buscar as cadeiras... ficamos com duas  
 55 só...um tempão a sorte que na sala tinha um sofá eu tinha comprado um sofá...consegui trazer  
 56 de enxoval...não trouxe muita coisa mas... né... e então se chegava uma visita assim fora de  
 57 horário a gente sentava na sala né... se não... e e se chegasse pra jantar ou almoçar daí  
 58 complicava...mas nós dava um jeito...porque aquele dia tu sentou numa caixa de... tu achou  
 59 uma caixa daí...faltava uma cadeira lembra?  
 60 BER: uma caixa de lenha  
 61 ALI: NÃO (incisivo)...tinha a caixa da...era o P. (cita o nome de um amigo do casal da época)...  
 62 BER: [e a Z.] (a Z. era esposa do amigo citado)  
 63 ALI: ...[a Z. e a M.]... três... o M. não tava... eram três...e nós dois cinco...tá então tinha duas  
 64 cadeiras... um banquinho que vinha...tipo um banquinho do quarto...um banquinho banquetta  
 65 puxamos aquela e mais a caixa da lenha... que... (pausa maior) tinha na cozinha né...a gente  
 66 almoçava na cozinha jantava né... a casa era pequena, era sala cozinha e dois quartos...daí...  
 67 deu pra...daí tu foi..  
 68 BER: a geladeira a geladeira era usada  
 69 ALI: era usada e tinha um segredo que eu sofri tanto [uma semana]  
 70 BER: [tinha que empurrar uma caneta pra poder abrir a...a]  
 71 ALI: estragou a fechadura...de abrir...daí  
 72 ANT: fechadura da geladeira?  
 73 ALI: é (confirma prolongando o "é")  
 74 VIN: tipo uma catraca era uma coisa assim?  
 75 ALI: é tipo uma...  
 76 BER: era uma mão assim que puxava...  
 77 VIN: que puxava assim a geladeira, a mãe tinha uma dessa  
 78 ALI: é

<sup>130</sup> Na sequência, o fato linguístico 4 continua mencionando as dificuldades dos primeiros tempos de casamento dos participantes.

### 5.4.2.3 Memória

O fato linguístico 4 permite-nos comprovar a atualidade do pensamento de Émile Benveniste. Há mais de 5 décadas, dizia o linguista a respeito da experiência do homem na linguagem: “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.” (1995 [1963], p. 26).

Ora, vejamos, é a própria *experiência do acontecimento* que é vivida na linguagem. Estamos interessados no discurso das pessoas com mais de 60 anos, portanto, é a elas que dedicamos e, de certo modo, restringimos nossa análise. Essa experiência do acontecimento é vivida no tempo: a) em um primeiro tempo – o presente da enunciação. O aqui-agora desse dia 25.12.14, de um momento desse dia, compartilhado pelo casal com uma das filhas, o genro e um casal que os visita. Chamaremos esse tempo *primário*, como referimos em 5.4.1.2, de tempo soberano. Será um tempo soberano porque é esse tempo que permite/torna possível a emergência de outra temporalidade – o passado, que retorna, via linguagem, ao presente daquela enunciação; b) esse segundo tempo (re)nasce *na* e *pela* enunciação. Trata-se de um tempo anterior (o passado de dificuldades do casal nos primeiros tempos do casamento) que não pode ser vivido novamente a não ser pela linguagem.

Aprendemos com Benveniste que “é sempre o ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.” (1989 [1965], p. 80), e essa possibilidade de *criar e recriar a realidade através da linguagem faz dela o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva*.

Vemos que no fato linguístico 4, em discussão, encontramos vários locutores, compartilhando uma experiência no tempo. No entanto, essa experiência parece ser melhor compartilhada, porque erige uma memória duplamente compartilhada. Primeiramente compartilhada por Bernardo e Alice com os alocutários; em segundo lugar porque compartilhada entre o casal, já que se referem a um passado compartilhado pelos dois.

Mas o que faz a memória nesse discurso? Como e por que ela advém?

Do modo como analisamos, percebemos a manifestação de certas condições que permitem essa memória advir. As pessoas com quem os participantes desta pesquisa alternam a posição de sujeito na enunciação autorizam, de certo modo, a

erupção da memória. Vimos isso quando, por exemplo, no fato linguístico 4, em análise, os alocutários de Bernardo e Alice ouvem, sem interromper, a construção compartilhada da narrativa feita pelo casal. O senso comum dirá que quando duas pessoas começam a contar algo do passado e esse algo não desperta o interesse dos demais participantes da conversa, esses podem tanto interromper a narrativa, inserindo um novo tópico na conversa, quanto podem censurar explicitamente a conversa, dizendo algo parecido com “você já contou isso” ou “essa história é passado”, ou qualquer outro comentário semelhante que desvie o assunto. No fato linguístico em questão, os interlocutores não só permitem a fruição dessa narrativa, como participam dela, inserindo perguntas como “fechadura da geladeira?” (linha 72) ou “tipo uma catraca era uma coisa assim?” (linha 74).

Conforme vimos em Capt (2013), a enunciação funciona *a dois* e *sua impulsão envolve um eco*. Diremos, com base em Capt, que a memória, no fato linguístico em análise, funciona “a dois”, já que é (co) construída pelos sujeitos *na* e *pela* enunciação.

Vimos, ainda, em Ricouer (2007), a apresentação de uma terceira via entre a memória individual e a memória coletiva, a memória compartilhada, a qual se constitui na relação com os outros, com os próximos. E qual seria o trajeto de atribuição da memória no qual situar-se-iam os próximos, questiona o filósofo. A solução, segundo Ricouer, está no fato de que “a ligação com os próximos corta transversal e eletivamente tanto as relações de filiação e de conjugalidade quanto às relações sociais dispersas segundo as formas múltiplas de pertencimento ou as ordens respectivas de grandeza”. (RICOUER, 2007, p. 141). Diremos, portanto, que a memória construída nesse fato linguístico, em especial, trata-se de uma memória compartilhada do casal com os outros: a filha, os visitantes, na medida em que esses alocutários – que alternam a posição de sujeito ora com Bernardo, ora com Alice – colaboram (alguns mais, outros menos) na reconstrução dessa memória. Diremos que Bernardo e Alice colaboram de maneira efetiva na reconstrução dessa memória, já que resgatam um tempo que foi testemunhado por ambos. Os demais participantes do diálogo também compartilham essa memória, ainda que não tenham testemunhado o conteúdo das lembranças. Esse compartilhamento se dá sob um regime de colaboração, uma vez que todos procuram participar desse momento, dando continuidade ao tópico, sem apresentar um novo elemento que

possa vir a desfocalizar, desviar desse tópico-lembrança, conforme dissemos anteriormente.

Também vale a pena resgatar o que Ricouer diz sobre quem são *os próximos*, essas pessoas com quem nos sentimos livres para compartilhar as memórias:

Meus próximos são aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima [...] o que espero de meus próximos é que aprovem o que atesto: que posso falar, agir, narrar, imputar a mim mesmo a responsabilidade de minhas ações [...] incluo entre meus próximos os que desaprovam minhas ações, mas não minha existência. (RICOUER, 2007, p. 142).

O filósofo acrescenta, ainda, que os próximos são essas pessoas que compartilham da contemporaneidade do *envelhecer junto*. Assim, o fato linguístico em análise parece presentificar essa possibilidade, na medida em que revela um sujeito (Bernardo) compartilhando com outro sujeito (Alice) e com outros (a filha, o genro, o casal visitante), uma memória feliz de um passado distante experienciado pelo casal.

Outro aspecto que queremos destacar nesse fato linguístico 4 é a **repetição**.

#### 5.4.2.4 Repetição

Vimos, no fato linguístico 3, uma primeira menção feita por Bernardo a respeito da necessidade de os donos da casa (ele e a esposa) sentarem-se na caixa da lenha e no banquinho do quarto, deixando as duas únicas cadeiras da casa para as visitas:

45 BER: é...sentamos na caixa da lenha o banquinho da cama e as duas cadeiras pras visitas... ..

No fato linguístico 4, observamos que Alice, por duas vezes (em negrito), recupera a informação dada por Bernardo a respeito da dificuldade de acomodar as visitas pelo fato de haver apenas duas cadeiras na casa:

53 ALI: [passou um mês] passou um tempo não foi mais buscar as cadeiras... ficamos com duas  
 54 só...um tempão a sorte que na sala tinha um sofá eu tinha comprado um sofá...consegui trazer  
 55 de enxoval...não trouxe muita coisa mas... né... e então se chegava uma visita assim fora de  
 56 horário a gente sentava na sala né... se não... e e se chegasse pra jantar ou almoçar daí  
 57 complicava...mas nós dava um jeito...porque aquele dia **tu sentou numa caixa de... tu achou**  
 58 **uma caixa daí...faltava uma cadeira lembra?**

62 ALI: ...[a Z. e a M.]... três... o M. não tava... eram três...e nós dois cinco...tá então **tinha duas**  
 63 **cadeiras... um banquinho** que vinha...tipo **um banquinho do quarto...um banquinho banquetta**  
 64 **puxamos** aquela e mais **a caixa da lenha...** que... (pausa maior) tinha na cozinha né...a gente  
 65 almoçava na cozinha jantava né... a casa era pequena, era sala cozinha e dois quartos...daí...  
 66 deu pra...daí tu foi...

Certamente podemos afirmar que há repetição se considerarmos a informação dada (sentar-se na caixa da lenha e no banquinho do quarto de casal na ausência de cadeiras para receber visitas durante os primeiros meses do casamento). Afinal, Bernardo já havia trazido essa informação no excerto em destaque (linha 45)<sup>131</sup>. Queremos, entretanto, insistir na problematização da noção de repetição. Acreditamos que: a) como o sujeito que se apropria da língua para enunciar (linhas 53-58) é Alice, para ela, ao menos, essa informação é dada pela primeira vez – ainda que já tivesse sido socializada pelo marido (fato linguístico 3); b) embora a informação seja recuperada pela mesma pessoa que enuncia (Alice), nas linhas 62-64, o arranjo linguístico é diferente – trata-se, portanto, de novo enunciado e de uma nova enunciação; c) a enunciação inaugura um aqui-agora; assim, mesmo que o arranjo linguístico fosse idêntico e fosse reiterado pelo mesmo locutor, trata-se, ainda assim, de uma nova enunciação, pois o momento enunciativo, a temporalidade da enunciação é irrecuperável, ensinou Benveniste (1989 [1968], p. 18): “dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção”.

É bom, ainda, lembrar que a repetição, segundo a visão psicanalítica, tem a ver com uma ideia de insistência, de retorno. Mucida (2012) afirma que “repetir e recordar não são formas de reprodução” (p. 39), e como a repetição “está barrada pelo recalque, ela guarda sempre uma cota de fracasso; é uma forma de satisfação pulsional e, como tal, sempre parcial” (p. 40). A psicanalista lembra, também, que o que nós repetimos são, em verdade, traços e eles retornam, porém nunca da forma originária, de modo que a repetição, mesmo sendo portadora de um conteúdo anterior, sempre será diferencial. Desse modo, explica, o passado deixa de ser algo

<sup>131</sup> Fato linguístico 3.

imóvel, morto para tornar-se algo que busca sempre retornar, o que, acrescentamos, somente pode se dar através da linguagem. A repetição, nessa perspectiva, configura-se em uma possibilidade de satisfação. É uma possibilidade de viver, de novo, uma experiência anterior, o que somente poderá ocorrer através da linguagem, já que o tempo crônico não pode ser recuperado. Diremos que a repetição, no discurso, funciona de modo semelhante às formas que Benveniste (1989 [1970]) chama de indivíduos linguísticos, os quais “nascem de uma enunciação e são produzidos por este acontecimento individual” (p. 85). Diremos que tal como esses individuais linguísticos a repetição também é *semel-natif*, ou seja, algo *engendrado de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez designa algo novo* (p. 85).

O olhar que construímos até aqui nos permite inferir que a repetição e a memória no discurso dos participantes de nossa pesquisa parece ser algo, de fato, significativo, o que nos encoraja a pensar que a repetição e a memória na linguagem dessas pessoas é algo importante, diríamos até mesmo necessário, para que possam constituir-se como sujeitos na linguagem.

Na sequência, analisamos mais um excerto do encontro 9. Como esse fato é decorrente de um momento posterior ao analisado, é necessária nova contextualização, o que faremos a seguir.

*Situação: O fato linguístico que segue mostra a continuidade da conversa entre o grupo, após Bernardo retirar-se por alguns instantes do local da conversa para buscar um livro que tinha guardado em casa. A obra descrevia a história da sua cidade natal, uma cidade pequena do interior do RS. Nesse livro, havia registro dos primeiros moradores com fotos dos primeiros estabelecimentos comerciais. A única pessoa que tinha conhecimento desse livro era a esposa, o que, provavelmente, contribui para que os demais participantes da conversa demonstrem interesse pela obra e pelo que Bernardo tem a contar. Nesse primeiro segmento, nosso participante idoso introduz um novo tópico à conversa, trazendo a informação de que seu pai havia sido dono do primeiro cinema daquela pequena cidade.*

## FATO LINGUÍSTICO 5

- 237 BER: pois é engraçado lá em A. não ter uma rua com o nome do pai...que foi um dos primeiros  
 238 moradores...foi...teve o primeiro cinema lá...se ver há 50 anos! Há 55, 60 anos atrás...o  
 239 primeiro cinema  
 240 (conversas sobrepostas sobre o chimarrão...quem tomou, quem não tomou interrompem a  
 241 fala – nisso, Bernardo chama atenção de Mariana, na tentativa de dar continuidade à  
 242 fala...enquanto isso todos falam ao mesmo tempo sobre outros assuntos).  
 243 BER: ô Mariana...(dirigindo-se à visita) no domingo quando nós passava cinema no domingo de  
 244 noite... eu tinha que para de jogar futebol e ir lá ligar um...era um toca discos com  
 245 amplificador...tinha um restaurante bem lá em cima no morro sabe era lá...tinha um... pavilhão  
 246 da igreja lá...e nós ligava o cinema no pavilhão...e aquele alto falante lá em cima...botava  
 247 música né...e...e avisava que tinha cinema e coisarada...eu fazia tudo isso aí  
 248 MAR: e enchia de gente?  
 249 BER: é... sempre enchia...  
 250 ALI: não tinha televisão, né...nada  
 251 MAR: ah, não tinha televisão  
 252 ALI: por isso que existia cinema  
 253 MAR: não consigo imaginar como é que projetava a imagem  
 254 BER: mas o meu pai...o meu pai... o M. depois que nós começamos a passar cinema na cidade  
 255 lá... aí o o pai comprou mais um cinema e mais uma camionete e o M. ia passar no interior  
 256 sabe...ali...  
 257 MAR: e onde vcs compravam essas máquinas?  
 258 BER: em Caxias, o pai comprou em Caxias

O primeiro aspecto que queremos destacar no segmento acima é a predominância de fala de Bernardo. Vimos que entre os 11 turnos do diálogo, 5 são protagonizados por Bernardo, 4 por Mariana (visitante) e 2 por Alice. Os turnos protagonizados por Bernardo, entretanto, são bem maiores que os dos demais participantes, aspecto que nos chama atenção. Analisar quais são as condições que promovem essa (maior) instanciação é tarefa que nos cabe.

## 5.4.2.5 Instanciação do sujeito

Percebemos que na linha 237 Bernardo se instancia, expressando certo descontentamento pelo fato de a cidade de sua infância não ter nenhuma rua com o nome de seu pai, um dos primeiros moradores, “foi um dos primeiros moradores...foi...teve o primeiro cinema lá...se ver há 50 anos! Há 55, 60 anos atrás...o primeiro cinema”. Bernardo assume a língua e enuncia, instaurando “o

outro”<sup>132</sup> diante de si. Esse “outro” pode ser qualquer um dos presentes. Ocorre que nenhum dos participantes assume o lugar de “tu” de Bernardo para com ele dar continuidade à conversa, apesar de sua fala referir três informações que, provavelmente, no seu julgamento, seriam importantes. Os comentários da pesquisadora entre as linhas 240-242 atestam essa dificuldade (a pesquisadora informa que ocorrem conversas sobrepostas). Assim, vemos que uma nova investida, nas linhas 243 a 247, resulta em maior êxito. Dessa vez, Bernardo instaura um “tu”, a visitante, a quem chama pelo nome “Ô...Mariana. (dirige-se à visita)”. Através do uso do vocativo, atualiza a condição da intersubjetividade e, assim, instancia-se novamente contando como é que ele e os irmãos “passavam cinema” para a comunidade. Notamos que esse é o turno em que há maior tempo de instanciação discursiva desse sujeito. Também percebemos que a estratégia usada pelo sujeito-idoso de instanciar-se, instaurando um *tu* específico, a visitante, funciona, pois esse assume o lugar de *eu* e ambos compartilham dessa experiência de linguagem, alternando a posição de sujeito, como podemos verificar nas linhas subsequentes do fato linguístico em análise (248 a 258).

Argumentamos, portanto, com base no segmento em análise no fato linguístico 5, que a condição da intersubjetividade, além de construída, é atendida com maior explicitude, na medida em que o protagonista da enunciação (Bernardo) consegue instanciar-se durante um tempo maior a cada enunciação, porque encontra no outro (por ele instaurado), a visitante Mariana, uma possibilidade de escuta.

Esse *outro* (Mariana) reconhece o *eu* como sujeito e com ele aceita alternar a posição linguística. Esse ato mostra a possibilidade mesma da intersubjetividade, a *condição única que torna possível a comunicação linguística*, como ensinou Benveniste, a condição de diálogo que é constitutiva da pessoa e implica reciprocidade.

Capt (2013) compreende como fundamental essa relação de intersubjetividade no discurso. Define, para tanto, o quadro enunciativo da enunciação como um aparato que constitui uma *antropologia da relação*. Isso porque o quadro enunciativo só tem razão de ser porque “a enunciação faz advir

---

<sup>132</sup> Convém esclarecer que não se trata, necessariamente, de um “tu” encarnado. Muitas vezes é suficiente o *eu* supor um *tu* imaginário.

uma relação entre dois sujeitos, isto é, ao menos dois participantes humanos<sup>133</sup>” (p. 91, *tradução livre*). O pesquisador destaca, ainda, o papel pedagógico da enunciação, pois ela *ensina sobre o homem*. O fato linguístico em análise permite a identificação da construção dessa conexão entre sujeitos; é possível perceber que esta se torna possível na medida em que cada sujeito reconhece o outro como tal.

O tempo e a memória, como podemos ver, também nesse fato linguístico estão imbricados. Dedicamos a próxima subseção a essa discussão.

#### 5.4.2.6 Tempo e memória

Novamente é bom lembrar que temos uma primeira temporalidade, essa temporalidade matricial ou *soberana*, que é a da enunciação, o aqui-agora (que já se tornou lá-então). Esse tempo (o presente) é o que constitui a intersubjetividade; conforme Benveniste, “devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se está’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se fala’. Esse é o momento eternamente ‘presente’.” (1995 [1958]), p. 289).

Mas justamente essa temporalidade *matricial* possibilita a emergência de uma outra temporalidade, que advém através da memória de um sujeito que fala do seu passado e, através de sua fala, (re) vive através da experiência linguística uma experiência da juventude (exibir “cinema” no morro da igreja para a comunidade da pequena cidade onde vivia). Algo do qual parece sentir orgulho.

Aprofundaremos a discussão sobre o papel da memória e da repetição ao final deste capítulo.

---

<sup>133</sup> “l’ enunciation fait advenir une relation entre deux sujets, c’est-à-dire deux (au moins) participants humains” (p. 91, no original).

### 5.4.3 Encontro 6 – Pregando peça no caixeiro viajante

Data: 29.06.14

Tema: travessura com amigos.

Participantes: Antônia, Pedro, Bernardo, Alice, Carolina.

Espaço: casa de Bernardo e Alice

*Situação: a família está reunida, tomando chimarrão. Bernardo conta um episódio ocorrido durante a semana com um conhecido seu, quando lembra de alguém do passado, dos amigos da época da juventude e de um episódio em especial ocorrido nos primeiros anos da fase adulta. Assim, aproveita a oportunidade para contar o episódio, uma travessura que teria protagonizado junto aos amigos na cidade onde nasceu e passou boa parte da infância e para onde retornava muitas vezes a passeio depois de adulto.*

#### FATO LINGUÍSTICO 6

- 11 BER: uma vez lá em A. (refere-se à cidade de origem) né quando eu ia pra lá... porque... eu vim  
 12 pra cá em 61 e aí... mas eu mandei fazer um terno também porque aqui  
 13 ANT: pra vir pra PF?  
 14 BER: não aqui né... quando... eu vim mora aqui todo mundo andava de gravata... nós ia no  
 15 matiné  
 16 ANT: de gravata?  
 17 BER: de gravata!  
 18 CAR: [mas ahhh]  
 19 BER: no... todo mundo... nós...na primeira seção... a gente caminhava em redor da praça sabe?  
 20 ALI: lá em S. (refere-se também à sua cidade de origem) também nós passeava em redor da  
 21 praça  
 22 CAR: (ri) e ficava dando caminhada? É a volta de carro de hoje!  
 23 BER: [três amigo] três amiga ... e aí eu não tinha roupa daí mandei fazer um terno pra mim ali  
 24 ALI: eu me lembro que tu apareceu lá em A. num domingo... bem na porta do Demamann...eu  
 25 vinha vindo da missa  
 26 BER: (dirigindo-se à esposa): mas deixa eu contar essa primeiro, depois tu conta.  
 27 ALI: parecia um doutor!  
 28 BER: (continuando a história): aí de noite...eu eu saí de gravata né... e o Zeca T. tava de camisa  
 29 e tá né... e... um sábado de noite...não, uma sexta-feira de noite...tava o V. lá também tava  
 30 toda a turma lá...e eu entrei lá dentro e tá...ficamos conversando...[aí tem gente que...]

- 31 ANT: [tá, mas eu me perdi], não estavam dando volta na praça?  
 32 BER: não não ... eu te contei assim que naquela época se usava terno aí quando eu vim pra cá  
 33 eu dei um jeito de mandar fazer um pra mim também...aí eu fui pra A. e lá botei meu terno,  
 34 andava de gravata lá...chegamos num num hotel lá onde tinha um restaurante...hoje tem um  
 35 hotel e tinha uma camionete encostada ali ...uma Rural e aí o homem chegou encostou aquela  
 36 camionete ali ... aí tava conversando com o Zeca T, V... tava toda turma ali... e uns jogando  
 37 snooker lá... aí o Zeca T. disse *vamo prende esse cara aí?* Eu digo *quem é esse cara? Ah chegou*  
 38 *um viajante agora aí...* eu digo *não, vamo prender já. Tá, eu sou o inspetor de polícia e tu é o*  
 39 *fiscal, vamos pega o cara.*  
 40 ALI: o fiscal tava de gravata! (fala a esposa tentando contribuir na descrição)  
 41 BER (continuando a narração da história): Aí chegamos lá o cara tava sentado numa mesa lá  
 42 nós... inaudível (pausa) se identificamos *eu sou fulano* ele e ele não pediu documento nada  
 43 pra nós... *e eu sou fiscal da receita e esse aqui é inspetor de polícia e nós gostaria de ver seus*  
 44 *talões de nota, sua mercadoria...* e o homem foi lá e começou a puxar a mala e eu digo *e vai*  
 45 *abrindo e vai abrindo e vamos olhando as notas ...e o Zé me passava os talões de nota e eu ia*  
 46 *folhava... (ouve-se a risada de todos) folhamos...ta ta tudo bem, hoje fica por isso mesmo...*  
 47 *tudo bem...* o homem entrou pra dentro guardou tudo as coisas...entrou pra dentro e o V.,  
 48 meu irmão, disse *ó senhor, o senhor entrou numa fria aí... esses dois nenhum é nada, um é isso*  
 49 *o outro é aquilo ... o homem saiu atrás de mim e do Zeca e estamos até agora correndo...*  
 50 (ouve-se novamente a risadas de todos que estão escutando a história sendo contada por  
 51 Bernardo, ele, inclusive, ri, animado)  
 52 CAR: mas que barbaridade!

Na análise dos fatos linguísticos expostos até aqui, aprofundamos a discussão sobre o processo de instanciação do sujeito. Acreditamos, portanto, termos discutido suficientemente esse processo que transforma o locutor em sujeito, *na* e *pela* linguagem. Desse modo, sem esquecer ou desconsiderar a importância da condição única do homem na linguagem, decidimos, a partir desse fato linguístico, focalizar outros aspectos, que também estão relacionados a esse processo de instanciação do sujeito.

Analisaremos, portanto, cinco aspectos: a instauração da temporalidade; a instauração do tu (outro); a construção da memória; a repetição; e a emergência do Outro (cultura).

Começamos com a temporalidade.

#### 5.4.3.1 Tempo

Como podemos ver, ao apropriar-se da língua, o locutor, Bernardo, transforma-se em sujeito via enunciação e instaura uma dupla temporalidade: uma primeira temporalidade, que é a da enunciação propriamente dita, como ensina Benveniste (1989 [1965]), já que “é pela língua que se manifesta a experiência

humana no tempo” (p. 74); e uma segunda temporalidade, que não está totalmente definida, como podemos ver na linha 11, quando diz: “uma vez lá em A.” Assim, vimos que em um aqui-agora da enunciação Bernardo instaura um outro tempo e lugar, um tempo indefinido de sua juventude na cidade natal.

Essa segunda temporalidade (uma temporalidade atrelada à enunciação) só pode ser construída porque está “contida na” enunciação, o ponto de partida, a origem do tempo, razão pela qual a nomeamos soberana ou matricial. A enunciação procede da instauração da categoria do presente, da qual nasce a categoria de tempo. Por isso é que Benveniste afirma que o presente é a *origem do tempo*. Convém esclarecer que a enunciação não exige, necessariamente, a explicitação do tempo presente<sup>134</sup>. Como explica Benveniste (1989 [1965]), “na realidade o presente, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito” (p. 75) e “quando ele é explicitado formalmente, é por uma dessas redundâncias frequentes no uso quotidiano” (p. 75).

O mestre sírio, mais uma vez, nos ajuda a compreender quando diz que “os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente”, porque “o homem vai ao encontro do tempo ou o tempo ao encontro dele, segundo a imagem que anima nossa representação.” (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 75). É, portanto, o presente (muitas vezes implícito) da enunciação que ordena e dirige a instância do discurso.

Então, qual é a condição dessa segunda temporalidade que emerge *na* e *pela* enunciação?

Diremos que essa segunda temporalidade, manifesta na narrativa da travessura da juventude, emerge *na* e *pela* enunciação. Trata-se de uma temporalidade que evoca uma memória, o passado de alguém que, via linguagem, pode viver novamente uma experiência, pois é *na* e *pela* enunciação que alguém pode evocar o passado (ou o futuro), qualquer temporalidade que seja. Interessamo-nos pelo papel que a memória exerce no aqui-agora de uma enunciação, como

---

<sup>134</sup> No fato linguístico em análise, podemos identificar marcas do tempo verbal presente do indicativo em raras ocorrências, tais como “eu me lembro” (linha 24), “mas deixa eu contar essa primeiro” (linha 26). Diremos que essas marcas referem o tempo do discurso de Benveniste. Outras ocorrências do presente do indicativo são percebidas na narrativa entre as linhas 37 a 39: “vamo prende esse cara aí?”; “eu digo quem é esse cara”?; “eu digo não, vamo prender já. Tá, eu sou o inspetor de polícia e tu é o fiscal, vamo pega o cara”. Essa segunda ocorrência representaria o que Benveniste define como presente histórico (1995 [1959]).

veremos adiante. Antes, queremos analisar a instauração do outro (tu) na linguagem.

#### 5.4.3.2 A instauração do tu – o outro imediato

Analisando o modo como se dá a introdução desse tópico, “uma vez lá em A.” (linha 11), podemos nos arriscar a afirmar que não há a instauração de um tu (único/exclusivo), mas de vários “tu”. O grupo formado por Bernardo, Alice, Antônia, Carolina está partilhando uma experiência linguística. Cada um dos participantes é, portanto, um “tu”, um alocutário potencialmente apto a alternar a posição de parceiro linguístico desse *eu* (sujeito-idoso) que enuncia. Essa situação se efetiva, de modo explícito, nas linhas 13, 16, 31, quando o sujeito-idoso alterna a posição de *eu* com Antônia, nas linhas 18, 22 e 52, com Carolina e nas linhas 20, 24, 27 e 40, quando alterna essa posição com Alice.

Essa alternância de parceiros na enunciação, ora com a filha, ora com a neta, ora com a esposa, parece construir diferentes relações entre esses parceiros da enunciação. Explicamo-nos.

Se observarmos somente a relação de troca entre Bernardo e Alice, veremos que, na linha 20, por exemplo, a apropriação da língua por Alice se dá após ouvir a informação “a gente caminhava em redor da praça” (linha 19), informação que lhe dá a possibilidade de, além de confirmar, inserir-se como interlocutora/locutora, par no diálogo, atualizando sua condição de sujeito na linguagem. Em seguida, na linha 24, ela tenta, novamente, inserir-se no diálogo, confirmando o que o marido afirmara na linha 23 (que mandara confeccionar um terno). Dissemos “tenta”, porque ela sofre uma censura através da interpelação do marido que diz: “mas deixa eu contar essa primeiro, depois tu conta”, na linha 26. Ao que ela insiste, dessa vez tecendo um elogio: “parecia um doutor!” (linha 27), voltando a instanciar-se, novamente, somente na linha 40, quando parece tentar ajudar a re(construir) a memória da história narrada, já que, provavelmente, ouviu essa história outras vezes, tanto que contribui, linguisticamente, para o resgate dessa história.

No fato linguístico em análise, observamos a explicitação do tu, figura que irá alternar a posição de eu com Bernardo. Vimos que esse *tu* é assumido, a cada

momento, por diferentes pessoas: a filha, a esposa, a neta. Mas esse *tu* não precisaria, necessariamente, estar explícito. Em *O Aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989 [1970]) define o quadro da enunciação como *um ato, uma realização individual* de um locutor que “se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (p. 84). Diz ainda que “desde que se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro” (p. 84). Desse modo, diremos que desde que alguém fale, implanta necessariamente o outro diante de si. Mas somente implantar o outro é suficiente para pensar na constituição da memória e do tempo? Ou a alternância entre eu-tu é fundamental nesse processo? Discutiremos essa questão na subseção consequente.

#### 5.4.3.3 A memória

Perguntávamo-nos, no capítulo anterior, como nossos participantes re (construiriam) suas memórias, de que modo testemunhariam sobre a própria vida.

A análise desse fato linguístico, em especial, revela que o testemunho de vida de nossos participantes aparece através de algumas pequenas narrativas, as quais dizem algo sobre quem as viveu. Nesse caso, que caminhavam circundando a praça da cidade onde moravam, em momentos de lazer “a gente caminhava em redor da praça, sabe”? (linha 19); que os homens usavam terno e gravata para ir ao cinema (matiné) ou mesmo para passear “naquela época se usava terno” (linha 32).

Analisando esse fato linguístico, talvez possamos afirmar que o testemunho e a narração estão, de fato, bastante próximos, o que dificulta a especificidade de um e de outro. Como atesta Ricouer (2007, p. 172), “o fato atestado deve ser significativo, o que torna problemática uma distinção demasiadamente marcada entre discurso e narrativa”. Pensamos que o fato narrado (a teatralização protagonizada por Bernardo na juventude em um restaurante de hotel em A.) é significativo para ele, pois do contrário não seria narrado aos participantes do diálogo.

Perguntávamo-nos, ainda, no capítulo precedente, em que medida a narração exercia papel de testemunho no discurso de nossos participantes.

Ricouer (2007) apontava seis componentes que, na sua concepção, são fundamentais na operação do testemunho. Para nós, pelo menos três desses componentes permitem a correlação com o fato linguístico em análise.

O primeiro deles é a asserção da realidade factual do acontecimento relatado e a autenticação pela experiência do autor. O segundo componente diz que essa asserção da realidade é inseparável da conexão com o sujeito que testemunha, e o terceiro prevê a autodesignação inscrita “numa troca que instaura uma situação dialogal”. (RICOUER, 2007, p. 173).

Pensamos que, ao declarar “quando... eu vim mora aqui todo mundo andava de gravata” (linha 14), “a gente caminhava em redor da praça” (linha 19), “eu não tinha roupa daí mandei fazer um terno pra mim” (linha 23), entre outras, Bernardo está autenticando, linguisticamente, sua experiência humana no mundo. Tal autenticação somente é possível porque está conectada com esse sujeito que testemunha essa experiência. E, ainda, sua autodesignação está inscrita numa troca dialogal, a qual é corroborada, muitas vezes, com a ajuda da sua parceira, que confirma essas asserções: “também nós passeava em redor da praça” (linhas 20-21); “eu me lembro que tu apareceu lá em A. num domingo” (linha 24), “parecia um doutor!” (linha 27).

Essa troca dialogal com a parceira (que confirma o conteúdo narrado e contribui para a reconstrução dessa memória, acrescentando opiniões, detalhes<sup>135</sup>), revela o que Ricouer (2007) chama de memória compartilhada, aquela que se constrói com os próximos, aqueles que compartilham conosco, pois participam do mesmo ato, o do envelhecer junto. De fato, percebe-se que a esposa, ainda que não tenha estado presente, testemunhando o principal fato narrado pelo marido – o da peça pregada no viajante que se hospeda em um hotel, conhece a história, tanto que ajuda a reconstruir essa memória, como se percebe na linha 40, “o fiscal tava de gravata!”. Ela sabe que “o fiscal” era o marido não porque estava presente no dia e no local em que o fato ocorreu, mas porque, provavelmente, testemunhou essa história várias vezes ao longo da vida, sendo contada a outros interlocutores.

---

<sup>135</sup> Por exemplo: “eu me lembro que tu apareceu lá em A. num domingo [...]”, linha 24; “parecia um doutor”, linha 27; “o fiscal tava de gravata!”, linha 40.

Ainda sobre a memória, queremos analisar o papel da “repetição” que identificamos nesse fato linguístico.

#### 5.4.3.4 Repetição

Damos sequência à reflexão sobre a repetição, analisando o referente “lá” que, neste fato linguístico, é utilizado 14 vezes, sendo, destas, 12 por Bernardo e apenas duas por Alice.

##### 5.4.3.4.1 Repetição de um elemento textual – “lá”

Sabemos que “lá” indica um lugar e, como dêitico que é, poderá (ou não) referir-se, a cada uso, a um lugar diferente.

Vejamos o quadro a seguir que descreve cada uso, numerando-o pela ordem em que aparece no fato linguístico, indicando quem o pronuncia e o respectivo referente.

Quadro 4 – Identificação do emprego do dêitico “lá”

	<b>Quem o emprega</b>	<b>Referente introduzido e/ou recuperado</b>
1	Bernardo	em A. (cidade)
2	Bernardo	em A. (cidade)
3	Alice	em S. (cidade)
4	Alice	em A. (cidade)
5	Bernardo	em A. (cidade)
6	Bernardo	em A. (cidade)
7	Bernardo	em A. (cidade) – produtor de <i>ambiguidade</i> ?
8	Bernardo	em A. (cidade)
9	Bernardo	em A. (cidade)
10	Bernardo	Especifica um <i>lugar</i> em A. (restaurante de um hotel)
11	Bernardo	Especifica um <i>lugar</i> em A. (restaurante de um hotel)
12	Bernardo	Especifica um <i>lugar</i> em A. (restaurante de um hotel)
13	Bernardo	Especifica um <i>lugar</i> em A. (restaurante de um hotel)
14	Bernardo	Outro lugar específico em A. (cidade), porém não explicitado.

Fonte: A autora (2015).

Como esse termo está repetido, percebemos que ele indica, na maioria das ocorrências, a saber 7 (sete), uma cidade (A.), conforme anuncia a primeira informação, linha 11. Entretanto, esse “lá”, em outras ocorrências tanto recupera, linguisticamente essa mesma cidade, como anuncia outra cidade, e ainda especifica um lugar dentro dessa cidade (ocorrências 10 a 14, nas linhas 34 a 44 do fato linguístico).

Ocorre que esse uso repetido do referente “lá” é responsável pela produção de certa ambiguidade que confunde um dos interlocutores (a filha, como se pode constatar na linha 31, quando ela diz: “[tá, mas eu me perdi], não estavam dando volta na praça?”). Percebemos que essa ambiguidade decorre do sétimo emprego do elemento “lá”, isto é, especificamente na segunda ocorrência da linha 30: “toda a turma lá...e eu entrei **lá** dentro e tá...”.

Vamos analisar, especialmente, *duas* dessas quatorze ocorrências:

- o “lá” (linha 11), que chamaremos de *primeira ocorrência*;
- o segundo uso de “lá” da linha 30, (em sua *sétima ocorrência*).

O “lá” da linha 11 identifica, pela primeira vez, a cidade onde se passa a história que será narrada adiante. Esse “lá”, indicando o mesmo lugar (em A.) é recuperado por Bernardo por três vezes, antes de ser produzida a ambiguidade.

“Lá” é um indicador da dêixis, explica Benveniste, é um desses termos que “organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência.” (1995 [1958], p. 288). Diremos, portanto, que é a confusão causada pelo emprego desse “lá”, em sua sétima<sup>136</sup> ocorrência no diálogo, o elemento desencadeador que faz com que Bernardo precise “repetir” a informação, na busca de ser compreendido.

Essa suposta repetição do advérbio “lá” pode ser compreendida a partir de noções discutidas por Benveniste não só no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970), como também em textos anteriores, como em *Da subjetividade na linguagem* (1958). Neste último, o linguista explicita os elementos considerados ponto de partida na identificação da subjetividade na linguagem: “os indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e

---

<sup>136</sup> Cabe lembrar que, dentre esses sete empregos de “lá”, em duas ocorrências que faz uso dele é outro sujeito, Alice.

temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência: ‘isto, aqui, agora’ e suas numerosas correlações ‘isso, ontem, no ano passado, amanhã’, etc.” (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 288). Não há, portanto, qualquer possibilidade de sustentar a ocorrência de mera repetição do termo “lá”, já que pode referir, a cada uso, um lugar diferente. Além disso, mesmo que se referisse a um mesmo lugar, o fato de ele surgir, novamente, na linguagem, revela a singularidade do uso que jamais poderá ser reproduzida identicamente.

Até aqui discutimos a singularidade do uso que coloca em xeque a concepção tradicional de repetição como reprodução idêntica. A seguir, analisaremos a particularidade do emprego da repetição de uma informação que não foi suficientemente esclarecida no início da conversa.

#### 5.4.3.4.2 Repetição de uma informação

Analisando o primeiro emprego de “lá”, acessamos a informação de que Bernardo mandara confeccionar um terno. Não sabemos, exatamente, o lugar onde ele teria feito tal encomenda, se **lá** (em A.) ou **aqui**, o lugar onde ele está quando enuncia:

“uma vez **lá em A.** (...) né quando ia pra lá... porque ...eu vim pra cá em 61 e aí... mas eu mandei fazer um terno também porque aqui” (linhas 11/12).

Em outro momento, que visa desfazer o mal-entendido em relação à especificação desse “lá”, ouvimos/lemos que:

“não não ... eu te contei assim que naquela época se usava terno aí quando eu vim pra cá eu dei um jeito de mandar fazer um pra mim também...aí eu fui pra A. e **lá** botei meu terno, andava de gravata **lá...chegamos num num hotel lá onde tinha um restaurante**” (linhas 32-34).

Os segmentos textuais selecionados apontam para a complexidade da análise da repetição, quando se leva em conta o discurso. Mesmo um leitor que

desconhecesse totalmente a teoria concordaria que o exemplo citado não representa uma repetição idêntica, pois, ainda que a referência ou o conteúdo informacional seja o mesmo (usar terno), o *arranjo linguístico* é absolutamente distinto.

No primeiro excerto (linhas 11-12), há uma informação de que Bernardo teria mandado confeccionar um terno. Não está suficientemente clara a informação do local onde ele teria solicitado essa confecção, por isso poderíamos inferir que esse lugar seria o mesmo indicado na linha 11.

No segundo excerto (linhas 32-34), Bernardo esclarece o local onde teria mandado confeccionar a roupa “quando eu vim pra cá eu dei um jeito de fazer um pra mim”. Descobrimos, portanto, que o local onde ele teria solicitado a confecção de um terno é “cá” (lugar onde está no momento da enunciação) e não “lá” (o referente da linha 11 – em A.).

Há, aqui, a repetição de uma informação (mandar fazer um terno). Mas qual é a função dessa repetição no discurso?

Antes de seguir, é necessário esclarecer que não se trata de uma repetição idêntica. Conquanto a informação seja repetida (mandar confeccionar um terno), a construção linguística ou o *agenciamento*, como diria Benveniste, não é o mesmo. Vejamos:

“uma vez **lá em A.** (...) né quando ia pra lá... porque ...eu vim pra cá em 61 e aí... mas eu mandei fazer um terno também porque aqui” (linhas 11/12).

“não não ... eu te contei assim que naquela época se usava terno aí quando eu vim pra cá eu dei um jeito de mandar fazer um pra mim também...aí eu fui pra A. e **lá** botei meu terno, andava de gravata **lá**...chegamos num num hotel **lá onde tinha um restaurante**” (linhas 32-34).

No texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966), Benveniste discute dois sistemas que se superpõem na língua<sup>137</sup>, o *semiótico* e o *semântico*. Nesse texto, o linguista apresenta a frase como a unidade maior, pertencente ao discurso. Assim define a frase ou essa instância máxima que é o discurso: “A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece.” (BENVENISTE, 1989 [1966], p. 213).

---

<sup>137</sup> Flores (2013) faz referência a outro texto de Benveniste, *Semiologia da língua* (1969), em que essa ideia é reiterada.

Se a frase (discurso) é a cada vez um acontecimento diferente, como podemos insistir na noção de repetição? Apenas o pensamento comum poderia confundir essa situação com uma repetição pura e simples.

Agora, podemos nos perguntar o que essa “repetição” ou o retorno dessa afirmação faz ali nesse discurso.

Observando o diálogo construído, podemos dizer que a repetição, nesse caso, parece servir a uma finalidade bastante concreta, que é desfazer um mal-entendido. Vimos, pela pergunta da filha na linha 31 – “[tá, mas eu me perdi], não estavam dando volta na praça?” – que a informação não estava suficientemente clara, razão pela qual Bernardo deve ter decidido retomar a narrativa do ponto que julgara necessário recuperar (informação relacionada à confecção do terno).

Além disso, aprendemos com a psicanálise que o traço é permanente, mas os arranjos, os novos caminhos possíveis de serem construídos, serão sempre diferentes. Parece que o exemplo acima é ilustrativo disso.

Ademais, vimos com Benveniste que a experiência da linguagem é única, portanto, negamos, com convicção, quaisquer possibilidades de definição de repetição, discussão que retomaremos ao final desta seção.

Por fim, o último elemento que queremos analisar é a presença do Outro/ a cultura.

#### 5.4.3.5 O outro/a cultura

Segundo os estudos mais recentes do conjunto da obra de Benveniste, sua teoria constitui uma antropologia da linguagem, já que associa homem, linguagem e cultura. Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), o linguista afirma que a cultura é um fenômeno inteiramente simbólico e que “a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano.” (BENVENISTE, 1995 [1963], p. 31). E diz ainda que “é pela língua que homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma” (p. 32).

Vamos olhar para o trecho em que Bernardo narra a “peça que pregou” com ajuda de um amigo, no restaurante de um hotel da cidade natal. Após narrar a encenação que protagonizou com um amigo, contou que foi desmascarado pelo

irmão, que presenciara a cena: “disse *ó senhor, o senhor entrou numa fria aí... esses dois nenhum é nada, um é isso o outro é aquilo*” (linhas 48 e 49).

Chamou-nos atenção a nomeação das profissões: “esses dois nenhum é **nada**, um é **isso** o outro é **aquilo**”. Sabemos que *a linguagem é o instrumento do pensamento discursivo e o meio mais econômico dos simbolismos*. (BENVENISTE, 1995 [1963], p. 30). Também sabemos que o “isso” e o “aquilo” provavelmente, na fala do irmão, identificaria a verdadeira profissão dos dois brincalhões na época. A vaguidão dessa informação presente no discurso de Bernardo nos provoca uma certa curiosidade: por que as profissões de ambos não são lembradas no discurso? E, se lembradas, por que não são referidas?

Ora, o que se manifesta ali, senão a presença da cultura, esse fenômeno inteiramente simbólico, como compreendia Benveniste.

Sabemos que a sociedade contemporânea julga as pessoas em razão da aparência, valoriza determinadas profissões em detrimento de outras, estigmatizadas socialmente, cultua o dinheiro, o status social, etc. Assim, consideramos a possibilidade da decisão lexical do nosso participante pela indefinição da profissão dele próprio e do amigo (*nada/isso/aquilo*) tenha se dado em razão de algum constrangimento, já que, provavelmente, não seria uma profissão de prestígio social. Podemos imaginar isso, pois percebemos que o uso de determinado traje social (terno e gravata) funcionaram, na peça que pregaram ao viajante, como uma espécie de figurino teatral. Vestido de “terno e gravata”, nosso participante sentiu-se apto a encenar uma situação em que assumiria outra identidade profissional (a de fiscal), o que talvez não o fizesse se não estivesse vestindo esse traje.

Observamos, com isso, como a linguagem é determinada socialmente. Nada/isso/aquilo são pronomes indefinido e demonstrativos, respectivamente, na classificação da língua; entretanto, seu emprego, nesse contexto, não parece ser neutro, pois revela uma opção de alguém que fala. Benveniste, em entrevista a Pierre Daix para a revista *Les Lettres Françaises*, declarava que “a cultura é um sistema que distingue o que tem sentido e o que não tem” (1989 [1968], p. 22) e que “tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistema de valores” (p. 22). Ora, o que nos permite associar *isso/aquilo* com profissões de pouco prestígio é o sistema de valores de nossa cultura.

Até aqui olhamos para três diferentes momentos enunciativos, os quais nominamos de *encontros*, a fim de pensar como sujeito/tempo e memória se dimensionam no discurso de adultos com mais de 60 anos que integram esta pesquisa. Para finalizar, olharemos para uma circunstância específica; a repetição (encontros 8 e 9).

#### 5.4.4 Encontros 6, 7, 8 e 9 – memória e repetição

Nesta análise queremos olhar, de modo especial, a memória representada na repetição<sup>138</sup>. Dissemos, algumas vezes durante este trabalho, que é frequente ouvir as pessoas reclamando daquelas que, especialmente quando mais velhas, repetem histórias, contam fatos já conhecidos dos interlocutores. Essa situação pode acabar, por vezes, fazendo com que quem fala encontre dificuldade em ser ouvido, em ser reconhecido como eu pelo outro que pode acabar não estabelecendo com ele a troca, prejudicando a efetivação da condição de intersubjetividade. Durante a fase de construção desta pesquisa, ao socializar com os próximos o objeto de investigação, ouvimos muitos depoimentos de pessoas que diziam: *tu tens de falar com minha mãe* (ou pai, sogra, vizinha, fulano, etc). Cada pessoa com quem conversávamos sobre o tema “oferecia” alguém para participar da pesquisa. Tais depoimentos centravam-se na ideia da repetição no discurso do idoso, e da repetição no sentido negativo, como algo que atrapalha a conversa e provoca desinteresse no outro.

Estudando a linguística da enunciação, sabemos que a repetição não pode ser compreendida como mera reedição de algo idêntico, já que o presente da enunciação é irrepitível. Assim, decidimos olhar para esse modo singular como a memória e a repetição tomam lugar na vida e no discurso de alguém que envelhece.

Deixando-nos interrogar pelos dados, encontramos algumas situações de repetição que mostram a complexidade que é pensar sobre como cada repetição

---

<sup>138</sup> Em *Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas*, FLORES, SURREAUX & KUHN (2005) analisam a ecolalia – a fala especular – em texto sobre a enunciação em fala sintomática. Embora não se trate do mesmo tipo de repetição que analisamos, cabe destacar a constatação dos autores de que a ecolalia está ancorada na metonímia da voz do outro, o que revela não se tratar de uma mera repetição, mas de uma repetição que dá lugar a um sujeito que enuncia.

atua no discurso. Desse modo, selecionamos duas situações em que ocorrem tipos diferentes de repetição. Para facilitar a referência a esses tipos diferentes de repetição na análise, escolhemos nomeá-las repetição de um dado informacional (5.4.4.1) e repetição de narrativa (5.4.4.2).

#### 5.4.4.1 Repetição de dado informacional

O dado informacional cuja repetição identificamos se faz presente na fala de Bernardo, que menciona, em momentos diferentes, o mesmo conteúdo informacional: *o desperdício do dinheiro do pai pelo irmão mais velho*. Essa informação aparece, primeiramente no **Encontro 8**, como podemos observar a seguir:

- 1 BER: estava contando que nos anos 53, 54...ali... naquele tempo ali a gente tinha que... se virar
- 2 pra comer...pra família lá...a mãe...a gente... meu pai tinha bastante coisa, mas o **M.** (refere-se
- 3 ao irmão mais velho) **foi botando fora tudo as coisas do meu pai...**e aí pra gente sobreviver
- 4 tinha que... qualquer serviço que tinha, tinha que...
- 5 ANT: mas quantos anos tu tinha?
- 6 BER: eu tinha uns 8, 9 anos por aí...

E, aparece, novamente, no **Encontro 9**:

- 265 MAR: mas então podia ter ficado rico [com isso]
- 266 BER: [ficado pobre]... meu pai gastou tudo dinheiro
- 267 MAR: mas ganhou dinheiro com isso?
- 268 BER: perdeu dinheiro... o **M. botou fora tudo o dinheiro que o pai tinha**
- 269 MAR: tá ele botou fora, mas ganharam dinheiro com isso...
- 270 ALL: claro que sim!

Esse dado informacional “repetido” pode ser identificado em duas frases, uma a cada encontro:

o M. foi botando fora tudo as coisas do meu pai... (Encontro 8)  
o M. botou fora tudo o dinheiro que o pai tinha (Encontro 9)

No capítulo em que nos dedicamos a estudar a memória, vimos que não é possível tratar a memória de maneira simplista, como reprodução idêntica.

Mas por que há repetição e o que ela faz ali, nesse discurso, perguntamo-nos.

Vimos que a memória, para a psicanálise, não é um processo mecânico e pontual, uma reprodução idêntica de um traço. Vimos, também, que o “traço” geralmente permanece o mesmo, porém, o modo como ele se (re) configura será sempre diferencial, portanto, único.

Analisando essa primeira forma de repetição, enunciada no *Encontro 8* e enunciada, mais uma vez, no *Encontro 9*, podemos confirmar o quanto a noção de traço está presente na repetição.

Bernardo reedita um traço – uma memória de que a família de origem tinha condições financeiras, no entanto, devido ao comportamento financeiro do irmão (o M.), teriam perdido dinheiro: “foi botando fora tudo as coisas do meu pai” e “botou fora tudo o dinheiro que o pai tinha”, afirmações constantes nos encontros 8 e 9, respectivamente.

Assim, a repetição identificada nos fatos linguísticos selecionados revela a potência da noção psicanalítica de um traço que se repete. Mas que não se repete de maneira idêntica, pois percorre caminhos diferentes, isto é, surge em momento distinto, em conversa com interlocutores diferentes. Na primeira ocorrência esse traço surge quando começa a lembrar do trabalho que executava na infância, quando conversa com a filha, o genro e a esposa; na segunda ocorrência, surge quando fala de outro tipo de trabalho desempenhado na infância, em conversa com a filha, a esposa e o casal que visita a família.

Assim, mesmo que o conteúdo informacional, o dado (referência/traço) seja o mesmo, o arranjo linguístico não o é. Em cada uma das ocorrências há uma forma diferente de orquestrar essa informação, o que confirma a tese de que os ‘caminhos’, a ‘trilhagem’ é diferente.

A noção de enunciação corrobora a tese de que não há repetição (ao menos não no sentido rigoroso do termo). Enunciação é *ato de produzir um enunciado*, ato que *introduz aquele que fala em sua fala, aqui e agora*, ensinou Benveniste. Então, na enunciação, não há repetição, já que é impossível reproduzir identicamente um ato produzido em um aqui-agora, porque mesmo que o locutor e o enunciado sejam idênticos, o momento enunciativo, o *aqui-agora* será sempre novo.

Então, se consideramos a teoria da enunciação benvenistiana e a concepção de traço psicanalítica, como poderemos sustentar a ideia da existência da repetição no discurso? E se não há repetição, o que existe então? O que faz a memória (sob forma de repetição) nesse discurso?

Apropriamo-nos da definição de memória presente na obra freudiana *Projeto 1895*, na qual é definida como *o poder de uma vivência continuar produzindo efeitos*. Aprendemos, com a teoria psicanalítica, que o aparelho psíquico é um aparelho de memória e que esse aparelho não nasce pronto e acabado em cada ser humano, mas vai se constituindo pouco a pouco, na medida em que entra em relação com outro aparelho. Esse aparelho não é da ordem do psicológico, mas da ordem da linguagem. Desse modo, é na relação com o outro enquanto falante que a linguagem se forma e não individualmente.

Assim, olhando para a repetição de um *dado informacional*, do modo como ela se configura nesse discurso, podemos dizer que:

- Essa memória (repetida) presente no discurso de Bernardo a despeito do irmão mais velho ter desperdiçado o dinheiro do pai, talvez se constitua, por pelo menos duas vezes, como pudemos constatar (encontro 8 e encontro 9), porque se estabelece uma comunhão entre pelo menos dois aparelhos de memória: o de alguém que fala, no caso Bernardo, e o de seu *tu*, que no primeiro momento é o *tu-filha* Antônia e no segundo momento o *tu-visita* Mariana.
- Essa memória revela, ainda, um dado que parece ser importante na constituição desse indivíduo que fala. O fato de o irmão ter *desperdiçado o dinheiro do pai* presente na fala “o M. foi botando fora tudo as coisas do meu pai”; “o M. botou fora tudo o dinheiro que o pai tinha” mostra a relevância desse dado, seja ele verdadeiro ou não, na vida de Bernardo, tanto que aparece por duas vezes nesse discurso. Por isso, acreditamos que a intensidade da impressão desse traço é forte, pois tem o poder de continuar produzindo efeitos.

#### 5.4.4.2 Repetição de narrativa

No capítulo em que estudamos a memória, vimos, com Garcia-Roza, que esquecemos por eficiência e não por deficiência. Assim, a repetição de uma narrativa, como identificamos no **Encontro 6** e identificaremos, a seguir, no

**Encontro 7**, pode ser pensada como uma persistência de um passado que insiste em permanecer. E se “insiste”, isto é, se não foi esquecido por uma eficiência, deve ter alguma razão.

No Encontro 6, Bernardo está conversando, em um final de tarde, com a filha e com a neta, quando conta a elas a “história do Manquinho”:

- 58 BER: mas eu não te contei do Manquinho?  
 59 ANT: Manquinho?? não...  
 60 CAR: que tu fez com o Manquinho, vô?  
 61 BER: vou contar a do Manquinho a mãe sabe ... tinha um Manquinho lá em A. ele era de I. mas  
 62 era arteiro, era o diabinho... e aí era no ... não me recordo se era Natal ou final de ano e então  
 63 ia bastante gente na missa né...interior...então vinha um padre de I. ajudar ali...  
 64 ALL: a confessar...  
 65 BER: se confessar e tá né...aí diz o Manquinho...*sabe o que vamos fazer? vamos*  
 66 *confessar...vamos confessar essa gente aí....* eu disse *mas é louco! Não, não vamo confessar...*  
 67 *eu vou lá no confessionário e vocês vão todos na fila* e aí começamos...eu fui pra fila e veio o  
 68 V... e veio todo mundo pra fila (enquanto ele conta a história ouvem-se ao fundo as  
 69 gargalhadas dos que escutam a história).  
 70 BER: eu ia lá me confessava ia pra (inaudível)... ficava rezando aí ia mulher ia homem né e o  
 71 Manquinho...e dali um pouquinho as mulheres iam lá e confessavam saíam ...aí nisso entrou o  
 72 padre e mais outro padre...viu aquilo lá e disse *o padre que está no confessionário que saia por*  
 73 *favor...* (novamente ouvem-se as risadas ao fundo, dessa vez mais fortes)  
 74 BER: todo mundo parou... (fala diminuindo o tom da voz, criando um certo suspense na  
 75 narrativa) *saiu o Manquinho assim ó* (imita o Manquinho caminhando e novamente ouvem-se  
 76 as risadas ao fundo) mas ninguém ficou dentro da igreja! (risadas)  
 77 ALL: não pegaram ele lá?  
 78 BER: mas imagina... no final de ano ou Natal...não me recordo bem  
 79 ANT: tá, mas o Manquinho era amigo de vocês?  
 80 BER: mas e como!! era da turma!

A “história do Manquinho”, descobrimos através da esposa do narrador, é frequente no discurso do marido, que já a contou diversas vezes. Essa informação é revelada no *Encontro 7*<sup>139</sup> no discurso de Alice, como conferiremos daqui a pouco.

Há, no entanto, nessa suposta repetição, um fator diferente do anteriormente analisado. Enquanto a repetição do dado informacional é protagonizada pelo mesmo sujeito, à repetição da narrativa tivemos acesso somente através do testemunho de alguém (da esposa). Vejamos:

---

<sup>139</sup> O encontro 7 contou com a participação de Alice e de sua filha Antônia. O contexto em que emerge a informação da repetição é uma conversa sobre uma viagem realizada nas férias há algum tempo, quando Alice comenta que o marido costuma contar várias vezes uma mesma história, a “do Manquinho”.

- 11 ANT: ele contou pra quem?  
 12 ALI: pra todo o nosso grupo quando a gente viaja...o N., a B, seu H....o R., e se matavam rindo  
 13 ...meu deus!!! essa do mudinho então...quando nós fomos lá...lá na Espanha aquela igreja  
 14 tinha um confessorário lá...e eu fiz ele ir perto do confessorário e tirei uma foto dele lá...olha  
 15 aqui ó depois tu mostra pro R... eles não tavam junto pra lembrar a história dele...ele vivia  
 16 contando... (risos) (pequena pausa)  
 17 ANT: tá, mas ele repete essa história e as pessoas riem?  
 18 ALI: riem... (meio contrariada)  
 19 (a filha ri, a mãe ri também)  
 20 ALI: às vezes eu cutuco ele... digo mas tu já contou isso aí! ele não gosta que eu fale...  
 21 ANT: não?  
 22 ALI: ainda mais se ele tomou uma cervejinha...  
 23 ANT: o que ele diz?  
 24 ALI: nem me dá bola! conta igual! eu nem escuto... afff (dá um longo suspiro) fico com  
 25 vergonha!

Temos acesso não à repetição propriamente dita, mas à informação da repetição. Alice comenta que o marido tem o hábito de contar a história “do Manquinho” para os amigos, o que, segundo ela, já fez várias vezes, tanto que ela, eventualmente, o adverte, dizendo: “mas tu já contou isso aí” (linha 20), outras vezes faz de conta que não ouve: “eu nem escuto” (linha 24).

Como podemos observar, essa repetição é de natureza distinta da anterior. Enquanto a primeira ocorrência é facilmente identificada, pois o conteúdo informacional repetido é apresentado sob formas linguísticas bastante semelhantes e pelo mesmo sujeito, a segunda não é tão transparente, pois o conteúdo repetido diz respeito a uma narrativa e não conseguimos “captá-lo” no momento enunciativo em que “a repetição” é produzida. Além disso, a pessoa que “repete” (Bernardo) não está presente no discurso linguístico que constrói a *identificação da repetição*.

Acreditamos, entretanto, que mesmo que sob formas linguísticas distintas, e com acesso apenas à representação da repetição, vale a pena pensar sobre esse fenômeno que se manifesta discursivamente.

Perguntamo-nos: como, quando e por que a memória é ativada nesses discursos?

A leitura que fazemos de Benveniste contribui na busca de respostas a esse questionamento. O linguista explica que a língua é a expressão do pensamento e esse conteúdo recebe forma quando é enunciado e que, “por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 68). A língua, essa grande estrutura que dá forma ao pensamento, não é apenas a condição de transmissão do pensamento,

mas “a condição de realização do pensamento” (p. 69). Então, será que a vivência dessa memória (repetida) no discurso de Bernardo se dá porque ela simplesmente é uma possibilidade de realizar seu pensamento? Uma possibilidade viável porque existe uma condição de intersubjetividade estabelecida pela possibilidade da troca entre um *eu* e um *tu*?

Conhecemos, com Garcia-Roza (1991), uma leitura da *Carta 52*, de Freud, segundo a qual o aparelho psíquico é, em verdade, um aparelho de memória. Por ser um aparelho de memória, é da ordem da linguagem e não de ordem psicológica. Essa noção pode ser associada à noção de língua como expressão do pensamento, de Benveniste. Mas, mais do que isso, à interdependência *homem e linguagem*.

Ocorre que o homem é determinado pela linguagem e esse aparelho de memória não é algo preexistente ao homem, mas algo que se constitui, se forma e se transforma na medida em que um homem entra em relação com outro homem, ou seja, quando um aparelho de linguagem entra em relação com outro aparelho de linguagem: “É na relação ao outro enquanto falante que o aparelho de linguagem se forma, e não na relação ao outro enquanto objeto do mundo.” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 41).

Em Benveniste há uma passagem semelhante em texto publicado<sup>140</sup> em um periódico de Psicologia: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (1995 [1958], p. 285).

Partindo dessas duas constatações – a de que o aparelho linguístico (de memória) *se forma e se transforma* quando em relação com outro aparelho de linguagem e a de que não há um homem separado da linguagem, mas sempre *um homem falando com outro homem* – é que pensamos na repetição da narrativa.

Como dissemos, há uma diferença nessa “repetição”, pois não temos um mesmo sujeito narrando uma mesma história. O que temos é a memória de Alice, a esposa de Bernardo, que possui uma memória compartilhada com o marido. Assim, ela testemunha uma repetição que não assume como dela, mas do marido. A história “repetida”, a do “Manquinho”, é uma história que o marido viveu na infância e que gosta de contar várias vezes. Ela atesta inclusive sua desaprovação com a insistente repetição da história do marido quando a filha pergunta a ela: “mas ele

---

<sup>140</sup> Esse texto, na leitura contemporânea de pesquisadores da obra benvenistiana, inaugura uma perspectiva antropológica na teorização do mestre sírio.

repete essa história e as pessoas riem”?, ao que responde “riem” e “às vezes eu cutuco ele... digo mas tu já contou isso aí! Ele não gosta que eu fale...”

A “história do Manquinho”, como pudemos observar na primeira vez<sup>141</sup> em que aparece (Encontro 6), provoca risos entre os interlocutores. Então, com base na leitura linguístico-psicanalítica, acreditamos que a repetição dessa história se dê porque, primeiro, possibilita um encontro de aparelhos linguísticos, de homens que entram em relação, através da linguagem, com outros homens. Mas também pode estar a serviço do prazer desse alguém que conta. No capítulo dedicado ao estudo da memória, vimos que, na perspectiva psicanalítica, a repetição é de um “traço”, ou seja, de experiências vividas, o que revela que nem sempre ela é negativa e, ao contrário, pode ser bastante positiva, pois pode representar um desejo de reviver uma experiência, um desejo inconsciente. Assim, pensamos: como é possível voltar à infância, a um período da vida de em que se podia brincar sem culpa, viver emoções provocadas pelas brincadeiras com os amigos (nesse caso, a arte com o amigo que se fingiu de padre) senão pela linguagem?

Voltando ao fato linguístico recortado do Encontro 6, podemos perceber que Bernardo toma a iniciativa de introduzir uma narrativa, quando diz: “mas eu não te contei do Manquinho”? (linha 58). Essa pergunta revela seu desejo de contar uma história aos interlocutores. A resposta da filha “Manquinho? não...” (linha 59) não nos permite afirmar seu interesse ou não em ouvir essa história. No entanto, na continuidade do diálogo, com a participação da neta, perguntando “que tu fez com o Manquinho, vô?” (linha 60) parece não apenas autorizar o avô o contar a história, como incentivá-lo a isso, pois revela certa curiosidade pelo fato anunciado pelo avô, sentimento que não é tão transparente na fala da filha.

A partir desse momento, Bernardo passa a narrar o fato envolvendo um amigo de infância, com alguma colaboração de Alice (linhas 64 e 77).

É interessante observar que a esposa, conquanto conheça a história que, segundo ela mesma testemunha<sup>142</sup>, já foi contada inúmeras vezes para os amigos, ajuda a reconstruir a narrativa, inclusive sob forma de pergunta “não pegaram ele lá” (linha 77). Se ela ouviu essa história inúmeras vezes, como afirma em encontro

<sup>141</sup> Vale lembrar que essa “primeira vez” é a da presença da história neste trabalho, pois, de acordo com o testemunho de Alice na segunda vez em que este trabalho faz referência à respectiva história, esta já foi contada inúmeras vezes, até mesmo repetida para os mesmos interlocutores (amigos que gostam de ouvir e riem a cada vez que Bernardo a conta).

<sup>142</sup> É possível conferir essa informação no Encontro 7, quando a esposa Alice assevera: “às vezes eu cutuco ele...digo mas tu já contou isso aí!” (linha 20).

posterior (Encontro 7), é no mínimo estranho o fato de ela fazer uma pergunta relativa ao desfecho da história. Parece mais uma pergunta destinada a ajudar na recuperação dessa memória, que se dá via narrativa.

Perguntamo-nos, em alguns momentos durante esta investigação, se o comportamento linguístico do sujeito de fala sofreria alguma influência a depender do interlocutor. Olhando para o fato linguístico recortado no Encontro 6, podemos dizer que após a introdução da pergunta de Bernardo “mas eu não te contei do Manquinho” (linha 58), haveria algumas possibilidades; uma delas, não encontrando entre os interlocutores alguém disposto a ouvir a história, insistir em contá-la assim mesmo; outra, sofrer censura de algum dos interlocutores, talvez da própria esposa, tal como ela relata fazer no Encontro 7, dizendo “mas tu já contou isso aí” (linha 20); outra (a que se efetivou): dois interlocutores, a filha e a neta dispostas a ouvir, sendo que a segunda até mesmo encoraja o avô a contar a história, demonstrando curiosidade. Assim, somos levados a pensar que o comportamento linguístico de Bernardo, na companhia de Alice é determinado pelo comportamento dos alocutários, especialmente da neta, disposta a ouvir a narrativa anunciada.

Ao que parece, esse outro (tu) disponível para escutar a história possibilita um encontro – um encontro de um aparelho linguístico com outro aparelho linguístico, ou de um homem com outro homem. Assim, defendemos, não importa o conteúdo do que está sendo dito, mas esse encontro, que somente é possível através da linguagem. Como ensinou Benveniste (1989 [1966]), “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”. (p. 222).

Então, diremos que essas pessoas que contam e que ouvem histórias (repetidas ou não) estão vivendo, vivendo através da linguagem. Defendemos, portanto, que a repetição (seja de um dado informacional, seja de uma narrativa) presentificada na linguagem não pode ser considerada mais importante do que esse momento singular de encontro entre as pessoas.

Assim, se o que emerge *na* e *pela* enunciação é um conteúdo repetido, se é o passado que se faz presente novamente, o que importa é que a memória (e mesmo a repetição) pode oportunizar uma comunhão linguística entre duas ou mais pessoas.

Antes de concluirmos este capítulo, precisamos dizer o quanto trabalhar com a enunciação é tarefa desafiadora. Ao selecionarmos a configuração final dos participantes, o casal, imaginávamos que teríamos muito mais acesso às falas de

Alice. No entanto, ao nos depararmos com os fatos linguísticos selecionados durante a construção das análises damos-nos conta de que havia uma predominância da fala de Bernardo, o que significava uma instanciação muito maior por parte dele do que por parte da esposa Alice. O que pode ter levado Bernardo a instanciar-se mais do que Alice? – perguntamo-nos. Pensamos que o encontro linguístico em horários de convívio familiar, final de tarde, finais de semana, podem ter colaborado para que a conversa informal fluísse com mais facilidade (ou oportunidade) para ele do que para ela. Mas acreditamos que o atendimento às condições de intersubjetividade contribuiu, sobremaneira, para essa instanciação. Bernardo, diferentemente de Alice, encontrou com mais facilidade um (ou vários) *tu* com quem pode alternar sua posição de sujeito na linguagem e isso o manteve no presente de cada encontro enunciativo. Optamos, neste momento, por não incluir na análise uma discussão de gênero, o que estenderia a pesquisa para além dos objetivos propostos. Não descartamos, entretanto, a continuidade do olhar para os dados (fatos linguísticos) em um momento posterior, pois sabemos que ainda há muito por se fazer ao colocar em discussão a tríade *homem, linguagem e cultura*.

Certamente, não fôssemos capturados pelo tempo – esse objeto de pesquisa – outros elementos manifestos no conteúdo dos demais encontros que testemunhamos, gravamos e transcrevemos poderiam ser discutidos. Conformando-nos com a impossibilidade de dizer tudo, finalizamos essa etapa.

Apresentamos, na sequência, as considerações finais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos quatro anos, estivemos envolvidos com as questões de linguagem, observando, em especial, como se configura a dimensão do tempo no discurso de adultos com mais de 60 anos. Esta tese, produto dessa reflexão, convocou os estudos linguístico-enunciativos para produzir saberes sobre o lugar que o tempo e a memória ocupam no discurso de alguém que envelhece.

Durante esta jornada, buscamos aporte teórico em Benveniste (1989; 1995) e em alguns de seus prestigiados leitores, cuja especificidade do pensamento possibilitou-nos a construção de princípios que pudessem guiar esta investigação em torno da singularidade da enunciação de alguém que envelhece. Dado o caráter interdisciplinar da pesquisa, alicerçamos este estudo recorrendo a pesquisadores vinculados às áreas da Filosofia, como Ricouer (2007) e da Psicologia, Rossi (2010), Garcia-Roza (1991), Freud (1975). A construção do referencial teórico possibilitou o delineamento de conceitos determinantes para esta tese, tais como o de sujeito, tempo e memória, cuja descrição explicitou o entrelaçamento dessas categorias que nutrem uma mesma condição – são determinadas pela linguagem.

Vimos que a enunciação, conforme Benveniste (1989 [1970]), é ato individual de apropriação da língua que introduz aquele que fala em sua fala e institui o outro diante de si (real ou imaginado), o que faz com que ela seja sempre uma alocação, uma vez que postula (explícita ou implicitamente) um alocutário. O conceito de enunciação foi fundamental para a compreensão de quem é o sujeito que enuncia, um sujeito que não existe aprioristicamente, mas que advém da enunciação, como defende Flores (2013b). Aprendemos que a enunciação é responsável pela produção de uma temporalidade, de um aqui-agora, que se renova a cada produção do discurso, o que revela a complexidade dessa categoria que “é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais”. (BENVENISTE, 1989 [1970], p. 86). O conceito de temporalidade como algo assentado no presente, portanto no discurso, foi determinante para os resultados desta investigação.

Ao reconstruirmos o conceito de sujeito em Benveniste, aprendemos que não se pode ler na linearidade conceitos que estão recobertos por significados diferentes em seus textos, pois o termo sujeito não é transparente na teoria de Benveniste,

tampouco é sinônimo de termos como homem, pessoa e locutor. O sujeito não é preexistente à enunciação ou exterior a ela, mas alguém que se constitui no ato mesmo de enunciar, no discurso, portanto alguém que se constitui *na* e *pela* enunciação. Vimos, ainda, que esse conceito está intimamente relacionado ao conceito de intersubjetividade, pois “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”. (BENVENISTE, 1995 [1958], p. 285). Desse modo, *eu* só existe porque existe a implantação de um outro, o *tu*, com quem viverá a experiência da reversibilidade no discurso, pois “o homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem”. (FLORES, 2013a). A análise revelou que a experiência da linguagem é vivida intersubjetivamente. Quando o sujeito que enuncia encontra um *tu* com quem comunga a possibilidade da vivência discursiva e com quem alterna o papel de eu, a realização é fluida, como mostraram os fatos linguísticos analisados no encontro 6 (em 5.4.3). Quando o sujeito encontra dificuldades para instanciar-se, como o sujeito-idosa no encontro 8 (em 5.4.1), a experiência linguística não é vivida na sua plenitude.

Na incursão teórica sobre o tempo, aprofundamos a análise dessa categoria que integra a enunciação. De noção complexa, o tempo pode sofrer diversas categorizações – há o tempo crônico, físico, psíquico, histórico, ficcional, linguístico, no entanto, muitas delas coexistem quando analisadas no discurso. Ao tempo linguístico dedicamos maior espaço em nossa reflexão, em razão da especificidade de sua relação com a enunciação, pois “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo”. (BENVENISTE, 1989 [1965], p. 74).

Analisando o papel do tempo (da memória e da repetição) no discurso, argumentamos sobre a coexistência de uma dupla configuração temporal, isto é, a possibilidade de duas temporalidades, concomitantemente, emergirem *na* e *pela* enunciação; a do discurso – a do aqui-agora da enunciação, que chamamos de matricial ou primária; e uma segunda temporalidade, que está contida na primeira, o resgate de um outro tempo-lugar, o passado que emerge, via memória ou repetição, e que atua, no discurso, ressignificando o sentido do tempo da primeira temporalidade.

Para construirmos uma reflexão sobre o papel da memória no campo enunciativo, afastamo-nos dos estudos mnemônicos sob o viés neurofisiológico, associando-nos a reflexões de cunho filosófico e psicanalítico. Estivemos acompanhados pelos estudos de Ricouer (2007), que defende a ideia de que a

memória não é, necessariamente, do passado, como postulava Aristóteles, mas é algo do presente, na medida em que ela dá a possibilidade a alguém de evocar a presença de algo que estava ausente. Além disso, para o filósofo, a memória é triplamente constituída: pela individualidade de cada um, pela coletividade e pelos próximos, aqueles que partilham conosco do ato de envelhecer junto. Os fatos linguísticos analisados nos disseram que os sujeitos idosos dessa pesquisa constroem, muitas vezes, uma espécie de memória compartilhada, como revelaram as análises dos fatos linguísticos do encontro 9 (subseção 5.4.2.3) e do encontro 6 (subseção 5.4.3.3). No encontro 9, vimos que o casal reconstrói uma memória compartilhada sobre as dificuldades financeiras vividas nos primeiros anos de casamento. No encontro 6, o sujeito-idoso narra uma travessura protagonizada na juventude. Embora predomine a instanciação do sujeito-idoso em ambas as ocorrências, a memória é reconstruída, discursivamente, com colaboração da esposa.

Pela via psicanalítica, vimos que memória e linguagem constituem o aparelho psíquico, o qual não é algo preexistente no ser humano, mas algo que se constitui na medida em que entra em contato com outro aparelho de memória (o outro, tu imediato). Assim a memória é constitutiva do sujeito e, portanto, possivelmente, tal como o sonho, faz apelo à fala para construir significado, buscando presentificar-se no discurso de quem viveu bastante, como uma possibilidade enunciativa, visando garantir um lugar enunciativo para o sujeito.

Assim sendo, se para os estudos neurofisiológicos, com o passar do tempo a memória de curto prazo pode ser afetada em detrimento da memória de longo prazo, para os estudos psicanalíticos a memória (e a repetição) é uma reedição de uma impressão; não será, portanto, um efeito do envelhecimento, mas algo constitutivo do sujeito, de qualquer sujeito, independentemente da idade. Através da linguagem, as pessoas podem falar no tempo do tempo. Assim, a memória será uma possibilidade de viver o tempo em uma dupla dimensão: no aqui-agora e na recorrência ao passado.

Dissemos, no início deste trabalho, que estudos recentes atestam sobre a necessidade do atendimento a condições objetivas (saúde, alimentação, convívio social) e subjetivas (sentimento de bem-estar, relações positivas com os outros, familiares e amigos, desempenho de papéis sociais e independência) para envelhecer com qualidade de vida. Nesse sentido, olhando para os fatos linguísticos

que recortamos e analisamos, compreendemos que a emergência do passado (configurado sob forma da memória e da repetição) pode significar o atendimento a uma condição subjetiva que confere, para quem fala, o próprio sentido de existência, já que só existe sujeito na linguagem. O passado revivido no presente pode significar a vontade de reviver e/ou reatualizar discursivamente uma experiência, expressando a manifestação de um desejo inconsciente, o que pode ser bastante positivo para quem o evoca. Entretanto, para que essa condição subjetiva de qualidade de vida seja, de fato, atendida, é essencial que o sujeito que enuncia encontre um outro, um *tu* disponível para ouvi-lo e capaz de alternar a posição de sujeito na linguagem. Preti (1991) constatou que os idosos sentem prazer em falar para ouvintes atentos e interessados. Não temos condições de avaliar o grau de satisfação dos participantes de nossa pesquisa, entretanto, podemos afirmar, com base nos fatos linguísticos analisados, que a possibilidade da experiência linguística, vivida pela recorrência ao passado e na intersubjetividade deu lugar à instanciação de um sujeito na linguagem.

Na análise do discurso de adultos com mais de 60 anos, procuramos compreender como o tempo, manifesto através da memória e, por vezes, da repetição deixa marcas da representação do sujeito na língua.

Assim, se para Funes, o personagem que nada esquecia do conto de Borges, o passado tomava conta do presente ao ponto de impedir-lhe o pensamento, não encontramos a mesma atribuição do tempo nos fatos linguísticos interrogados nesta pesquisa.

A imersão no campo e a análise dos fatos linguísticos nos revelou que é *na* e *pela* linguagem que as pessoas vivem a experiência humana do tempo. Essa experiência torna-se, por vezes, mais significativa na medida em que as pessoas vivem durante mais tempo, pois a cada dia a mais vivido, mais acúmulo de experiências, mais presença de passado há em suas vidas. Assim, as pessoas parecem encontrar nas experiências vividas no passado – recuperáveis, linguisticamente, pela memória – uma possibilidade de alargar o presente, ressignificando-o.

Esperamos ter contribuído para mostrar que o passado somente pode ser experimentado via linguagem e que a recorrência a ele dá ao sujeito um sentimento de pertencimento. Mostramos que a emergência do passado se dá ora através da memória, ora via repetição. Essa emergência do tempo manifesta-se em um

determinado presente, um aqui-agora que faz renascer um acontecimento e a experiência desse acontecimento. Mas a enunciação, o ato linguístico que permite a erupção desse acontecimento, é irrecuperável, evanescente que é, como assegura Benveniste (1995 [1963], p. 26), pois “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a experiência do acontecimento”, mas não o discurso.

O que é, portanto, a memória para o discurso? Diremos que a memória, na perspectiva enunciativa que propomos, é a possibilidade de dar vida nova ao acontecimento e à experiência do acontecimento, esse sim reproduzível. A linguagem permitirá a reprodução da experiência do acontecimento (via a memória), mas jamais a reprodução do discurso, pois esse será sempre irrecuperável.

A análise dos fatos linguísticos revelou que os participantes desta investigação repetem dados informacionais (palavras) e narrativas (fatos e histórias), ou seja, acontecimentos. Essas repetições não podem ser associadas ao lugar comum da pura reprodução, conforme já argumentamos, pois se dão *na e pela* enunciação, em um novo tempo e lugar, como atesta Benveniste (1989 [1965], p. 68):

este ato do discurso que enuncia eu aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos.

Esse excerto do pensamento de Benveniste é, para nós, duplamente revelador. Primeiro porque anuncia a possibilidade da repetição de um acontecimento, o que, entendemos, pode se dar via memória; segundo porque admite que a repetição representará o mesmo ato somente para quem o entende, mas para quem enuncia será sempre um novo ato, pois o sujeito só existe na enunciação.

Cabe-nos reivindicar espaço para essa ideia, pois é preciso que o outro – interlocutor imediato – perceba que o passado (via memória ou repetição) será, no discurso, sempre a inauguração de um novo momento, porque ainda não vivido. Esse outro, portanto, precisa compartilhar desse momento ainda não vivido como tal, como reinauguração de um novo ato.

Nesse sentido, rejeitamos com convicção o pensamento comum que associa a memória (e a repetição) a uma concepção negativa ou como mero registro de fatos ou acontecimentos. Na perspectiva enunciativa que adotamos, a memória (e mesmo a repetição) revela uma possibilidade de recuperação de uma experiência enunciativa da constituição do sujeito. Além disso, a memória consolida o sentimento de existir em meio a outros homens, portanto a ausência dessa troca poderá afetar a própria existência do sujeito, como advoga Ricouer (2007), para quem eu só conto (lembro, ou repito) algo se for para um outro com quem compartilho minha existência.

Finalizamos este estudo sobre o papel do tempo no discurso de adultos com mais de 60 anos, retomando o documentário *Nostalgia da luz*, de Patricio Guzmán, cuja temática nos tocou profundamente durante o percurso desta investigação.

Os depoimentos colhidos e editados por Guzmán situam o espectador em um tempo de busca que une três categorias de investigadores no deserto do Atacama do Chile: mulheres, astrônomos e antropólogos. Um pequeno (e persistente) grupo de mulheres segue escavando na areia e na pedra à procura de fragmentos de ossos de parentes desaparecidos durante a ditadura de Pinochet, que foram enterrados, desenterrados e jogados no mar ou em outro ponto do deserto há quarenta anos. Os astrônomos, que lá construíram o maior e mais potente telescópio do mundo, vasculham o espaço em busca de sinais da origem do Universo há quinze milhões de anos. Os antropólogos servem-se do ar fino, frio e seco do deserto que mumifica restos humanos e preserva desenhos e objetos para estudar as populações que cruzaram o lugar há cerca de três mil anos.

O que possibilitou a arqueólogos, astrônomos e mulheres partilhar do mesmo espaço – o deserto – foi a possibilidade de acesso ao passado, muito maior ali do que em qualquer outro lugar. O que uniu grupos tão diferentes não foi apenas o deserto como origem da memória, mas a memória como uma possibilidade de seguir vivendo, seja como esperança às mulheres (pois enquanto não há um corpo, o trabalho do luto não cessa), seja como uma possibilidade de construir sentido para o trabalho, no caso dos astrônomos e dos cientistas.

Ainda que sob circunstâncias diferentes, unimo-nos a eles sob o mesmo sentimento de busca – interminável. Nosso Atacama é a enunciação, esse momento etéreo que é o tempo linguístico e que torna possível o encontro entre *eu* e *tu na e pela* linguagem e que permite viver, singularmente, a experiência do tempo.

Reivindicamos à Linguística da Enunciação espaço para dar à memória o lugar de reconhecimento que merece. Esperamos que esta tese possa contribuir para mostrar a produtividade da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste em investigações de natureza inter/transdisciplinar, favorecendo a compreensão da singularidade da manifestação do tempo na linguagem.

Analisando a experiência linguística dos participantes desta pesquisa, podemos afirmar que estamos plenamente de acordo com o pensamento de que a memória tem força de gravidade; sempre nos atrai.

Assim, cabe à Linguística, através dos estudos enunciativos, contribuir para a construção de um conceito de memória que tome para si a forma de consolidar o sentimento da própria existência humana. Afinal, como ensina o documentário de Guzmán, *os que têm memória são capazes de viver o frágil momento presente. Os que não a têm não vivem em lugar algum.*

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: \_\_\_\_\_. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- AGOSTINHO, S. *Confissões*. Porto, 1948. Livro XI.
- ALVES, C. A. Um estudo sobre o tempo em narradores de Javé. In: *Revista Signum: Estudos Linguísticos*. Londrina, n. 11/2, 2008, p. 33-50.
- ÁVILA P. N. A prática tradutória em contexto de ensino (re) vista pela ótica enunciativa. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995 [1966].
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1965, p. 68-80.
- \_\_\_\_\_. A forma e o sentido na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1966, p. 220-242.
- \_\_\_\_\_. Estruturalismo e linguística. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1968, p. 11-28.
- \_\_\_\_\_. Esta linguagem que faz a história. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1968, p. 29-40.
- \_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1970, p. 81-90.
- \_\_\_\_\_. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989/1968. p. 93-104.
- \_\_\_\_\_. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1946, p. 247-259.
- \_\_\_\_\_. Comunicação animal e linguagem humana. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1952, p. 60-67.
- \_\_\_\_\_. A natureza dos pronomes. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1956, p. 277-283.

\_\_\_\_\_. Categorias de pensamento e categorias de língua. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1958, p. 68-80.

\_\_\_\_\_. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1958, p. 284-293.

\_\_\_\_\_. As relações de tempo no verbo francês. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1959, p. 260-276.

\_\_\_\_\_. Saussure após meio século. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1963, p. 34-49.

\_\_\_\_\_. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995/1963, p. 19-34.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1974].

\_\_\_\_\_. *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. Tradução de Daniel Costa da Silva et. al. São Paulo: Unesp, 2014.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 [1970].

BIANCHI, H. *O eu e o tempo, psicanálise do tempo e do envelhecimento*. Tradução de Jean M. J. Briant. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

BORGES, J. L. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. Porto Alegre: Globo, 1970.

CAPT, V. *Poétique des écrits bruts*. Limoges: éditions Lambert-Lucas, 2013. p. 77-100.

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: M. S. Paschoal & M. A. A. Celani (Ed.). *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992, p. 15-23.

DESSONS, G. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions In Press, 2006.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2010.

FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES V. N. O campo da enunciação e a Análise do discurso. In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. *Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 41-62.

\_\_\_\_\_. Notas para uma (re) leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, M; FLORES, V.N. (Org.). *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p.149-165.

\_\_\_\_\_. *Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação*. DELTA [online]. 2013a v. 29, n. 1, p. 95-120. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502013000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502013000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 08 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013b.

FLORES, V. SURREAUX, L. & KUHN, T. Enunciação e sintoma da linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. In: *Calidoscópio*. São Leopoldo, Unisinos, v. 03, nº 02, maio/agosto de 2005.

FREUD, S., *Studienausgabe*, Vol. complementario (*Ergänzungsband*): *Schriften zur Behandlungstechnik*, S. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, 1975, pp. 205-215. Trad. Juan Bauzá. *Rememorar, repetir y reelaborar. Nuevas recomendaciones sobre la técnica del psicoanálisis II*

\_\_\_\_\_. *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

GALIÁS, I. Desenvolvimento progressivo na maturidade. In: *Novo velho: envelhecimento, olhares e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, v.2.

GOLDENBERG M. *A bela velhice*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOLDFARB, D. C. *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 2 v.

MARTINS, J. Não somos cronos, somos kairós. In: *Revista Kairós, Gerontologia*, ano 1, Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento – Programa de Estudos e Pós-Graduação em Gerontologia – PUC-SP, 1998. p. 11-24.

MELLO, V. H. D. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MUCIDA, A. *O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NORMAND, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1. 2009. p. 12-19.

NORMAND, C. *Convite à linguística*. FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. (Org.). São Paulo: Contexto, 2012.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

PRETI, D. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, L. *Um olhar enunciativo para interlocuções entre médico e paciente em consultas ambulatoriais pelo sistema único de saúde*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Unisinos, São Leopoldo, 2014.

ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SARAMAGO, J. *Viagem a Portugal*. Alfragide: Editorial Caminho, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Alfragide: Editorial Caminho, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os poemas possíveis*. Editorial Caminho: Lisboa, 1981.

SURREAUX, L. M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Tese de Doutorado.

SURREAUX, Luiza Milano; DEUS, Vanessa Felipe de. A especificidade da transcrição com base enunciativa na clínica fonoaudiológica. *Verba Volant*, v. 1, nº 1. Pelotas, UFPel, 2010.

\_\_\_\_\_. O efeito de transcrição na escuta de falas desviantes: uma leitura enunciativa. In: DI FANTI, Maria da Glória Corrêa et al. *Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TEIXEIRA M; FLORES, V. O campo da enunciação e a Análise do discurso. In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. *Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 41-62.

TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. In: *Revista Desenredo*, Volume 8, n 1. Passo Fundo, UPF, 2012. p. 71-83.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Olá, o meu nome é Patrícia da Silva Valério, sou doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e convido você a participar da pesquisa “A dimensão do tempo na constituição da subjetividade: um estudo enunciativo do discurso do idoso”, orientada pela Profa. Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira<sup>1</sup>, da mesma Instituição.

Essa pesquisa pretende analisar diálogos (conversas) que as pessoas idosas estabelecem com seus amigos a fim de investigar quem é esse sujeito que fala. Os diálogos pelos quais nos interessamos são aqueles que brotam naturalmente, em uma conversa entre amigos. Assim, eu, como pesquisadora, preciso participar dos encontros semanais e/ou quinzenais realizados por seu grupo de amigos.

Para realizar essa pesquisa, será necessário gravar os diálogos em áudio, através de um gravador, para que eu possa, posteriormente, transcrever os dados e analisá-los com maior precisão.

É importante esclarecer que sua participação na pesquisa não acarretará em nenhum tipo de risco ou gasto financeiro. Seu anonimato e o de todas as pessoas que participarão da pesquisa será preservado, assim como outros nomes que forem mencionados nas interações. Para isso, os nomes dos/as participantes e do(s) local(is) serão trocados por nomes inventados e o conteúdo das conversas, os diálogos estabelecidos serão absolutamente confidenciais. A participação nesta pesquisa é voluntária. O/A participante tem pleno direito de se recusar a participar ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento do processo, sem que isso acarrete qualquer risco ou penalidade. Além disso, o/a participante pode optar por excluir total ou parcialmente alguma gravação, se assim o desejar.

Os resultados desta pesquisa nos ajudarão a compreender melhor a fala do idoso e poderão contribuir para que os idosos sejam mais ouvidos e ocupem com maior autonomia seu lugar social de direito.

---

<sup>1</sup> Na data de submissão do TCLE à Plataforma Brasil (2013/2), a pesquisa estava sob orientação da professora Marlene Teixeira, porém foi concluída sob orientação da professora Maria da Graça Krieger e co-orientação da professora Luiza Milano. O título também foi modificado para versão final do trabalho.

Em caso de dúvidas relacionadas à pesquisa, o/a participante poderá contatar a pesquisadora pelos telefones (54) 3315 2145 ou (54) 9944 2905, ou ainda através do e-mail [patriciav@upf.br](mailto:patriciav@upf.br).

Se você aceitar participar da pesquisa, precisará assinar esse termo em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora. Desde já agradecemos por sua colaboração na realização deste projeto.

Atenciosamente,

Patrícia da Silva Valério

### CONCORDÂNCIA EM PARTICIPAR

Eu,

\_\_\_\_\_,  
concordo em participar do projeto descrito e autorizo a gravação dos diálogos.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_